

**Empreendedorismo Social – Soluções  
inovadoras aplicadas às respostas sociais  
do envelhecimento: SENIOR COHOUSING**  
*Elisabete Sousa Queirós*

11/2019

*Elisabete Sousa Queirós*

**Empreendedorismo Social – Soluções inovadoras aplicadas às respostas  
sociais do envelhecimento: SENIOR COHOUSING**

**Empreendedorismo Social – Soluções  
inovadoras aplicadas às respostas sociais do  
envelhecimento: SENIOR COHOUSING**  
*Elisabete Sousa Queirós*

11/2019



**Empreendedorismo Social – Soluções inovadoras aplicadas às respostas sociais do envelhecimento: SENIOR COHOUSING**

*Elisabete Sousa Queirós*

Orientadores:

Prof.<sup>a</sup> Doutora Alexandra Maria da Silva Braga

Prof. Doutor Vítor Lélío da Silva Braga

## **AGRADECIMENTOS**

No final desta etapa de grande significado para mim, quero deixar o meu profundo agradecimento a todos que de alguma forma me apoiaram no percurso.

Foi difícil, mas todos vocês fizeram com que fosse possível.

A todos,

Muito obrigada

## RESUMO

Tendo em conta a envolvente socio económica atual e o seu impacto sobre a classe social dos seniores, este estudo foca a sua atenção no contributo do empreendedorismo social para o desenvolvimento de projetos de inovação social capazes de responder às necessidades da população envelhecida.

Um dos objetivos deste trabalho assenta na perceção das alterações demográficas e na problemática do envelhecimento, pelo que pretendemos perceber quais as respostas sociais existentes e de que modo respondem às necessidades e potencialidades da sociedade em constante mudança.

A consciência para a importância de encontrar soluções inovadoras para a nova população envelhecida, conduz a um estudo de caso mais pormenorizado – SENIOR COHOUSING, conceito dissecado e explorado em diferentes vertentes com a finalidade de legitimar a aprovação deste modelo habitacional no seio das respostas sociais adequadas.

Validando toda a componente teórica que sustenta a base deste estudo, realizamos uma investigação de cariz qualitativo, onde o grande foco foi a HAC.ORA Portugal | senior cohousing association, associação influente nesta área de intervenção, e uma intensa abordagem na primeira conferência internacional “Cohousing em Portugal | Viver Sustentável”, pelos mesmos promovida. A análise dos conteúdos foi realizada tendo como suporte o software Nvivo 12 que auxilia na organização e projeção das várias áreas em estudo.

Palavras chave: Empreendedorismo social, respostas sociais, inovação social, envelhecimento, senior cohousing

## **ABSTRACT**

Given the current socio-economic environment and its impact on senior social class, this study focuses on the contribution of social entrepreneurship to the development of social innovation projects capable of meeting the needs of the aging population.

One of the means of this work is based on the perception of demographic changes and the problem of aging, so we want to understand what social responses exist, and how they respond to the needs and potentialities of the ever changing society.

Awareness of the importance of finding innovative solutions for the new aging population leads to a more detailed case study - SENIOR COHOUSING, a concept dissected and explored in different ways in order to legitimize the approval of this housing model within the appropriate social responses.

Validating all the theoretical component that underpins the basis of this study, we conducted a qualitative research, where the main focus was HAC.ORA Portugal | senior cohousing association, an influential association in this area of intervention, and an intense approach at the first international conference “Cohousing in Portugal | Living Sustainable”, promoted by them. Research and content management carried out with support in Nvivo 12 software that helps in the organization and projection of the various areas under analysis.

Keywords: social entrepreneurship, social responses, social innovation, aging, senior cohousing

## INDICE

Agradecimentos	2
Resumo	3
Abstract	4
Capítulo I – Introdução	
1.1 Enquadramento do tema	8
1.2 Pertinência da investigação	11
1.3 Objeto e proposições da investigação	13
1.4 Metodologia da investigação	15
1.5 Estrutura da investigação	15
Capítulo II – Base teórica	
2.1 Introdução	17
2.2 Contextualização da realidade	18
2.2.1 Envelhecimento	18
2.2.1.1 Panorama do envelhecimento no mundo e em Portugal	18
2.2.1.2 Razões do envelhecimento	21
2.2.1.3 Problemática do envelhecimento	25
2.2.1.4 Bem-estar e envelhecimento ativo	28
2.2.2 Terceiro setor	29
2.2.3 Respostas sociais	31
2.2.3.1 Estado e políticas sociais na velhice	31
2.2.3.2 Tipologia das respostas sociais do envelhecimento	32
2.2.3.3 Processo de institucionalização	36
2.3 Revisão da literatura	42
2.3.1 Empreendedorismo social	42
2.3.1.1 Empreendedorismo social – conceito	43
2.3.1.2 Empreendedorismo social – papel no desenvolvimento económico e combate à exclusão social	46
2.3.1.3 Empreendedorismo commercial VS Empreendedorismo social	48
2.3.1.4 O empreendedor social	51
2.3.2 Inovação social	52
2.3.3 Cohousing – Senior cohousing	57
2.3.3.1 Desafios, compromissos, e potenciais conflitos na coabitação	67
2.3.3.2 Exemplos de casos existentes pelo mundo	68
2.3.4 Dimensões de análise	71
Capítulo III – Processo de Investigação	
3.1 Estratégia da investigação	79
	5

3.2 Objeto de investigação	82
3.3 Apresentação de resultados	85
3.3.1 Caraterização dos intervenientes	85
3.3.2 Análise e discussão dos resultados	90
3.3.3 Considerações finais	107
Capítulo IV – Conclusões	
4.1 Introdução	111
4.2 Conclusões do Estudo	111
4.3 Implicações e recomendações	116
4.4 Limitações e investigações futuras	116
Referências bibliográficas	118
Anexos	
Índice de tabelas	
Tabela 1 – Estrutura etária da população portuguesa	20
Tabela 2 – Análise da População	22
Tabela 3 –Benefícios senior cohousing	66
Tabela 4 - Potenciais desafios senior cohousing	67
Tabela 5 – Dimensões de cohousing em análise	71
Tabela 6 - Organização da Investigação	83
Tabela 7 – Casos em análise	87
Índice de gráficos	
Gráfico 1 – Índice de envelhecimento	21
Gráfico 2 – Envelhecimento Populacional	23
Gráfico 3 – Referencia cruzada entre nós e casos	92
Gráfico 4 – Referência cruzada entre casos e conceito de inovação social	95
Índice de figuras	
Figura 1 – Objetivos do estudo	13
Figura 2 – Abordagem da literatura	17
Figura 3 – Estrutura etária	20
Figura 4 – Modelos de Cohousing	62
Figura 5 – O que é Cohousing	64
Figura 6 – Casos em análise	70
Figura 7 – Esquema da investigação	64
Figura 8 – Nuvem de palavras / geral dos casos	90
Figura 9 - Nuvem de palavras / dimensão vantagem competitiva	96

Figura 10 – Nuvem de palavras / dimensão contexto	97
Figura 11 – Nuvem de palavras / dimensão desempenho	104

## CAPITULO I - INTRODUÇÃO

### 1.1 Enquadramento do tema

O interesse em torno da temática do envelhecimento tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, traduzindo-se numa preocupação generalizada que envolve quer a sociedade em geral, quer o Estado em particular.

O envelhecimento da população é uma realidade na maioria dos países desenvolvidos e apresenta-se como um desafio social e económico da maior importância. A conjugação dos fatores demográficos, diminuição da natalidade e aumento da esperança média de vida, conduzem a uma sociedade cada vez mais envelhecida (Nogueira, 2009).

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística - INE (2018), existe uma tendência a longo prazo para o envelhecimento da sociedade. Estima-se que dos 2,1 milhões de idosos a residir atualmente em Portugal, passaremos a ter cerca de 2,8 milhões em 2080. A tendência para o envelhecimento demográfico acarreta elevadas preocupações sociais. Estas mudanças demográficas, aliadas a outras alterações constatadas na sociedade atual fazem-nos questionar sobre o grau de adequação das respostas sociais existentes, tendo em consideração as necessidades da população idosa atual (Duque, 2017).

A evolução ao nível das intervenções político-sociais neste âmbito é notória, orientadas para uma maior resposta e qualidade de vida na velhice. O envelhecimento é visto atualmente, segundo Guedes (2014) como “um problema social legitimado e reconhecido”, muito embora Calado (2004) refira que as políticas sociais desenvolvidas são tipificadas e pouco eficazes, reforçando que o verdadeiro dilema social reside na desadequação das respostas e serviços estabelecidos.

Em Portugal, o Terceiro Setor assume-se como um pilar fundamental no desenvolvimento de respostas e equipamento sociais (Almeida, 2010). Segundo o Instituto da Segurança Social e a Direção-Geral da Segurança Social<sup>1</sup> as respostas sociais e os programas de apoio ao envelhecimento têm por objetivo promover a autonomia,

---

<sup>1</sup> [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

integração social e saúde da pessoa idosa. Neste contexto, torna-se fundamental perceber os fatores que podem influenciar e determinar o desenvolvimento de respostas sociais, enquanto estratégia para intervenção social junto da população idosa (Ferreira, 2009).

O panorama social, de envelhecimento, despoleta novas discussões em torno da compreensão deste fator que tem larga influência a nível económico e social de um país. Esta mudança na sociedade tem acarretado novas necessidades, perspetivas e dúvidas sobre as formas de atuação, uma faceta que exige soluções inovadoras, que carece de um investimento social e empreendedor (Paul, 2012).

Dada a crescente complexidade dos problemas sociais, emerge a necessidade de inovar na forma de responder às questões da sociedade. Atualmente a inovação disseminou-se em diversas áreas de intervenção. Ferreira (2012) conceitualiza a inovação social como um caminho efetivo e criativo na resolução dos problemas sociais, sempre na direção de uma melhoria no bem-estar dos envolvidos e na promoção do desenvolvimento. Esta necessidade de ponderar a alternativa social tem contribuído para o aparecimento de novos conceitos e novas ideias, tais como o empreendedorismo social, a responsabilidade social e inovação social, entre outros.

O Empreendedorismo Social pode ser visto como o “processo de criação de valor social, através da combinação inovadora de recursos e da exploração de oportunidades com o fim de responder a necessidades sociais” (Mair & Marti, 2006, p.38). Bornstein (2007) acrescenta que o Empreendedorismo Social procura a obtenção de mudanças através de projetos participativos, o que implica o desenvolvimento das capacidades humanas em detrimento da criação de relações de dependência”.

Os desafios económicos e sociais que o mundo enfrenta obrigam à conceção de novos meios e novas respostas. Transparece a necessidade de mudança de paradigma na forma como as organizações apresentam os projetos e respondem às mudanças sociais para que o desenvolvimento, sustentabilidade e a competitividade sejam ampliados. É perante estes novos desafios que começa a ser desenvolvido e aceite um novo conceito, o empreendedorismo social, que surge como resposta inovadora no combate às questões sociais.

O conceito e as práticas da inovação social desenvolvem-se de forma rápida, e o termo inovação social alcançou novos sentidos e despoleta o interesse de todas as áreas do mercado. A sua aplicação deixou de ser exclusiva do mercado empresarial, ultrapassando mercados e fronteiras (Bignetti & Silva , 2006).

A capacidade inovadora de um país é fortemente influenciada pelo impacto económico, pelos investimentos e evolução tecnológica, mas grande percentagem mede-se pela estrutura social e política, na valorização e utilização sustentável dos seus recursos (Piteira,2010).

Atualmente existem fortes desequilíbrios, na estabilidade das economias, dos sistemas políticos e na justiça social que comprovam a necessidade de mudança. Para Westley (2008), a mudança é sinonimo de vida, “quando paramos morremos”, assim se refere aos sistemas sociais que no momento em que param de evoluir e de se adaptar tornam-se rígidos, frágeis, desadequados e ineficazes.

A Inovação Social vem propor uma renovação que restabelece a capacidade de resiliência dos sistemas, a partir da capacitação das populações, potenciando o seu capital humano e social, constituindo um foco de atenção tanto para as ciências sociais como para as políticas estratégicas de desenvolvimento socioeconómico (Diogo, 2010; Piteira, 2010).

Este estudo direciona o seu foco no sentido de analisar a problemática do envelhecimento, procurando perceber de que modo a inovação social pode ser um apoio no contorno desta questão social.

Importa reconhecer a evolução ao nível de respostas sociais, e do importante papel do terceiro sector nesta dimensão de apoio, confrontando, porém, a evolução e as mudanças na classe social mais idosa, o que requer uma intervenção social diversificada e ajustada a esta nova realidade. Para tal, aborda as questões relativas ao empreendedorismo e inovação social, e o seu papel neste campo de atuação, e analisa um conceito inovador de apoio à terceira idade – Senior Cohousing.

O modelo de habitação designado de Senior Cohousing assenta na partilha de áreas comuns e no forte sentido de comunidade. Trata-se de comunidades criadas e dirigidas pelos seus moradores onde partilham espaços e experiências. Cada individuo ou família

vive na sua casa, com toda a privacidade imprescindível nestes projetos, convive e usufrui de espaços comuns como cozinha, lavanderia, jardim entre outros, sempre adaptados a cada grupo de cohousing e às suas características (Durrett, 2009).

A proposta que norteia esse tipo de comunidade, assim como os princípios de construção, são, segundo os princípios orientadores de McCamant e Durrett (2011), a promoção de interação entre os seus moradores e o desenvolvimento de um forte senso de comunidade. Todo o processo de criação de projetos de cohousing desenvolvem-se no sentido do bem-estar físico, emocional e social dos seus residentes. Bamford (2005), aborda a fragilidade dos laços humanos, considera que os condomínios fechados e propostas institucionais são segregacionistas e exclusivistas, confinando os seus moradores a espaços físicos pequenos e a um ambiente preestabelecido de regras e modos de funcionamento rígidos. Ele aponta que esse tipo de habitat como reflexo da destruição das habilidades de sociabilidade, além de promover o isolamento do indivíduo.

Pretende-se neste estudo abordar a imagem de uma proposta arquitetónica e socialmente favorável à classe dos idosos atuais, explorar este conceito com base numa abordagem da inovação social na tentativa de verificar a sua consistência a este nível.

## **1.2 Pertinência da investigação**

A relevância deste estudo surge essencialmente baseada em três fatores que passamos a apresentar.

Em primeiro lugar, o empreendedorismo social é um campo de investigação emergente, que carece da consolidação de um corpo teórico, capaz de compreender o empreendedorismo social de um modo abrangente. O empreendedorismo social é uma abordagem inovadora com o objetivo de melhor resolver os problemas sociais, com clara missão social, sustentável, passível de ser replicada em outros contextos e com capacidade de produzir impacto social em larga escala (Abdou, Fahmy, Greenwald, & Nelson, 2010).

Ao longo dos anos, a inovação foi entendida apenas pelos avanços tecnológicos que surgiam mas, atualmente, o conceito de inovação tem-se expandido para outros campos de atuação, como o social, e pode ser traduzida de forma muito simples: inovar para

encontrar soluções para os problemas sociais existentes, como a exclusão social, as desigualdades e a pobreza.

As áreas do empreendedorismo e inovação social começam a adquirir notoriedade e valorização por parte de académicos e investigadores (Sanzo- Perez, Álvarez-González , & Rey-García, 2015) e persiste a necessidade de explorar estes fenómenos de forma a conceber uma base teórico-prática sólida para este setor (Austin, Stevensen, & Wei-Skillern , 2006).

Em segundo lugar, o envelhecimento da população representa uma das problemáticas essenciais da situação demográfica presente e futura da sociedade portuguesa, acarretando questões ao nível das respostas existentes, e qual a sua adequabilidade.

Por último, o empreendedorismo social é um campo auspicioso, com elevado potencial para a resolução de problemas sociais complexos e persistentes, que as abordagens tradicionais não têm sido capazes de solucionar, pelo que adquire peculiar importância no panorama dos fortes desafios económicos e sociais que o país vive.

O empreendedorismo social é hoje alvo de atenção em todo o mundo. Trata-se de um campo de análise e intervenção emergente em termos políticos e científicos, estando o fenómeno a expandir-se rapidamente e a atrair atenção crescente dos vários sectores da sociedade (Martin & Osberg, 2007). Como campos emergentes da prática e investigação, o empreendedorismo e a inovação social fornecem oportunidades e desafios interessantes que requerem exploração. As exigências que advêm do envelhecimento populacional, as mudanças visíveis no grupo etário da terceira idade, as respostas e apoio que a sociedade oferece, todas estas questões beneficiam de uma abordagem inovadora no alcance de soluções adequadas.

Carreher e Welsh (2015) definem empreendedorismo social como o processo que desencadeia mudanças sociais, procurando colmatar as necessidades de uma população através de uma correta utilização de recursos existentes na procura de oportunidades inovadoras. O conceito de senior cohousing, um modelo de habitação colaborativa que começa a ganhar adeptos em todo o mundo, apresenta-se como uma possível forma inovadora de responder à necessidade da atual sociedade sénior.

Este estudo surge como suporte importante na divulgação deste processo baseado numa fundamentação teórica capaz de fortalecer a relevância e valor destinado a estes projetos na área sénior.

### **1.3 Objeto e proposições da investigação**

Este estudo tem como o objeto de investigação estudar o empreendedorismo social e o seu impacto na resposta às questões sociais relacionadas com o envelhecimento – o caso senior cohousing.

De forma a apoiar o objeto de investigação, este estudo foi sustentado na perspetiva de verificar os seguintes objetivos específicos:

- (1) Reconhecer a problemática do envelhecimento;
- (2) Identificar a existência de diferentes respostas sociais ao envelhecimento;
- (3) Apresentar o conceito de senior cohousing;
- (4) Determinar em que medida este fenómeno confere um carácter inovador;
- (5) Perceber de que modo a inovação social pode ser um apoio no contorno desta questão social.

A figura a seguir apresentada ilustra a orientação de toda a investigação:

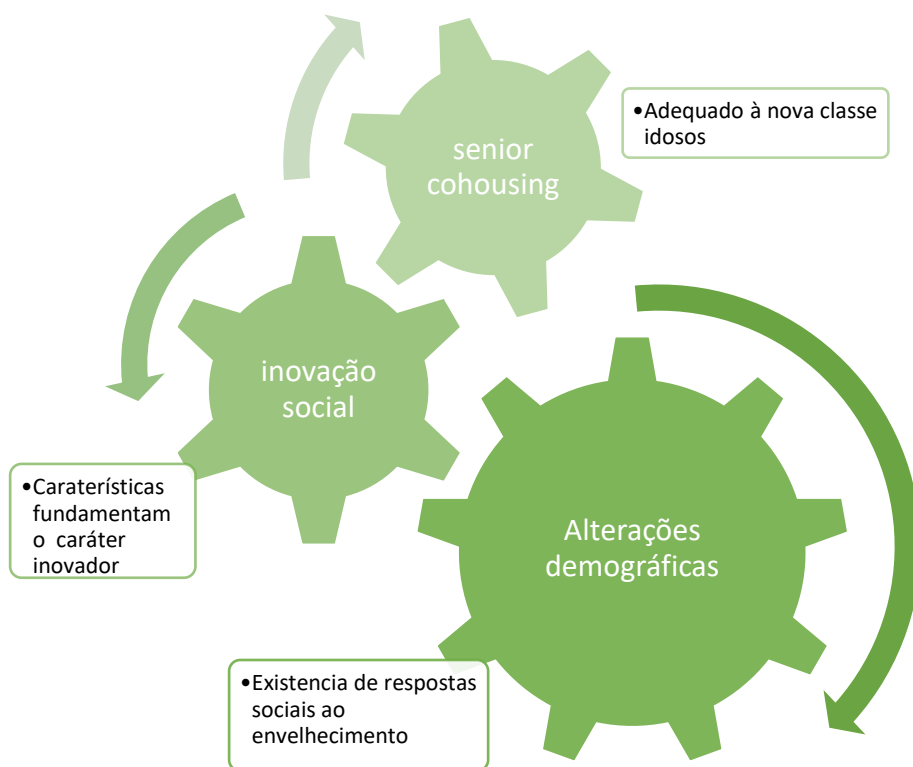


Figura 1 – Objetivos do estudo (elaboração própria)

Tal como se verifica na figura 1, de forma sequencial e alicerçada numa fundamentação teórica e metodológica adequada procuramos com esta investigação verificar as seguintes proposições definidas:

- i. A população apresenta uma tendência de envelhecimento constante;
- ii. As alterações demográficas constituem um problema social;
- iii. Existem respostas sociais adequadas às necessidades e potencialidades da sociedade em constante mudança.
- iv. A institucionalização em Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI ) é a solução indicada para todos os idosos que necessitem de apoio e segurança;
- v. O sistema de cohousing senior oferece benefícios à nova classe de idosos.
- vi. Este modelo habitacional trata-se de uma forma inovadora de promover o bem-estar da sociedade em mudança;
- vii. O senior cohousing obedece a características de um processo de inovação social.

- viii. Podemos considerar o conceito de cohousing senior, um modelo habitacional inovador, e será viável a sua aplicabilidade no contexto nacional;
- ix. Torna-se importante inovar em termos de ofertas sociais;
- x. Uma aposta em projetos de inovação social é uma forma de ultrapassar as questões sociais.

Todo este processo assenta num suporte concetual fundamentado que posteriormente se procura fortalecer com base no processo metodológico qualitativo.

#### **1.4 Metodologia de investigação**

Considerando o objeto de estudo definido e consequentes preposições elencadas optamos por uma metodologia de índole qualitativa.

A nossa investigação recai no estudo de casos de um modelo de habitação- senior cohousing, ainda em análise no nosso país o que impõe uma dificuldade prévia na obtenção de resultados.

Focamos a investigação em diferentes métodos de recolha de dados, na perspetiva de alargar conhecimento e explorar o caso de forma mais abrangente.

- I. Entrevista inicial
- II. Análise de discursos
- III. Entrevista de validação de resultados

Os dados recolhidos foram analisados com recurso ao software Nvivo 12, indicado na organização, gestão e tratamento do material recolhido por meios qualitativos.

#### **1.5 Estrutura da investigação**

Esta investigação está estruturada da forma abaixo apresentada.

O Capítulo I, denominado introdução, descreve o porquê da investigação, expõe o contexto geral da temática abordada, de seguida apresenta o objeto, objetivos e

preposições da investigação às quais se pretende dar ênfase. Ainda neste capítulo é delineado todo o processo metodológico.

No Capítulo II desenvolve-se a revisão da literatura de suporte ao estudo empírico, abordando conteúdos inerentes ao estudo em análise. De forma organizada, abrange diferentes áreas conceituais.

Inicialmente apresenta-se uma contextualização da realidade que se desenvolve em torno do envelhecimento e consequências sociais, recorre a uma abordagem do terceiro sector e a sua importância no contexto atual de resposta às necessidades e mutações da sociedade. Faz referência ao campo de atuação, no setor do envelhecimento, e das respostas sociais no nosso país.

A revisão da literatura insiste numa exposição do fenómeno do empreendedorismo social aliado ao conceito expansivo da inovação social e toda a envolvência destes temas na problemática analisada. Por fim apresenta um processo de habitação diferenciado e em visível expansão pelo mundo – Senior Cohousing.

O Capítulo III começa por expor a metodologia de investigação, especifica o tipo de investigação assim como o método de recolha e análise de dados. Posteriormente, neste capítulo incluímos a Análise e Discussão dos Resultados onde apresentamos os projetos analisados e no qual é efetivada a explanação dos resultados obtidos nas entrevistas e análise de discursos com recurso ao software Nvivo 12.

Os resultados da Investigação são definidos no Capítulo IV, este capítulo demonstra as principais conclusões obtidas com a realização desta investigação, assim como, algumas limitações e sugestões de futuras linhas de investigação.

## CAPITULO II – BASE TEÓRICA

### 2.1. Introdução

Este capítulo conceitual, dedicado à apresentação de noções envolvidas neste estudo, assenta na abordagem de conceitos importantes e essenciais ao estudo em análise. Neste capítulo, pretende-se, com a revisão da literatura existente, fazer o levantamento dos conceitos teóricos e dos fundamentos teóricos, passíveis de suportar o corpo da investigação.

Assim, de acordo com o enquadramento de investigação formulado no Capítulo I, e com os objetivos enunciados, considera-se pertinente discutir e explicitar a teoria subjacente à temática em estudo. Parece-nos, também, fundamental realizar um processo de contextualização da realidade que passa por apresentar uma abordagem da problemática do envelhecimento, referir a importância e papel do terceiro setor no âmbito do apoio social, não descurando uma exposição das respostas sociais existente para a classe social dos mais velhos.

A análise do tema de empreendedorismo social e inovação social é imprescindível dada o valor e fundamento de toda a investigação. Por fim, torna-se adequado apresentar o conceito de senior cohousing que sustenta a grande finalidade deste estudo (Figura 2).

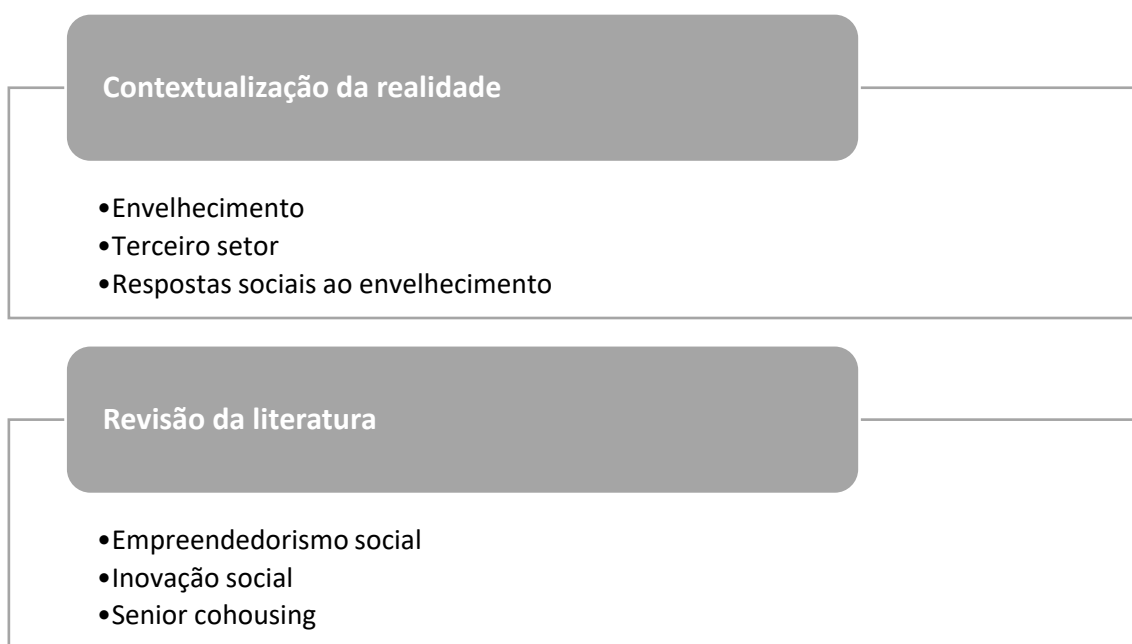


Figura 2 – Abordagem da literatura (elaboração própria)

Tal como verificamos na figura 2, este capítulo será subdividido numa primeira parte de contextualização da realidade e a segunda exporá a revisão da literatura.

## **2.2. Contextualização da realidade**

### **2.2.1 Envelhecimento**

O envelhecimento demográfico é um fenómeno cada vez mais significativo e visível no mundo atual, ao qual Légaré (2001, pág. 118) denomina de “democratização da velhice”, pois é algo que abrange todas as sociedades, independentemente das suas características e contexto.

Esta alteração populacional confere um desafio incontornável à sociedade em geral, quer pela diversidade que compõe este grupo etário de pessoas mais velhas, quer pelas alterações sentidas na composição familiar e nas estruturas económicas, o que incita ainda ao surgimento de profissionais direcionados para as questões relacionadas com esta classe social (Fernandes, 1997; 2008).

#### **2.2.1.1. Panorama do envelhecimento no Mundo e em Portugal**

As projeções da INE apontam para o agravamento do envelhecimento demográfico em Portugal, nos próximos anos. Entre 2015 e 2080, as projeções indicam uma perda significativa do índice populacional (10,3 milhões para 7,5 milhões de pessoas). O número de jovens será reduzido (1,5 para 0,9 milhões), resultado da diminuição da taxa de natalidade, por sua vez o número de idosos passará de 2,1 para 2,8 milhões. Face ao decréscimo da população jovem e acompanhando o aumento da população idosa, o índice de envelhecimento populacional aumentara significativamente, passando de 147 para 317 idosos por cada 100 jovens em 2080 (INE,2017).

Face ao exposto neste item é possível definir a proposição i. A população apresenta uma tendência de envelhecimento constante.

Portugal é atualmente um dos países mais envelhecidos da Europa (INE, 2008). As mudanças mais notáveis ocorreram entre 1940 e 2001, altura em que a população com 65 anos e mais aumentou 243,6% (Rebelo & Penalva, 2004).

Os resultados das projeções de população residente em Portugal para o período 2000 a 2050 (variam em cenários baixo, base e elevado), indicam que a população idosa (com 65 ou mais anos de idade) tenderá a aumentar drasticamente variando entre 2,7 a 3 milhões de idosos em 2050 correspondendo a uma proporção entre 63,2% e 76,5% da população total.

Todos os cenários projetados indicam uma redução do grupo etário com menos de 65 anos de idade e um aumento da população com mais de 65 anos, sendo assim previsível um aumento do índice de envelhecimento até 2050. Como resultado das mudanças da estrutura etária, em Portugal o índice de envelhecimento poderá atingir os 4 idosos por cada jovem, um aumento significativo em relação aos valores apresentados no ano 2000.

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (2015), em virtude do declínio da natalidade, do aumento da longevidade e da esperança média de vida surge uma tendência notável para o aumento da população com idade mais avançada, e esta será a tendência demográfica do século XXI. De acordo com os dados do relatório do INE (2015), a proporção mundial de pessoas com 60 ou mais anos de idade aumentou de 9,2% em 1990 para 11,7% em 2013, e prevê-se que continue a aumentar, podendo atingir 21,1% em 2050.

Também no resto do mundo esta tendência é visível. Segundo dados disponibilizados pelas Nações Unidas, a idade média da população no mundo, e na Europa, tem vindo a aumentar de forma contínua passando de uma média de 30 anos em 2000 para os 40 anos em 2010, e estima-se que possa atingir os 47 anos em 2050. Em Portugal, essa evolução tem sido ainda mais intensa, passando de uma idade média da população de 41 anos em 2010, para uma previsão de chegar aos 50 anos em 2050 (Rosa, 2012). O envelhecimento demográfico é uma realidade que atinge todo o mundo, embora apresente proporções mais fortes na Europa, e muito concretamente em Portugal.

Nos anos 80, Portugal apresentava-se como um dos países com a população menos envelhecida da EU, situação que se inverteu, sendo hoje um dos países mais

envelhecidos da Europa, e do Mundo. Entre 1960 e a atualidade, Portugal passou de um grupo etário de jovens que representava 29% da população total para uma representatividade de 15%, sendo visível a perda populacional nesta faixa etária. Por outro lado, a população idosa representava os 8% da população passando aos 19%, tendo aumentado significativamente. Surge ainda uma nova parcela dos idosos com mais de 80 anos, grupo designado de “quarta idade”, com uma expressividade crescente.

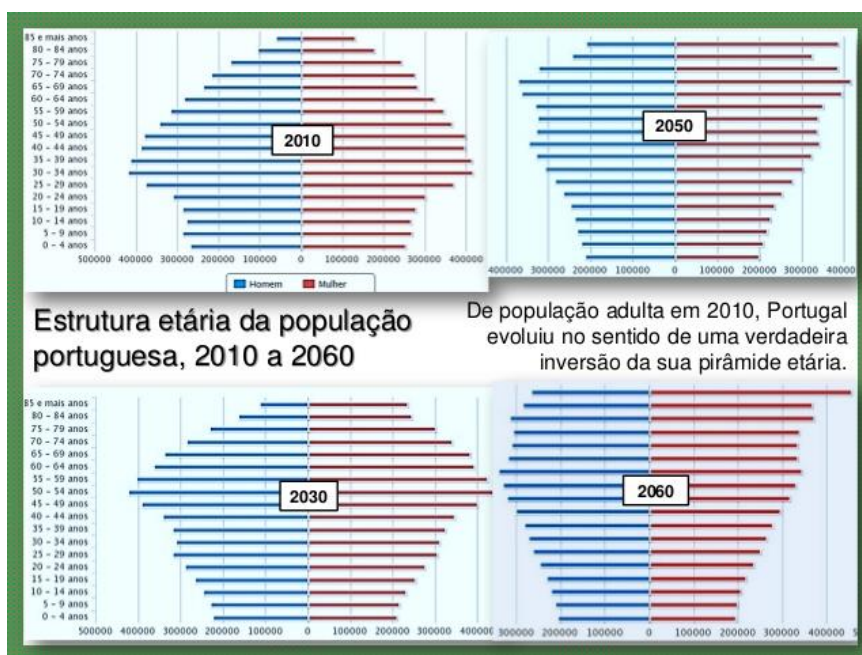


Figura 3 – Estrutura etária da população portuguesa (2010-2060) FONTE: INE 2014 (CENSOS 2011)

Os resultados prospetivos do Instituto Nacional de Estatística, não deixam grande margem para dúvidas a este propósito. A população portuguesa deverá continuar a envelhecer e poderá continuar a acontecer de modo particularmente intenso. Mesmo que os níveis de fecundidade aumentem ligeiramente e que os saldos migratórios continuem positivos no futuro, em 2060, a população de Portugal poderá continuar próxima dos dez milhões de pessoas, mas será bem mais envelhecida do que hoje: o número de pessoas com 65 e mais anos poderá ser quase o triplo do número de jovens (índice de envelhecimento 271); um em cada três residentes em Portugal (32%) poderá ter 65 ou mais anos (atualmente o valor é de 19%, portanto, menos de um em cada

cinco); a população com 80 e mais anos de idade poderá equivaler a 1,4 milhões de pessoas e representar cerca de 13% da população residente em Portugal; o número de pessoas em idade ativa por pessoa em idade idosa, atualmente um pouco superior a três, poderá ser inferior a dois; a população em idade ativa com menos de 40 anos poderá diminuir, aumentando, em contrapartida, o número de indivíduos nas idades ativas superiores (especialmente com 55 e mais anos.” (Rosa, 2012).

### 2.2.1.2. Razões do envelhecimento

O envelhecimento da população portuguesa tem vindo a aumentar quer pelo estreitamento da base da pirâmide etária, com a redução da população jovem, quer pelo alargamento no topo com o aumento da população idosa, verificando-se a tendência para a inversão da pirâmide (INE, 2012).

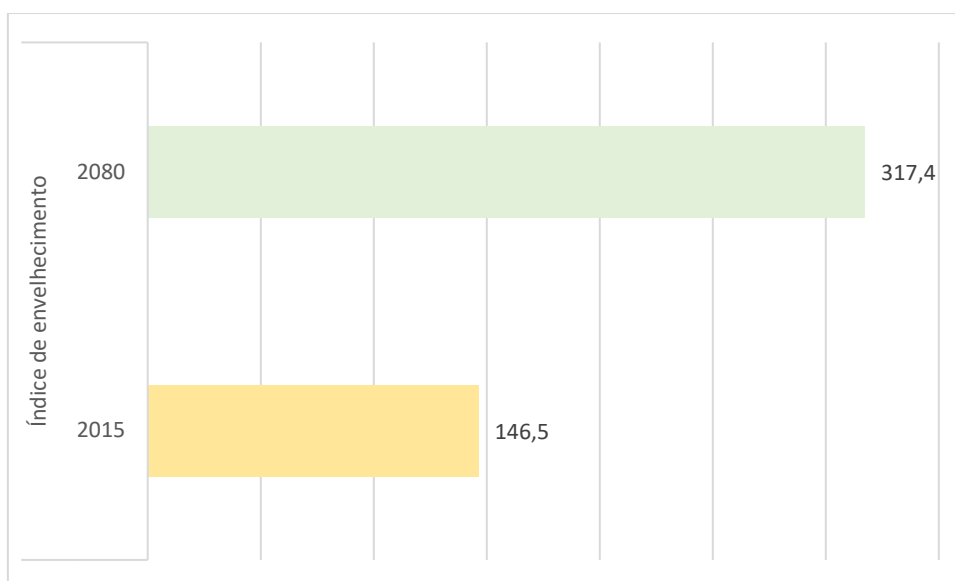


Gráfico 1 - Índice de envelhecimento (elaboração própria)

**Índice de envelhecimento** é a relação existente entre o número de idosos e a população jovem numa certa região. É habitualmente expresso em número de residentes com 65 ou mais anos por 100 residentes com menos de 15 anos.

A conjugação de diferentes fatores conduziu ao envelhecimento da população, devendo-se essencialmente ao decréscimo da taxa de natalidade e à diminuição da taxa de mortalidade (Carrilho *et al*, 2010).

Em Portugal, em 2011, a população idosa aumentou proporcionalmente à população jovem. Além dessa questão será importante considerar outros valores na evolução demográfica, nomeadamente, o aumento da longevidade e da esperança de vida como consequência de índices muito baixos de mortalidade. A redução da mortalidade em todas as faixas etárias, inclusive nas pessoas mais idosas, justifica o envelhecimento populacional no topo da pirâmide (Carrilho *et al*, 2010).

**Portugal e NUTS II, 2015 (estimativa) e 2080 (projeção)**

População total		População 0-14 anos		População 15-64 anos		População 65 e mais anos		Índice de envelhecimento	
2015	2080	2015	2080	2015	2080	2015	2080	2015	2080
10 341	7 478	1 460	876	6 739	3 819	2 140	2 781	146,5	317,4
330	186	832	510	674	812	824	864		

Quadro 2 – Análise da população portuguesa Fonte: baseado em INE

O aumento considerável do envelhecimento populacional é motivado pelo avanço da biomedicina, bem como pela melhoria das condições gerais acessíveis à sociedade, nomeadamente, as condições de higiene, o desenvolvimento da educação, o acesso à informação, prevenção na saúde pública, entre outros, evoluções que superam o aparecimento de doenças degenerativas e respiratórias, que representam causas de morte muito relevantes (Pordata, 2013).

Esta melhoria nas condições de saúde das populações teve, como consequência, um ritmo acelerado do aumento da longevidade populacional em Portugal. De 2001 para

2010, a esperança de vida à nascença aumentou uma média de 3 anos para ambos os sexos (Pordata, 2013).

O envelhecimento da sociedade acontece por duas razões fundamentais, um declínio muito importante na mortalidade infantil e um aumento significativo da esperança média de vida.

Para além destes fatores, o número de nascimentos por mulher é cada vez menor sendo insuficiente para garantir a renovação de gerações. Em Portugal, seria necessário que cada mulher em idade fértil tivesse pelo menos 2,1 filhos para manter a renovação de gerações, situação que deixou de ocorrer desde 1982. Portugal apresenta um declínio assustador no número de nascimentos, situação que mantém uma evolução negativa. Para alterar esta situação são exigidas medidas que incentivem à natalidade pois as sociedades desenvolvidas confrontam-se, na sua maioria, com este flagelo. Envelhecem, num mundo que vai continuar a crescer em termos populacionais, conforme refere Rosa (2012).

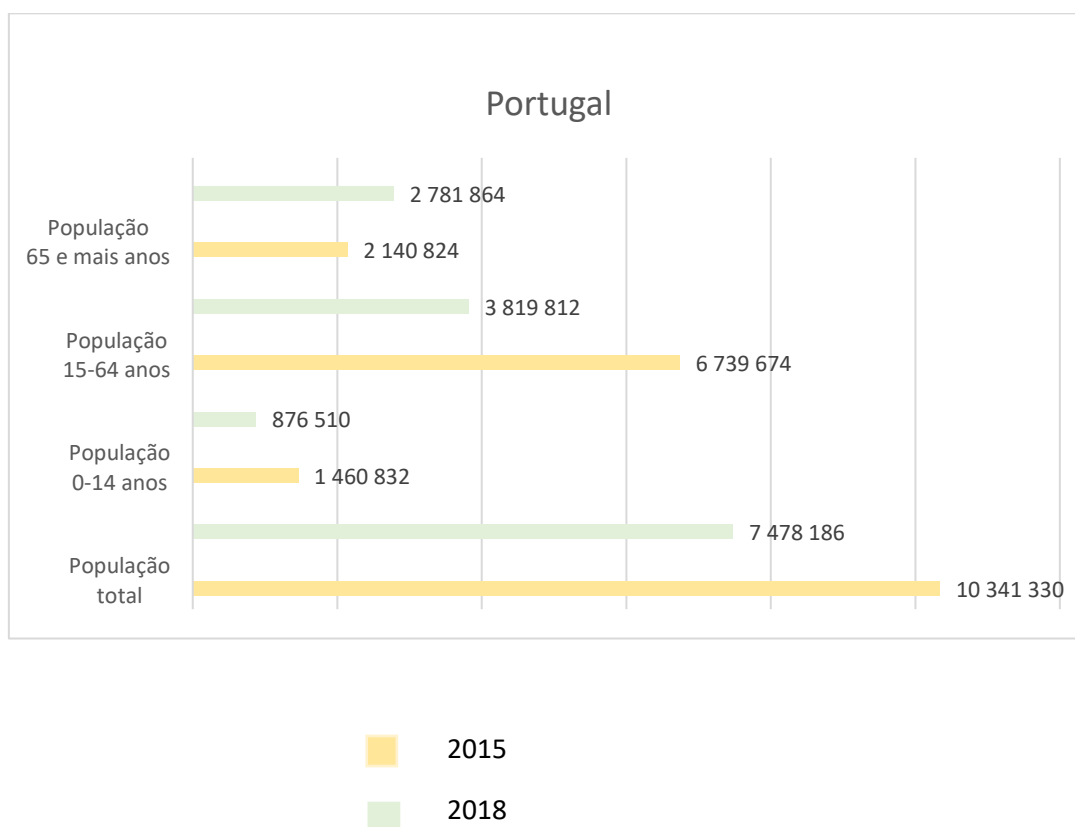


Gráfico 2- Envelhecimento populacional em Portugal (elaboração própria)

Para que possa existir uma renovação de gerações é preciso, acima de tudo, que haja um valor de nascimentos superior ao valor de óbitos. Ora, em Portugal, esta situação é claramente antagónica havendo grande défice de nascimentos em relação aos óbitos, sendo uma manifestação clara de diminuição dos níveis de fecundidade.

São os países desenvolvidos e, principalmente, a Europa, que apresentam sinais de um envelhecimento mais consistente e uma cada vez menor capacidade de inverter esta tendência (Rosa, 2012).

O envelhecimento demográfico é, assim, um fenómeno irreversível. O envelhecimento demográfico permanece como o grande desafio e uma enorme oportunidade para sociedade portuguesa promover a solidariedade entre gerações e garantir uma sociedade inclusiva para jovens, adultos e pessoas idosas.

Os dados mais significativos dos Censos 2011 informam que a população jovem (04-14 anos de idade) desceu para 15% e que a população idosa (65 e mais anos) subiu para 19% (INE, 2011). Significa que “por cada 100 jovens há hoje 129 idosos” (Idem, p.1)

A composição das famílias Portuguesas retrata a existência de mudanças na sociedade, a dimensão quantitativa do envelhecimento demográfico somado ao recuo da taxa de natalidade afeta a composição média das famílias portuguesas, cada vez mais formadas por uma ou duas pessoas (Rosa, 1997). Com efeito, os resultados dos Censos 2011, confirmam que a dimensão média das famílias desceu para 2,6 pessoas por família (INE, 2011).

Do ponto de vista social, a sensibilização com relação ao envelhecimento demográfico, exige a preparação da sociedade para aceitar, compreender e agir perante este grupo social cada vez maior e mais vulnerável (ONU, 2002). Novos métodos de trabalho e novas medidas de ação urgem no sentido de aceitar a longevidade como uma oportunidade e não como problema. O envelhecimento ativo surge como método de promoção de autonomia e bem-estar, de modo que a população não apenas prolongue a vida adiando a morte, mas que desfrutem de uma vida com qualidade, segurança e independência (World Health Organization, 2005).

Sintetizando este ponto, podemos aferir a existência de uma população envelhecida por todo o país. Este fenómeno deve-se a fatores diversos, em primeiro lugar a questão relacionada com a baixa natalidade, a redução do número de filhos por casal, e o nível de fecundidade insuficiente para possibilitar uma renovação de gerações. Um outro fator reside na melhoria das condições de vida das populações, a melhoria na qualidade de vida, consequência do acesso à informação e a condições de apoio na saúde aperfeiçoadas, prevenindo e tratando doenças epidemiológicas e de degenerescência orgânica e promovendo a longevidade e o envelhecimento ativo. Como consequência, a população vive por mais anos e com maior qualidade de vida, no entanto, em casos em que se verifique dependência por doença, ou por qualquer outro motivo, a tendência de institucionalização dos idosos aumenta.

Estas mudanças exigem uma visão e ponderação pluridimensional uma vez que a tendência de envelhecimento se mantém, exigindo uma aposta na resposta a esta população de modo a proporcionar-lhes uma vida feliz e decente. (Louvot-Runavot, 2001).

Para Guedes (2012), a sociedade está a ser alvo de mudanças radicais na sua dinâmica, resposta às mutações no papel feminino na família e mercado de trabalho, o estatuto do idoso no seio da família e na sociedade. Situações estas que comprometem laços de solidariedade e relações familiares.

Pimentel (2001) reforça, alertando para a alteração do papel do idoso na sociedade civil, passando de uma pessoa com valor e respeito hierárquico, incluído e aceite na sociedade e nas decisões familiares, para uma pessoa desvalorizada no seu papel experiente e considerado uma carga familiar, improdutivo e com desvalorização social.

### **2.2.1.3. Problemática do envelhecimento**

O envelhecimento populacional é mencionado como um dos problemas cruciais do século XXI por Cabral et al. (2013), dado que o aumento continuo do grupo etário mais envelhecido acarreta desafios para o planeta. Trata-se, portanto, de um problema social relevante (Rodrigues & Henriques, 2007).

Para Pocinho (2014), esta nova pirâmide populacional determina mudanças sociais, transformações familiares, alterações habitacionais, situações que implicam o desenvolvimento de novas regras adaptadas a esta nova realidade.

As implicações do envelhecimento não são puramente demográficas mas, pelo contrário, “tem consequências que vão muito além da demografia” (Lutz, Sanderson & Scherbov, 2009, p. 76). As suas consequências atravessam dimensões laborais, familiares, sociais, económicas e até áreas de lazer, têm impacto na definição do tempo de reforma e na sustentabilidade do sistema de pensões. O crescimento da esperança média de vida é um aspeto influente no mundo de forma multidimensional (Bárrios & Fernandes, 2014). O envelhecimento da população tem reflexos muito significativos sobre todo o universo social. Despoleta uma maior procura de cuidados de saúde, aumentam as perdas de autonomia e aumenta a dependência e necessidade de apoio.

Todo o sistema social sofreu mutações que condicionam e são condicionadas pelo envelhecimento populacional, o apoio geracional vivenciado em tempos passados foi substituído pela mobilidade laboral e indisponibilidade de tempo. As modificações na dimensão da família, gerações que em tempos eram alargadas e atualmente são compostas por um ou dois elementos, a perda do cônjuge e todos estes fatores que podem conduzir a situações de solidão, isolamento e medo do futuro. Esta realidade está associada a uma parcela muito elevada dos agregados familiares de idosos em Portugal. Somada a esta situação surgem as precárias condições de habitações e os rendimentos precários que constituem receios perante a situação de envelhecimento.

Nas grandes cidades da Europa, uma grande parte da população mais idosa vive em abandono (Coelho, 2004). Uma em duas pessoas com mais de 85 anos vive em completa solidão. Nas principais cidades portuguesas esta situação começa também a constatar-se.

Como refere Costa (1998), só recentemente, o envelhecimento começou a ser tema importante aquando da definição das políticas públicas, reforçando ainda que o papel do idoso na vida social começa a ser inexistente.

De acordo com Capucha(2005) é no processo de envelhecimento que se verifica a questão da autonomia e que despoleta a necessidade de cuidados pessoais, sociais e de saúde com mais intensidade (Carvalho, 2011). Este facto constituiu o centro das

preocupações devido ao aumento das pessoas idosas, e da necessidade de retaguarda e apoio familiar. Entra em choque com a nova organização familiar e com a escassez de tempo imposta pelas sociedades modernas (Almeida & Guerreiro, 1993; Pimentel, 2005).

As mutações familiares, conduzidas pela crescente mobilidade geográfica e social, a necessidade de interação e adaptação a novos papéis e funções (Almeida & Guerreiro, 1993; Pimentel, 2005), a valorização de novos termos de individualismo e independência resultam na dificuldade em integrar a população mais idosos no seio familiar. Por sua vez, as transformações na estrutura e dinâmicas do grupo familiar, decorrentes de novas formas de coabitação, novas formas de constituição envolvidas em novos ambientes habitacionais, resultam no descomprometimento para assumir funções que foram durante muito tempo pertença exclusiva do agregado ou núcleo familiar (Martins, 2006; Santos, 2009). Prova disso é a existência de um número elevado de pessoas idosas a viver de forma isolada (INE, 2011; Carvalho, 2012), “a despeito dos riscos sociais e suas consequências, agravados pelos estigmas negativos em torno das questões do envelhecimento”.

Discute-se essencialmente, os enormes riscos associados à longevidade decorrentes das situações de isolamento e dependência vivenciados por esta classe social fragilizada. O declínio biológico associado à doença e incapacidade, a representação social assente na desvalorização e improdutividade (Marques, 2011) e aceites como características normais e inevitáveis desta fase (DGS, 2004).

Ao setor da saúde são lançados desafios de adaptabilidade a este novo conceito populacional, a emergência de novas estratégias, e formas de abordagem tornam-se incipientes (Paúl, 2005). O conteúdo expresso neste subcapítulo remete para a apresentação da proposição ii, As alterações demográficas constituem um problema social.

Nesta ordem de ideias a autonomia e o envelhecimento ativo constituem importantes desafios para o “sistema global de cuidados que opera com os idosos, ao mesmo tempo que estes são os alvos mais diretos” (DGS, 2004).

#### **2.2.1.4. Bem-estar e Envelhecimento ativo**

No âmbito de preocupações enquadradas no paradigma político de envelhecimento ativo definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “processo de otimização de oportunidades de saúde, participação e segurança com vista a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas envelhecem (World Health Organization, 2005, p.12) e “ parte de uma estratégia política de reinvenção do significado de envelhecer e de análise de questões elementares como aquelas relacionadas com os direitos e deveres dos cidadãos” (Ribeiro, 2012, p. 38), procuramos perceber esta abordagem e de que modo as questões habitacionais interferem neste campo de ação.

As preocupações com esta classe social atravessam áreas da saúde, segurança e aprendizagem ao longo da vida (International longevity centre, 2015). Esta visão, bastante abrangente e multidimensional, encara o envelhecimento ativo como um “processo socialmente estruturado” (José, 2014, p. 44).

Os fatores determinantes do envelhecimento ativo, tem um carácter de mútua responsabilidade dos sistemas sociais e de saúde, aos quais compete a promoção de respostas facilitadoras de um estilo de vida saudável e positivo (Ribeiro & Paúl, 2011). Embora esta abordagem se apresente como tendência global das sociedades europeias, e da sociedade portuguesa em particular (Cabral et al., 2014), o envelhecimento surge como um fenómeno complexo, vivenciado e condicionado por diferentes aspetos da vida da pessoa, determinando a forma como o proposta do envelhecimento ativo, em todas as suas dimensões, é experimentado por cada individualidade nas suas limitações e assimetrias sociais e territoriais (Foster & Walker, 2014).

Vários são os programas desenvolvidos em torno da promoção de um envelhecimento ativo, teoria muito em voga. Bárrios e Fernandes (2014) alertam para a necessidade de se proceder de forma preventiva, antecipando e trabalhando sobre problemas e situações críticas, desenvolver propostas de ação integradas numa perspetiva de ciclo de vida, num trabalho envolvente de todas as faixas etárias evitando uma aposta direcionada para o grupo dos mais idosos. A este nível, as recomendações da Comissão Europeia vão no sentido de que as políticas abranjam um número cada vez maior de idosos e sociedade envolvente, de modo a que estes possam “beneficiar duma vida mais ativa, saudável e participativa” (Carneiro et al., 2012, p. 32).

É impossível não refletir sobre as alterações na composição demográfica do País, constituído, maioritariamente, por pessoas idosas cujas características encaminham para necessidades específicas. Estas características fazem do envelhecimento demográfico uma questão política e social, por diversas razões como aumento da despesa com reformas, despesas de saúde, reestruturação da proteção social, questões que levam este problema social a um patamar de interesse generalizado (Simões, 2006). Torna-se, assim, imperioso que as políticas no domínio do envelhecimento adotem uma abordagem baseada na longevidade visível da população, respeitando características e necessidades individuais (ONU, 2002).

Apesar da existência de abordagens coletivas destinadas a promover o envelhecimento ativo, como a do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, o mesmo deve ser intensificado através de ações locais de proximidade (Ribeiro & Paúl, 2011).

A partir deste panorama demográfico e social novas discussões surgem em torno da compreensão deste fator na procura de formas de ação significativas. Esta nova imagem populacional exige novas perspetivas e soluções inovadoras capazes de reconhecer a mudança e arremeter nas suas características, exige, pois, um “investimento social e empreendedor” (Paul, 2012). “Reconhecer a evolução das estruturas demográficas, bem como a heterogeneidade associada aos mais velhos, obriga a que se desenvolvam e promovam respostas sociais adequadas e que equacionem os papéis do idoso, da família, da comunidade e dos diversos poderes políticos” (Carneiro *et al.*, 2012 p.20 ), Estas informações fortalecem a apresentação da proposição iii. Existem respostas sociais adequadas às necessidades e potencialidades da sociedade em constante mudança.

### **2.2.2. Terceiro Setor**

Desde sempre que particulares ordens religiosas e militares assumiram iniciativas de apoio às necessidades das populações. Com a Constituição da República Portuguesa, em 1976, definiu-se que a organização económico-social de um país resulta da atividade de três sectores: o sector público; o sector privado empresarial; e o sector cooperativo e

social. Este último recebe, habitualmente, a designação de Terceiro Setor ou de Organizações sem fins lucrativos, com uma missão solidária e sem finalidade de distribuição de lucros. Estas organizações destacam-se pelo facto de prestarem serviços com o objetivo de satisfazer necessidades que o Estado e o Mercado não contemplam. O setor social sofreu transformações positivas ao longo das últimas décadas, situação que lhes conferiu uma posição fundamental na sociedade. O impacto das suas ações preenche lacunas muitas vezes deixadas pelo estado nas várias áreas de intervenção (Albuquerque, 2006). Segundo Chaves e Monzón (2007), esta tendência deve-se a uma multiplicidade de fatores. O crescimento e diversificação de respostas sociais apresentadas por estas organizações, e a crescente importância ao nível do desenvolvimento económico, bem como, o seu papel gradual em todo o contexto político-social de um país.

A diversidade do setor não lucrativo português é visível através dos seus públicos, dimensão, grau de formalidade das suas estruturas, grau de profissionalismo da sua gestão, entre outros aspetos (Andrade & Franco, 2007). De acordo com as tipologias definidas por Franco *et al.* (2005), em Portugal, o terceiro setor é composto por: Associações, Fundações, Cooperativas e Misericórdias, com acesso a diferentes estatutos sociais. Entre os quais temos as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que são organizações sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público. Os objetivos das instituições concretizam-se mediante a concessão de bens, prestação de serviços e de outras iniciativas de promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades nos variados domínios (Instituto da Segurança Social, IP, 2014).

A visibilidade destas instituições no atual contexto de agravamento das condições económicas e sociais tem sido cada vez maior, trazendo as IPSS para primeiro plano. O reconhecimento do seu papel no desenvolvimento local e o facto de terem um contacto privilegiado com a população, faz com que a sociedade recorra com mais frequência a estas instituições, mas, ao mesmo tempo, atribua uma maior exigência aos serviços prestados por estas.

### **2.2.3. Respostas sociais do envelhecimento**

#### **2.2.3.1. Estado e Políticas sociais na velhice**

As políticas sociais têm vindo a adaptar a sua orientação às características e mutações da sociedade. No domínio da Segurança Social o investimento vai na direção das classes mais vulneráveis, visando através da ação social melhorar as condições de integração, desenvolvendo diversos programas e criando equipamentos que sustentem as prioridades e necessidades sociais. Especificamente na velhice, Portugal consagrou na Constituição da República Portuguesa (no art. 72) que as pessoas idosas têm direito à segurança económica e condições de habitação e convívio familiar que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem o isolamento e a marginalização social. Este princípio é efetivado a partir da política social dirigida à classe mais velha através da criação de respostas sociais concretas e adaptadas (Lourenço, 2005).

Apresentamos, de seguida, uma breve abordagem histórica da evolução das políticas sociais em Portugal:

- Em 1911, com a implementação da República, ficaram definidos e consagrados os direitos dos portugueses que assentavam essencialmente em princípios de justiça social, solidariedade e de igualdade.
- Com a Constituição de 1933, Portugal introduz de forma obrigatória um novo formato de seguro social.
- Quaresma (1998) salienta que no final dos anos 60 as políticas sociais de apoio à terceira idade eram muito escassas sendo que esta problemática não terá sido objeto de análise. Em 1969 iniciaram a abordagem da política na velhice, na Assembleia Nacional trataram o tema do envelhecimento e problemáticas inerentes ao mesmo (Gomes, 2000).
- Apenas em 1971 emerge o serviço de Reabilitação e Proteção aos idosos no campo da assistência social, tendo sido criado, em simultâneo, um departamento de apoio aos idosos que visava colmatar as suas necessidades e problemas.

- Com a Revolução de 1974, a proteção social estendeu-se aos vários grupos vulneráveis da sociedade.
- Através da Constituição da República, em 1976, incrementa-se a universalização dos direitos em Portugal. Ao estado cabe a responsabilidade de organizar, gerir e contribuir para que o serviço de Segurança Social seja eficaz. A intervenção das IPSS e demais mecanismos do terceiro setor, exigiu a introdução de um regulamento legal e mecanismos fiscalizadores de gestão a este setor interventivo.
- Em 1994, surge o Programa de Apoio Integrado a Idosos (PAII), uma parceria que alia o trabalho do Ministério da Saúde e o Ministério do Emprego e da Segurança Social (Tavares, 2014).
- Os programas de apoio, nomeadamente o PARES, inicialmente lançado em 2006 tendo por finalidade apoiar o desenvolvimento e consolidar a rede de equipamentos sociais no território continental, têm contribuído para a supressão de assimetrias sociais.

A evolução e as mutações sociais e políticas conduziram a um alargamento da rede de instituições de acolhimento à terceira idade, essencialmente orientadas por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras organizações privadas (Neves, 1998).

Verifica-se, portanto, uma evolução no que concerne os apoios sociais, resistindo uma política de apoio universalista em detrimento do apoio assistencialista prévio à Constituição Portuguesa (Andrade, 2009).

### **2.2.3.2. Tipologia das respostas sociais do envelhecimento**

Em Portugal, a rede informal de apoio composta pela família, amigos e vizinhança, embora num processo de mutação e diminuição visível continua a subsistir.

A rede formal, baseada essencialmente nos apoios público-privados, como é o caso dos serviços disponibilizados através da rede de serviços e equipamentos sociais encontra-se em visível crescimento, aumentando a capacidade oferecida, assim como a diversidade apresentada (Nogueira, 2009).

Para Cantor (1992), o recurso ao sistema formal surge apenas quando a retaguarda familiar é fraca ou inexistente. Para Martins (2005), as redes sociais de apoio são essenciais para o bem-estar dos idosos, colmatando necessidades, evitando situações de isolamento e abandono. Martins (2005) reforça que, é essencial desenvolver respostas adequadas às questões emergentes, e que é necessário acompanhar a evolução.

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), identifica o conjunto alargado de respostas sociais, direcionando o seu trabalho na procura de equidade e inclusão social.

No âmbito do relatório da Carta Social “considera-se ‘equipamento social’ toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem diretamente junto dos utentes” (Nogueira, 2009, p.23). Segundo o Instituto da Segurança Social e a Direção-Geral da Segurança Social <sup>2</sup> as respostas sociais e programas direcionados para a população idosa tem por finalidade a promoção do bem-estar e a autonomia dos idosos, procurando promover a permanência no domicílio e no meio familiar, oferecendo serviços facilitadores de apoio (Nogueira, 2009).

Conforme é referido na Carta Social (Gonçalves, 2010) as entidades responsáveis pelas respostas sociais diferem em termos de natureza jurídica: lucrativas e não lucrativas. Tendo por base os dados do relatório da carta social 2017, o número de entidades proprietárias de equipamentos sociais tem registado uma evolução positiva entre 2000 e 2017 (65 %). Os equipamentos pertencentes às entidades não lucrativas continuam a ser o pilar estruturante da Rede de Equipamento Sociais, embora se evidencie um crescimento do número de equipamentos da rede lucrativa nos últimos anos. Em 2017, estavam registadas 6.500 entidades, das quais 71,8 % compreendiam entidades não lucrativas. Sendo que, desde 2002, o investimento tem sofrido alguma descida, o investimento direciona-se para as questões de funcionamento e gestão (Gonçalves, 2010). Em 2007 devido à política pública de alargamento da Rede de Serviços e Equipamentos, tendo por base novos programas de investimento em equipamentos sociais, como o PARES, verifica-se uma nova aposta no investimento social (Nogueira,

---

<sup>2</sup> [www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

2009). A Rede subsiste com os acordos celebrados entre Estado e Instituições do terceiro setor, pela comparticipação do cliente, ou respetiva família, e pelas receitas próprias das instituições (Nogueira, 2009). O Estado, através de celebração de acordos de cooperação financeira, apoia as Instituições na prossecução dos seus objetivos sociais (IGFSS, 2010).

A Segurança Social tem ao seu dispor, com a ajuda de iniciativas particulares como as Misericórdias, Institutos Particulares de Solidariedade Social (IPSS), várias respostas sociais que visam responder às necessidades da população idosa, nomeadamente:

#### (1) Serviço de apoio domiciliário

Segundo o Despacho Normativo nº682/99 de 12 de Novembro, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária;

#### (2) Centro de dia

Segundo o Guião Técnico aprovado por despacho em 29.11.2004, o Centro de Dia é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar, tendo como principal objetivo, favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida, contribuir para retardar ou evitar a institucionalização, contribuir para a prevenção de situações de dependência, promovendo a autonomia;

#### (3) Centro de noite

Segundo o Guião técnico aprovado por despacho, o Centro de Noite é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite;

#### (4) Acolhimento familiar para pessoas idosas

Segundo o Decreto-lei nº391/91, de 10 de outubro, o acolhimento familiar para pessoas idosas, é uma resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio;

#### (5) ERPI (estrutura residencial para pessoas idosas)

Segundo o Despacho Normativo nº12/98 de 25 de fevereiro um lar de idosos caracteriza-se por ser uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

Segundo Quaresma (2002), o que se pretende é adequar os serviços às reais necessidades de cada um, garantindo a acessibilidade de todos às respostas existentes de acordo com as suas características.

Durante muito tempo apenas existia a possibilidade de internamento definitivo como único meio de apoio à terceira idade, embora não se tratasse de pessoas com necessidades permanentes. A evolução nesse sentido permite, atualmente, um leque mais variado de serviços e equipamentos, permitindo ao idoso uma adequação às suas necessidades e potencialidades (Pimentel, 2001).

Desde 2000 que se verifica um aumento significativo do número de respostas sociais do âmbito da Rede de serviços e equipamentos sociais RSES, sendo que a maior percentagem se direciona para o apoio a crianças e jovens e pessoas idosas.

Dados do relatório da carta social 2017 indicam que, as respostas sociais dedicadas à população idosa, representavam quase 45%, o que reflete a importância dada a este grupo social. Em 2017 iniciaram atividade um grande número de respostas sociais dirigidas às pessoas idosas, particularmente ERPI, SAD e Centro de dia, situação reveladora da importância e crescente necessidade desta faixa etária. Entre 2000 e 2007 torna-se visível o desenvolvimento notável das respostas sociais dirigidas à população idosa, com um aumento superior a 50%, o que se traduz em mais de 2.000 novas respostas, sendo as respostas de ERPI e SAD os domínios mais afetados. De realçar que, em 2017 contabilizaram-se cerca de 7.300 respostas de apoio à terceira idade.

A percentagem da população com mais de 65 anos tem aumentado significativamente, totalizando, em 2017, 21,8% da população total do País. As respostas sociais, dirigidas à população idosa, encontram-se difundidas pelo território continental, sendo visível que a taxa de cobertura tem evoluído de forma positiva, embora o aumento contínuo da taxa de envelhecimento venha afetar essa capacidade de resposta.

A resposta social ERPI possui uma taxa de ocupação superior a 90%, aumentando desde 2000 até 2007. Esta constitui a resposta social com maior taxa de utilização, seguindo-se a SAD com uma média de 75% de ocupação. Este fator pode ser justificado pelo aumento das necessidades desta população, o que implica a procura de respostas que conferem a Institucionalização permanente.

A idade dos clientes de cada resposta social difere, sendo que, cerca de 40% dos clientes da resposta Centro de dia e SAD , em 2017, apresentavam idades inferiores a 80 anos, contrariando o público residente em ERPI que era composto maioritariamente por idosos com 80 anos ou mais (72,5 %).

Face à elevada percentagem da população envelhecida, a oferta de serviços de apoio a esta população tem sofrido melhorias contínuas, alargando serviços e apresentando soluções diversificadas na oferta de apoio a diversos níveis (carta social 2017).

Apesar da variedade de equipamentos e serviços atualmente existentes, Pimentel (2001) refere que estes continuam a ser insuficientes e inadequados, não respondendo às necessidades e potencialidades dos mais velhos. Por um lado, as listas de espera são compridas, podendo verificar-se uma espera de vários anos para uma integração em vaga institucional e, por outro, os serviços prestados aos mais velhos nem sempre promovem, na sua plenitude, o bem-estar físico, psicológico e social do indivíduo. Esta observação permite-nos desenvolver a proposição iv. a institucionalização em ERPI é a solução indicada para todos os idosos que necessitem de apoio e segurança.

### **2.2.3.3. Processo de institucionalização**

Aliado às mudanças habitacionais, económicas e culturais, também a estrutura da instituição familiar tem vindo a sofrer mudanças significativas. As alterações na dinâmica familiar, tem reflexos no enfraquecimento de laços de solidariedade e das relações entre gerações que são cada vez mais escassas (Guedes, 2012).A emancipação feminina e a

sua integração no mercado do trabalho alteraram o papel da família e a sua disponibilidade para cuidar dos mais velhos. Também o idoso viu o seu estatuto sofrer alterações, a desvalorização, a improdutividade, e o isolamento dos mais velhos conduz à exclusão e afastamento familiar (Pimentel, 2001).

Perdura, ainda, a ideia de que nas sociedades pré-industriais o idoso beneficiava de um estatuto de poder hierárquico, plenamente integrado e valorizado pelas famílias alargadas, contrariamente ao que se verifica nas sociedades contemporâneas, com as famílias cada vez mais reduzidas e que tendem a desvalorizar o papel do idoso, por vezes considerado de improdutivo e sem valor (Pimentel, 2001). Porém, a autora alerta-nos para o facto de este pressuposto camuflar relações familiares sustentadas pela importância da herança e obrigatoriedade de assistência aos mais velhos sobre pretexto de ter usufrutos económicos (Pimentel, 2001). Por sua vez quando o idoso não tinha qualquer herança para transmitir, este era desprezado pela família.

No século XIX, o Estado decidiu intervir nas trocas entre gerações, desenvolveu políticas sociais de apoio à velhice, nomeadamente, reformas e equipamentos de apoio. de forma a responder à exclusão e miséria vivida por esta classe mais vulnerável (Fernandes, 1997).

Várias são os motivos indicados como causa dos processos de institucionalização. O isolamento que se traduz “na inexistência de uma rede de interações que facilite a integração social e familiar do idoso e que garanta um apoio efetivo em caso de maior necessidade” é o motivo mais frequentemente apontado pelos idosos para a entrada numa instituição (Pimentel, 2001, p. 73); a perda da independência, a escassez de recursos económicos e a falta de condições habitacionais são outros motivos que estão, também, na base da institucionalização (Guedes, 2012).

Independentemente das causas e motivos que conduzem à institucionalização, esta etapa constitui uma mudança radical na vida do idoso, que significa deixar o seu lar e integrar uma casa diferente. Este processo pode ser “doloroso” para o idoso, intensificado pela perda de autonomia e autoridade para tomar decisões (Pimentel, 2001).

Perceber o processo de institucionalização implica recuar e perceber que, segundo Goffman (1996), o conceito base denominado de “instituições totais” caracteriza locais onde os indivíduos vivem em situações de semelhança, num ambiente totalmente programado e obedecem a regras e horários rigorosamente estabelecidos. Embora a imagem de lares de idosos tenha sofrido profundas alterações, os espaços e conceito persistem (Fernandes,1997).

Atualmente denominada de Estrutura Residencial para Idosos, esta resposta social mantém a versão de internamento vivenciada nas instituições totalitárias. Segundo um estudo realizado por Guedes (2012), com a entrada do idoso numa instituição este sofre, inevitavelmente, uma redução nas relações sociais com o exterior. Vários são os motivos que podem desencadear este afastamento social mas, em primeiro lugar, está a forma como os idosos integram a Instituição., Segundo Pais (2006), os idosos entram para o lar por dever, por necessidade forçosa de modo a libertar a família do peso da obrigação de cuidar. A partir do momento que ingressam no lar, as relações com familiares e amigos tendem a ser mais escassas e, segundo Pais (2006), dá origem a uma desvinculação social. As instituições desenvolvem dinâmicas internas isoladas e com pouca abertura para o exterior, situação que contribui para a redução dos contactos sociais, os horários das visitas, as regras impostas aos visitantes e o local onde essas visitas ocorrem. Todas estas questões têm implicações nas relações sociais entre o idoso e os familiares e amigos (Guedes, 2012). Desencadeia-se, assim, uma perda de privacidade e alimenta-se a superficialidade das relações entre idosos e os seus visitantes (Pais, 2006).

As relações existentes entre idosos/residentes e colaboradores das Instituições caracterizam-se por relações meramente profissionais, pressionados pelo funcionamento e obrigações laborais. Os processos burocráticos de admissão, acolhimento e adaptação do idoso à instituição são métodos programados com lacunas ao nível do respeito pela individualidade do sujeito (Goffman, 1996). Com o decorrer do tempo o idoso desenvolve estratégias de autoproteção e aceitação do processo de institucionalização. Embora a estratégia utilizada pelos residentes, muitas vezes, transforma-se em mais uma forma de desintegração social, contribuindo para o isolamento pessoal (Guedes, 2012). A convivência com residentes mais dependentes

fisicamente e com as suas competências mentais com perdas visíveis, interfere no bem-estar do coletivo pois representa o futuro e o receio de chegar a essa situação de dependência (Singly & Mallon, 2000). O refúgio no quarto é uma opção usada pelos idosos mais independentes, como forma de autoproteção e refúgio pessoal, tendem a surgir situações de falta de respeito pela privacidade dos mesmos, algo que interfere negativamente no processo de institucionalização. Guedes (2012).

As práticas dos colaboradores, no desempenho da sua atividade profissional, orientadas por regulamentos institucionais globais, definidos sem o acordo com os idosos, não promovem o desenvolvimento de sentimentos de pertença à nova casa (Singly & Mallon, 2000).

Em Portugal a “institucionalização de idosos” surge como uma alternativa em expansão. Segundo o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2008), ao longo de dez anos as Residências e Lares para idosos apresentaram um crescimento exponencial. O grande desafio atual consiste no desenvolvimento de estratégias que possibilitem a promoção do envelhecimento saudável, centrado na manutenção da capacidade funcional e da qualidade de vida e bem-estar da população idosa (Duarte & Paúl, 2007).

Martins (2006) considera que a institucionalização é a resposta indicada em situações de dependência e isolamento familiar. No entanto, a institucionalização requer um estudo prévio pois, segundo Paúl (1997), este processo retira o sujeito do seu ambiente e exige uma reintegração em novo meio mais controlado.

Segundo o Eurobarómetro (2008, p.15) “no que concerne à maneira como os idosos gostariam de viver de modo a garantir melhor qualidade de vida, 40% da população com 55 e mais anos prefere viver, enquanto idosos, em casas pequenas no mesmo local onde têm vivido, 15% prefere viver no campo, 8% numa zona urbana, 11% em habitação protegida, 3% com familiares, 8% com familiares mais chegados e 4% noutros locais.”

Para Jacob (2001), o processo de institucionalização da pessoa idosa é, sem dúvida, um momento com implicações ao nível do estado psicossocial da pessoa, apesar do esforço da Instituição em adaptar-se às necessidades e potencialidades do novo residente. Apesar de parecer que estas instituições indiciam um destino inevitável para os mais velhos, as estatísticas apontam que os idosos continuam a evitar a institucionalização,

apoiando-se nas outras respostas e apenas em último recurso aceitam a institucionalização (Duarte & Paúl, 2007).

Os vários estudos desenvolvidos em torno dos efeitos que a institucionalização produz nos idosos. A literatura retrata frequentemente que a Institucionalização é um processo doloroso e de grande risco psicológico. Os residentes passam a viver num meio formalmente organizado, vêm-se afastados da sua realidade social e tem tendência para o fechamento, a dependência e acomodação são consequências inevitáveis da realidade vivida. O conjunto de regras, que regem a vida institucional não fomentam a autonomia pessoal, conduz ao relaxamento e quebram as relações de afeto. Paúl (1991).

Fernandez-Ballesteros (1992) evidencia que a saúde e condições psíquicas e cognitivas do idoso podem ter tendência para regredir face às situações de vida, assim sendo quando vivem num ambiente desadequado esta realidade surge. Também Scocco, Rapattoni, & Fantoni (2006) concluíram, que a entrada no lar é fortemente marcada pelo declínio mental e físico dos idosos. A entrada num lar de idosos é condicionada por diversos fatores, mas a falta de alternativas impõe, muitas vezes, esta solução como inevitável (Barenys, 1990). Vários estudos demonstram que os idosos evitam a entrada no lar, procurando sempre outras soluções familiares ou sociais, apenas um pequeno número aborda a institucionalização como iniciativa própria (Correia, 2007). Esta decisão deve ser ponderada, vários são os motivos que incitam este processo, desde situações de incapacidade e dependência física, falta de recursos, isolamento familiar, perda de cônjuge e até solidão. A transição da sua habitação pessoal, onde reside de forma independente e livre para uma instituição onde será regido por regras, onde terá de adaptar-se a uma nova realidade, é um momento muito difícil e exigente para o idoso.

Deixar o seu lar, local de afetos e memórias e integrar-se numa casa onde vê a sua individualidade comprometida são questões que afetam o sujeito nos vários domínios do seu bem-estar (Jacob, 2007). Face a estas questões o idoso emocionalmente debilitado rejeita fazer diferentes tarefas com graves implicações na manutenção das suas capacidades. O medo da institucionalização surge do estereótipo negativo dos lares, da rutura com o seu espaço físico e racional, do tratamento coletivo e impessoal,

questões que criam um impacto negativo na satisfação com a vida dos idosos (Sousa, Figueiredo & Cerqueira, 2006).

Não obstante as circunstâncias referidas, a institucionalização não deve constituir-se como fator inibitivo meramente negativista, mas sim encarado como uma circunstância positiva que permite ao idoso o acesso a serviços benéficos, permitindo manter uma vida ativa evitando a solidão e mantendo a sua segurança (Correia, 2007). Na verdade, há evidências que a velhice bem-sucedida pressupõe apoio social, acompanhamento psicológico e a animação, em virtude destes fatores poderem diminuir o isolamento social e, como consequência, valoriza o idoso (Correia, 2007). A questão de dependência e autonomia e a forma como o idoso aceita essa situação reflete-se na qualidade e satisfação com a vida (Donalizio, Joial & Ruiz, 2007).

Bernardino (2011) refere que as organizações sociais necessitam de se adaptar à realidade do envelhecimento, encontram-se demasiado focadas no seguimento de legislação e no cumprimento dos requisitos mínimos de funcionamento do serviço. Em Portugal, a intervenção das organizações sociais necessita de progredir a curto e a médio prazo para poderem responder às necessidades e expectativas da nova classe de idosos. É preciso um envolvimento adequado e participativo. Atualmente, a procura por serviços de proximidade que respeitem a individualidade é fortemente valorizada na hora de escolher (Toscano, 2015).

+Não obstante à diversidade de respostas sociais, Pimentel (2001) referia que a escassez de apoio familiar, e retaguarda informal, impossibilitam o idoso de permanecer na sua habitação, sendo a entrada num Lar a única solução encontrada.

Nas últimas décadas, tem-se verificado um aumento substancial do número de idosos institucionalizados. A institucionalização abarca uma exigência de adaptação a um novo meio, o idoso é levado a viver numa nova casa, perdendo muitas vezes a sua individualidade, sofrendo uma rutura com a sua vida social e rede de relações o que, conseqüentemente, poderá contribuir para níveis de insatisfação com a vida consideráveis (Guedes, 2012).

Dado a crescente multidimensionalidade e a complexidade dos problemas sociais atuais, emerge a necessidade de inovar e de responder a esses problemas persistentes na sociedade, de forma a aumentar a perceção da qualidade de vida.

## **2.3. Revisão da literatura**

### **2.3.1 Empreendedorismo social**

A noção de empreendedorismo pode afirmar-se como sendo já existente há algumas décadas, tendo o seu conceito evoluído ao longo dos tempos, e sendo abordado na literatura, por diferentes autores que apresentam designações diversificadas. Pode-se referir que “o empreendedorismo abrange a criação de novos negócios e o desenvolvimento de novas oportunidades em organizações já existentes. Por contribuir para a criação de uma cultura empresarial dinâmica, onde as empresas procuram progredir na cadeia de valor, num ambiente económico global, o empreendedorismo encontra-se no centro da política económica e industrial” GEM (2010, pág. 10).

Com o tempo e dedicação ao tema, começam a aparecer vertentes consistentes do conceito. Para alguns autores, como é o caso de Schumpeter e Drucker, o empreendedorismo está diretamente associado à inovação. Para Schumpeter (1934), empreender é apresentar novos produtos ou novas formas de ação que combinem métodos e propiciem o desenvolvimento. Este autor defende que os empreendedores são impulsionadores de mudanças positivas na sociedade. Também segundo Drucker (1985), o que está no cerne deste termo é a inovação, responder às questões de forma diversificada, desenvolvendo um esforço no sentido de uma mudança com fins económicos ou sociais. Outra abordagem do conceito do empreendedorismo identifica a oportunidade como princípio base do conceito, decorre da identificação de oportunidades e da capacidade de utilização das mesmas em prol do desenvolvimento económico-social, como explicam Kirzner (1973), Venkataraman (1997) e (Perrini, Vurro, & Constanzo, 2010).

O empreendedorismo social é reconhecido como um instrumento basilar na superação dos problemas sociais na sociedade e no apoio ao desenvolvimento sustentável. Não se trata de um fenómeno recente, embora nos últimos 15 anos o seu nível de intervenção

no apoio às questões sociais de forma mais comum e localizada, ou focada numa vertente do setor privado e na “transformação de larga escala”, tenha apresentado um crescimento significativo (Bozhikin, Macke, & Folchini , 2019).

### **2.3.2 Empreendedorismo social – conceito**

O conceito de empreendedorismo social (ES) nasce num contexto de crise, desafios e oportunidades. Para entender o significado de empreendedorismo deveremos, antes de mais, procurar a origem, o significado e a envolvimento da palavra. Se analisarmos, em primeiro lugar, o termo Empreendedorismo, este deriva do verbo “*Empreender*”. Empreender, como tal, implica uma ação de decidir realizar algo, intentar, dar início a um projeto, a uma obra ou atividade, executando-os, conforme refere Dees (2001).

O ES capta, atualmente, a atenção mundial, fenómeno focalizado pelos vários decisores políticos, académicos e público em geral. No entanto, a teoria do ES reflete abordagens diferentes em cada país, estando ainda em fase de estabilização concetual. É uma ferramenta essencial na abordagem dos vários desafios sociais e na procura de soluções para problemas aos quais o mercado e setor público não conseguiram responder. Os empreendedores sociais são conduzidos por iniciativas inovadoras onde a criação de valor social define a sua missão (Dees, 2007).

As ações da área do empreendedorismo social podem ser aceites como um mecanismo adicional para lidar com as “externalidades negligenciadas” pelo estado, e nesse sentido seria aconselhável que os diferentes setores orientassem os seus mecanismos regulatórios e políticas de apoio para todas as áreas da intervenção do empreendedorismo social. Dessa forma o ES tornar-se-ia mais abrangente e com resultados positivos na dimensão socioambiental (Bozhikin, Macke, & Folchini , 2019).

A importância do contexto foi analisada por Grimes, McMullen, Vogus e Miller (2013), estes autores afirmaram que em primeiro lugar é essencial explorar o contexto envolvente, reconhecer o ambiente e as condições que podem proporcionar oportunidades de ação.

Perrini, Vurra e Costanza (2010) identificaram as seguintes etapas do empreendedorismo social desenvolvimento: (1) identificação de oportunidades de

empreendedorismo social; (2) avaliação de oportunidades; (3) oportunidade exploração; e(4) expansão.

Por sua vez, Perrini, Vurra e Costanza (2010) propuseram a lógica de desenvolvimento de iniciativas sociais definido pelas seguintes fases:

(1) a oportunidade é definida quando surge a percepção sobre a existência de situação social inadequada, é reconhecido o problema; (2) a avaliação, o projeto é analisado numa lógica de equilíbrio entre sustentabilidade e impacto;(3) a oportunidade é apresentada, define-se a missão, os princípios operacionais e o grau de inovação da proposta;(4) o formato apropriado deve englobar a missão e responsabilidade social;e(5) uma oportunidade ocorre devido ao potencial implícito no modelo de empreendedorismo social apresentado. Expandir o modelo para outros contextos seria fornecer uma cobertura mais ampla do impacto social.

A abordagem do processo de empreendedorismo social, e a combinação de valor social e sustentabilidade económica devem ocorrer em paralelo em todos os contextos. O principal impulsionador da mudança é o próprio empreendedor social (Adomaviciute et al., 2012).

Os empreendedores norteiam as suas ações por uma missão social, conciliam práticas e conhecimentos, desenvolvem parcerias na procura de projetos que promovam uma mudança social sustentável (Sekliuckiene & Kisieliusb, 2015). De acordo com o exposto neste artigo, existe um grande número de definições e estudos descritivos em volta do empreendedorismo social escasseando, porém, estruturas de pesquisa sistematizadas. O conceito de empreendedorismo social ganha cada vez mais notoriedade na literatura, apesar de requerer uma abordagem mais clara e sistemática, apresenta-se como um tema com potencial académico. A literatura sobre empreendedorismo social apresenta visível crescimento, permanecendo, porém, frágil e segmentada, o que é confirmado pelas evidências neste artigo. Alguns autores referem que a pesquisa sobre o tema encontra-se ainda numa fase primária (Short et al., 2009; Dacin et al., 2010; Bacq & Janssen, 2011) e sublinham que não há consenso nem padrão convergente no que concerne ao tema do empreendedorismo. Verifica-se que é um tópico de pesquisa emergente,comprovado pela revisão sistemática na base de dados da web of science, onde 82% dos artigos mais citados foram publicados a partir de 2008.

O fenómeno do empreendedorismo social, apresenta-se definido por uma combinação de conceitos empresariais. O estudo de Dacin et al. (2010) descreve princípios e teorias intrínsecas ao empreendedorismo convencional e generalizadas para uma nova abordagem social. A capacidade de agrupar elementos comerciais e sociais confere ao empreendedorismo social um valor importante, podendo, no entanto, ser um obstáculo à sua definição. Apesar do interesse crescente que o tema do empreendedorismo tem suscitado, para alguns autores, prevalece a controvérsia em relação à sua definição.

Na perspetiva de Wilson e Mador (2010) é o método que visa criar e desenvolver algo de forma inovadora, com base numa oportunidade identificada. Por sua vez Sarkar (2007), considera que o empreendedorismo social (ES) orienta-se com o propósito de investigar, modificar e provocar transformações na sociedade. Procura reconhecer as necessidades da sociedade e encontrar formas de as colmatar, numa base de sustentabilidade do negócio.

Este novo tipo de negócio, de carácter social pode ser um instrumento essencial na transformação social e económica, Yunus (2006) acrescenta que o ES pode transformar-se num meio de desenvolvimento económico nacional e internacional poderoso, com grande contributo no impulso das mudanças de forma sustentável e construindo um mundo melhor. Alter (2006) acrescenta que este paradigma de desenvolvimento introduz uma novidade na criação de valor sustentável para as pessoas e para o planeta. Este tipo de empreendedorismo pressupõe o envolvimento de pessoas, valorizando competências e saberes em prol da transformação social. Foca o seu objetivo na criação de oportunidades e supressão de necessidades. Apoiar a sua intervenção na criatividade e inovação procurando gerar bem-estar social e colmatar as lacunas existentes pela insuficiente ação do Estado. Consequentemente, os projetos de empreendedorismo social apresentam-se como uma alternativa na medida em que mostra e desenvolve as melhores respostas em tempos de crise. A vantagem do empreendedorismo social reside na menor dependência que essas áreas têm da vertente económico-financeira e em resultado o menor impacto que uma crise terá sobre as mesmas (Marquesa, Garcia, & Sanchez, 2019).

Austin et al (2006) referem que o empreendedorismo e os empreendedores representam a procura de oportunidades e de momentos, mas nunca rejeitando a ideia de que os recursos iniciais não devem restringir as suas direções. O termo

empreendedorismo social assume, nesta perspectiva, uma ação, um rumo e um sentido em função de uma oportunidade que surge e que resulta de um pensamento mais ousado e audaz conjugado com a resolução e firmeza de querer criar algo novo.

Empreendedorismo social envolve a identificação, avaliação, e exploração de oportunidades que resultam em valor social, a satisfação das necessidades de uma população em detrimento da riqueza pessoal (Austin, Stevenson, & Wei-Skillern, 2006). O valor social envolve a satisfação de necessidades e supressão de problemas de forma duradoura desvalorizando a obtenção de lucro (Shane & Venkataraman, 2000).

A necessidade de estabelecer definições mais concretas sobre ES ajudará a superar a imprecisão do conceito, situação que constitui um obstáculo às investigações no domínio ES (Certo & Miller, 2008)

Ter uma missão social, pode ser designado como propriedade principal de um ES (Peredo & McLean, 2006). A receita, uma propriedade que desperta uma grande discussão, alguns autores aceitam que o ES pode ser desenvolvido por projetos com e sem fins lucrativos. De uma visão ampla, o empreendedorismo social pode ser considerado um conceito holístico que abrange perspectivas diversas. Vários são os fatores que influenciam o empreendedorismo social entre os quais se destacam – a diversidade de conceitos, o contexto da inovação social e finalidades diferentes (Sarkar, 2007)

### **2.3.3 Empreendedorismo social – papel no desenvolvimento económico e combate à exclusão social**

O ES tem impacto pois é algo benéfico para a sociedade em geral, é um movimento inovador que transporta valor para as várias partes envolvidas (Zahra et al., 2009).

Um dos fatores de êxito mais importantes num país é o bem-estar da sociedade, situação que beneficia pelo uso de formatos de inovação social como é o caso do ES. (Kostetska & Berezyak, 2014).

O investimento urgente no desenvolvimento do ES é largamente influenciado por três fatores essenciais – a procura (cliente procura bens e serviços sociais), a oferta (empresas / empreendedores sociais) e o fator ambiental e institucional, que acabam por influenciar os dois fatores anteriores (Chell et al., 2010).

O fenómeno do empreendedorismo social no mundo tem mostrado força e potencial, a sua expansão é visível pelo estabelecimento de fundações e organizações espalhadas pelo mundo, Kostetska e Berezyak (2014) cit em J.Sekliuckiene e E. Kisielius (2015)

No entanto, o empreendedorismo social é ainda uma área de crescente pesquisa científica e a teoria do empreendedorismo social ainda está em fase de conceptualização (Greblikaite, 2012).

Podemos afirmar que diferentes países desenvolvem especificidades na teorização do ES, assim como diferentes agentes atribuem características diferentes ao ES (Chell et al, 2010) considerando que as finalidades e iniciativas de empreendedorismo social geralmente vêm de normas e atitudes subjetivas (Prieto et al, 2012). Investigadores, autoridades e grandes empresas em todo o mundo dedicam mais atenção ao empreendedorismo social, este modelo surge configurado numa transformação do mercado e da sociedade. Tomemos o exemplo do Governo do Reino Unido que forneceu um novo método de financiamento de iniciativas de empreendedorismo social (Tulba, 2014).

Várias pesquisas legitimaram a importância do empreendedorismo social no desenvolvimento local, e reforçam o papel fundamental dos empreendedores sociais como interventores na sociedade civil (Nicholls, 2010). O papel do empreendedorismo social, em todo o contexto económico e social de um país é vital. Envolve-se na criação de emprego, no desenvolvimento de novos produtos e serviços e na satisfação das necessidades populacionais, em suma, no funcionamento do mercado de um país (OECD, 1998).

Esta realidade poderá traduzir-se, por exemplo, na capacitação de grupos desfavorecidos e na criação de condições de acesso à educação, na alteração das estruturas institucionais de apoio, no acesso a tecnologias da comunicação ou a capital financeiro (Osborne, 2011).

Parente (2013) reforça que o ES prevê um modelo de ação vigoroso, na medida em que aposta no empowerment e envolvimento das pessoas na resolução dos seus problemas, evita a criação de relações de dependência e apresentação de soluções rígidas. O ES rejeita, assim, a ideia de assistencialismo, e promove a implicação dos vários agentes num processo de criação conjunta de valor.

Vários são os campos de atuação onde o ES tem refletido a seu valor, designadamente na dinamização na área do emprego, exclusão social e desenvolvimento económico

sustentável (Borzaga e Galera, 2012), representando segundo Friedman e Desivilya (2010), uma estratégia eficaz para a promoção da inclusão social.

A Comissão Europeia desde cedo (ano?) tem assinalado o papel das organizações sociais no crescimento económico e inovação social, defendendo que contribuem para a criação de sociedades mais coesas, democráticas e ativas. Por isso, o empreendedorismo social representa um elemento-chave para se fazer face aos complexos desafios com que a sociedade portuguesa se depara. A adoção de uma abordagem alternativa, na qual se combina uma vertente social e económica traduz-se numa resposta com maior potencial de sucesso.

### **2.3.4 Empreendedorismo comercial VS Empreendedorismo social**

A origem do empreendedorismo social está patente no espírito ativo, na forma como aborda as questões sociais e procura soluções inovadoras para responder às necessidades existentes. Necessidades essas que prevalecem após esforços dos mecanismos tradicionais em combatê-las. A fusão de duas filosofias, social e económica, aparentemente incompatíveis desenvolve um campo de ação poderoso, aproveitadas as sinergias desenvolvidas, fortalece a capacidade de criação de valor para a sociedade na sua integra (Abdou *et al.*, 2010).

O ES aglomera vertentes dos vários modelos de intervenção, incorpora das OSFL a sua dimensão social e de trabalho solidário e do sector lucrativo a gestão económica, competitividade e capacidade de inovar (Mair, Battilana & Cardenas, 2012). Trata-se de uma estrutura multidimensional que incorpora o sentido empreendedor na procura de uma finalidade e missão social (Weerawardena & Mort, 2006), caracterizando-se pela diligência de princípios e práticas empresariais na oferta de produtos e serviços de índole social (Dees, 1998; Ziegler, 2009).

O suporte principal do ES é a criação de valor social, sendo este designado como um método que visa particularmente a satisfação de necessidades sociais (Dees, 1998; Peredo e McLean, 2006; Sharir e Lerner, 2006). A criação de valor social é condição necessária ao ES, logo as atividade e recursos de um processo são direcionadas para esse propósito (Alter, 2000; Choi & Majumdar, 2013). Este processo de criação de valor pode

ocorrer de forma direta ou indireta, pela resposta a uma necessidade social através da oferta de um produto ou serviço direcionado para a supressão dessa mesma necessidade, ou, por outro lado, através do desenvolvimento de momentos de reflexão e consciencialização para uma questão social (Hoogendoorn, Zwan & Thurik, 2011; London & Morfopoulos, 2010; Mair & Martí, 2006; Seelos & Mair, 2005).

De modo a construir respostas sociais estáveis, o ES pressupõe a inclusão da vertente económica na sua ação, pois de outra forma não seria possível dar continuidade à sua missão social. A fragilidade financeira pode comprometer a prossecução dos programas e comprometer a missão desenhada (Leadbeater, 1997; Morris, Coombes, Schindehutte & Allen, 2007; Rauch, Wiklund, Lumpkin & Frese, 2009; Weerawardena & Mort, 2006). A natureza do ES reflete a vantagem em coligar valor social e económico em prol da realização de objetivos, a união de sinergias e conhecimentos possibilita o desenvolvimento de ações consistentes e significativas (Zhang & Swanson, 2013).

De acordo com Bacq e Janssen (2011) o ES aspira a criação de valor de um modo estável e organizado, este propósito é viável quando se atua sobre a satisfação das necessidades emergentes, mas envolvendo-se, igualmente, na prevenção de problemas. Assim sendo, o ES pode retratar a rede envolvente do problema social, trabalhando a sua origem e derivações. (Light, 2006; Patel & Mehta, 2011). A principal diferença está no objetivo. Para os empreendedores sociais, o fundamento resulta do impacto social que provocam; no caso dos empreendedores empresariais, o propósito principal é rentabilizar o lucro e gerar riqueza (Bornstein 2010). Sobre este assunto, Roger e Osberg (2007) realçam a ideia de que a mudança existente do empreendedorismo para empreendedorismo social reside no valor que cria através da sua ação. Poderá diferenciá-los o fim a que se propõem, uma vez que no contexto empresarial o objetivo último será a obtenção de lucro, a aquisição de capital e no contexto social as ações orientam-se por motivos de filantropia e valores humanistas ou desenvolvimento social. Também nesta linha de pensamento, a partir de uma revisão de literatura produzida pela *European Research Network* em 2010 (EMES) o empreendedorismo social é a criação de um valor social, que é alcançado através de um trabalho de parceria e envolvimento social, absorvendo inovações tipicamente económicas “É uma definição fundamentada em quatro critérios: o valor social, o envolvimento da sociedade civil, a inovação e a atividade económica.” (EMES, 2010, p. 4).

Na perspectiva de Alvord (2002), o Empreendedorismo Social parte de uma ação individual ou coletiva que procura o encontro de soluções e alternativas inovadoras para problemas sociais imediatos, bem como o recrutamento de ideias, competências, saberes, recursos e arranjos sociais necessários para transformação social sustentável de longo prazo.

Os empreendedores sociais visam o reconhecimento e resolução de problemas sociais, a partir de ações diferenciadas e inovadoras, tendo por base a reorganização de recursos e originando mudanças com uma proporção maior numa determinada realidade social. O Empreendedorismo Social pode ser visto como o “processo de criação de valor social, através da combinação inovadora de recursos e da exploração de oportunidades com o fim de responder a necessidades sociais” (Marti & Mair, 2006).

“O Empreendedorismo Social procura a obtenção de mudanças através de projetos participativos, o que implica o desenvolvimento das capacidades humanas em detrimento da criação de relações de dependência” (Bornstein, 2007).

Para entender melhor o empreendedorismo social, Austin *et al.* (2006) distinguiu entre dois tipos de empreendedorismo. Na sua estrutura, comercial empreendedorismo representa todo um campo de investigação, de reconhecimento e avaliação de oportunidades, numa busca de novos produtos ou serviços que envolvam o lucro. Em contraste, o empreendedorismo social segue a mesma linha orientadora, envolvendo-se na investigação, reconhecimento e avaliação de oportunidades que resultem em valor social. As definições de empreendedorismo seguem as mesmas linhas orientadoras, diferem na finalidade, o foco no valor social em oposição à riqueza privada (Shaw & Carter, 2007).

Segundo Austin *et al.* (2006), surgem três formas principais de distinguir entre empreendedorismo comercial e empreendedorismo social.

Diferem em termos de missão, são impulsionados pela criação de valor económico e outros pelo valor social (O’Gorman & Doran, 1999) Empreendedores comerciais são passíveis de produzir valor social no processo de criação lucro e empreendedores sociais podem produzir lucro no processo de criação de valor social, não consistindo, porém, na sua finalidade principal (Emerson & Twersky, 1996).

Os Empreendedores sociais possuem um entendimento vasto das necessidades e problemas sociais e procuram responder à mesma de forma criativa. A grande diferença

entre empreendedorismo comercial e social reside no valor social das ações em oposição à riqueza privada, (Dees, 1998).

### **2.3.5 O Empreendedor social**

Como Dees (2001) refere que, para Schumpeter, os empreendedores são os agentes ativos da renovação e desenvolvimento da economia. Isto acontece, na medida em que, o empreendedor ao abrir-se a novos mercados ou ao criar novos modelos e configurações, ao propor novos conceitos e novas formas de produzir propicia o desenvolvimento da economia. Assim sendo, para este autor empreender significa inovar, mediante a criação de um produto ou o processo novo, tendo a diferença como principal aliada, para que se reflita no crescimento e desenvolvimento da economia. Fazer algo de forma inovadora e original, investindo no crescimento da economia.

Drucker, noutra perspetiva, explora a ideia tradicional de Jean Baptiste Say, evidenciando que o empreendedor dilata e amplia uma nova oportunidade, não motivando nem promovendo a mudança, mas retirando proveito e rentabilizando um conjunto de oportunidades que surjam. Estas oportunidades advêm da mudança, independentemente da sua origem (tecnológica, social...). Este autor defende que o “empreendedor está sempre à procura da mudança, reage à mudança e explora-a como uma oportunidade” (Dees, 2001, p.2). Tendo em conta o seu raciocínio, o empreendedorismo não tem em vista necessariamente o lucro, nem uma ação em prol de uma mudança, mas pretende, antes de mais, propiciar ações durante a mudança que aconteçam naturalmente num dado contexto (Dees, 2001).

O papel do empreendedor social na iniciativa do empreendedorismo social foi destacado por Zahra, Gedajlovic, Neubaum, e Shulman, (2009). Eles argumentam que os empreendedores sociais são sujeitos que criam um impacto significativo nas comunidades, apresentam modelos de negócios, expõem propostas de solução para problemas sociais difíceis e complexos sempre numa lógica de partilha e envolvimento social e é assim que o valor compartilhado é criado.

“Em resumo, pode-se afirmar que o processo de desenvolvimento de iniciativas de empreendedorismo social começa com a operação de relações pró-ativas com várias partes interessadas e é liderado pela visão, que o empreendedor social possui

claramente e trabalha propositadamente para criação de valor e transferência bem-sucedida da iniciativa para outros mercados” (Sekliuckiene & Kisieliusb, 2015).

Os empreendedores norteiam as suas ações por uma missão social, conciliam práticas e conhecimentos, desenvolvem parcerias em prol de projetos que promovam uma mudança social sustentável. Reconhecendo que o empreendedor social direciona a sua ação no sentido do bem-estar e resolução de problemas do outro, é suscetível que o mesmo procure alcançar o bem-estar pessoal durante a sua intervenção com outros sujeitos (Douglas & Prentice, 2019).

Empreendedorismo social e Inovação Social surgem como conceitos diferentes, mas onde existem semelhanças. Ambas perspetivam a criação de valor social e mudança social. Numa perspetiva simplista podemos considerar a inovação social como uma promoção de ideias, pessoas e organizações que praticam empreendedorismo social (Hulgard & Ferrarini, 2010).

## **2.5 Inovação social**

O termo inovação surge com novas abordagens e com um novo sentido, impulsionado pela expansão veloz deste fenómeno (Silva & Bignetti, 2006).

A capacidade inovadora de um país depende de um conjunto de fatores económicos, tecnológicos, da estrutura social e política e no método de gestão e aplicação de recursos existentes (Piteira, 2010). A instabilidade económica e as desigualdades sociais comprovam a necessidade de mudança. A mesma lógica reside nos sistemas sociais pois também neste campo é imprescindível a mudança, a adaptação à realidade caso contrário os sistemas deixam de corresponder às necessidades tornando-se inadequados e ineficientes.

A Inovação Social vem propor uma mudança assente na superação das dificuldades e fortalecimento dos sistemas, fundamentada na valorização do potencial humano e social, incidindo a sua ação em políticas sociais e estratégicas capazes de fomentar o desenvolvimento socioeconómico. (Diogo, 2010; Piteira, 2010).

Segundo Silva e Bignetti (2006) e Policy (2013) a inovação social é desenvolvida através da sinergia de vários atores da sociedade civil em colaboração com agentes políticos e/ou empresas privadas. As preocupações sociais alastram-se, cada vez mais, aos vários

setores da sociedade incitando a um trabalho de parceria entre o setor público, privado e terceiro setor.

Várias são esferas ligadas à valorização da inovação social e aos seus atributos.

- I. Para alguns autores a inovação social define um trajeto na construção do bem para a sociedade (Mulgan, Tucker, Ali, & Sanders, 2007; Phills, Deiglmeier, & Miller, 2008);
- II. Outros atribuem à inovação social o impulso da mudança nas práticas e estruturas (Howaldt & Schwarz, 2010; Simms, 2006);
- III. Pode ainda ser responsabilizada pelo desenvolvimento da sociedade, das comunidades, das organizações. (Adams & Hess, 2010; Moulaert, Martinelli, Swyngedouw, & González, 2005);
- IV. Afeta a gestão do trabalho e a orientação dos processos (Pot, Dhondt, & Oeij, 2011; Pot & Vaas, 2008).

Para tratar o tema Inovação Social é importante entender as suas origens, conceito e relevância face à constante necessidade de inovar na sociedade atual. A inovação social desponta no seio de uma sociedade em constante mudança que exige renovação de ofertas, produtos e serviços. (Hulgard & Ferrarini, 2010).

Para Mulgan (2006), a Inovação Social representa o desenvolvimento de produtos e serviços orientados no sentido da satisfação das necessidades sociais, com intuito de combater problemáticas diversas e gerar valor social. A inovação social intercede na minimização de problemas sociais negligenciados.

André e Abreu (2006) apontam a Inovação Social como resposta a problemas sociais em direção à mudança social, considerando que liga três atributos essenciais:

- I. satisfação das necessidades sociais e resolução das problemáticas sociais não resolvidas via mercado e Estado;
- II. promoção e inclusão social;
- III. envolvimento de atores sociais diversos estimulados pela vontade de superar a exclusão social.

A OECD (2010) refere que a inovação social pode ser recebida como uma intervenção composta pela sinergia de diversos contributos do estado, do Mercado e da sociedade civil. Dada a complexidade dos problemas sociais é importante a cooperação dos vários

setores (lucrativo, não lucrativo e governamental) na sua resolução. Phills, Deiglmeier, & Miller (2008) Também Tardif e Harrisson (2005) salientam a interação de diversos agentes, com vista a superar os efeitos das crises e conciliar interesses.

No seio da Europa, na estratégia EUROPA 2020, a inovação é recebida como instrumento indispensável na luta contra os grandes problemas mundiais e na perspectiva de abandonar a fase de crise financeira. Neste sentido a Comissão Europeia, criou a iniciativa *União da Inovação* através do reforço da base de conhecimentos: aproveitar boas ideias no combate ao desemprego, na luta contra as devastações ecológicas e na direção do progresso social.

Face aos desafios desencadeados por uma pirâmide populacional envelhecida e todas as consequências que esta situação acarreta, pela pressão de um mundo global cada vez mais competitivo e exigente, o desenvolvimento de uma economia forte e eficaz exige a capacidade de integrar a inovação em todas as dimensões económicas (Comissão Europeia, 2010).

Para Mulgan (2006) o processo de Inovação Social desenvolve-se com base em três pilares fundamentais do sistema socioeconómico:

- 1- procura efetiva – existência de uma necessidade social
- 2- oferta efetiva – apresentação de produtos ou serviços novos desenvolvidos em prol da supressão de necessidades
- 3- estratégias efetivas – Envolvimento de agentes diversos, organização de financiamentos e preparação de metodologias adequadas

Segundo Moore e Westley (2009), a base do sucesso reside na capacidade dos agentes da ação, na perspicácia e adaptação ao contexto em prol de uma maior abrangência e impacto da iniciativa desenvolvida. No modelo de Alvord (2004) os empreendedores sociais apoiam a sua ação na inovação social e desta forma alcançam o sucesso na resolução de problemas sociais, mobilizam ideias, fortalecem capacidades, reúnem recursos com a finalidade de obter a transformação social.

Nesse sentido, Phills Jr., Deiglmeier e Miller (2008) afirmam que a Inovação Social se apresenta como método eficaz e sustentável na resolução de problemas sociais. Difere das práticas existentes, gera valor social e procura a mudança social estável e duradoura

uma vez que é guiada por um caráter sistémico, fator esse que (Murray et al., 2010) consideram que lhe confere mais complexidade sendo exigente no controle dos desafios. a Inovação Social acontece em nos sectores público, privado e sem fins lucrativos.

A Inovação Social pode ser considerada processo e produto, como processo envolve alterações na forma de atuar, nas metodologias, nas ligações sociais e enquanto produto, mudam os resultados obtidos, o valor alcançado, os resultados atingidos, a mudança social reconhecida. (André & Abreu, 2006; Moulaert et al., 2005). Sintetizando, nada mais é que novas respostas às necessidades e desafios sociais existentes, o processo e os resultados divergem o que resulta em algo determinante (OECD, 2010).

A inovação social surge como um conceito amplo que abrange mudanças internas através gestão e integração de todas as funções internas, mas interfere nas mudanças externas nomeadamente no estabelecimento de parcerias com as partes interessadas, sempre com a finalidade de adotar um método estratégico de alcançar vantagem competitiva e obter resultados positivos (Dionisio & Raupp, 2019).

Vários são os problemas que assombram a sociedade atual, questões relacionadas com emprego, crescimento, exclusão social, envelhecimento populacional, são algumas situações que exigem soluções urgentes. A inovação social surge como solução a essas questões, apresenta formas de atuação que ultrapassam estruturas ultrapassadas e desadequadas. Procura apresentar propostas que melhorem resultados em diversos pontos da sociedade, redução da pobreza, minimização da exclusão social, diminuição dos impactos ambientais. (Huddart,2012).

Assim, podemos identificar a proposição x. uma aposta em projetos de inovação social é uma forma de ultrapassar as questões sociais.

Em Portugal, o conceito de inovação social traduz-se numa nova forma de responder a problemas sociais, em geral, complementar às respostas tradicionais, com elevado impacto social e consumos de recursos mais eficientes.

As inovações sociais possuem três abordagens distintas e progressivas: primeiro a mudança recai no sujeito de forma mais individualizada; passando para a dimensão das organizações e, por último, uma perspetiva direcionada para o sistema institucional (Ferreira, 2012).

Segundo Vieira, a inovação social implica uma nova forma de pensar ou agir, é a procura de uma alternativa, alterações e melhoria de um processo ou até mesmo o desenvolvimento de algo novo, “surge como uma missão ousada e arriscada” (Vieira, 2011, p.21)

Segundo Mulgan e Colegas (2006,2007), a inovação social pressupõe uma nova resposta que produz efeitos na mudança social, abarca as necessidades sentidas, tem em linha de consideração as potencialidades da sociedade, pressupõe melhoria nas relações, inclusão de todos os envolvidos e permita desencadear transformações positivas. A inovação social torna-se um instrumento essencial na procura de soluções de acordo com as novas configurações e problemáticas sociais. A inovação no serviço de Institucionalização é inadiável quer para a evolução económica, quer para o aumento do bem-estar e da qualidade de vida dos indivíduos.

Nesta linha de ideias surge a proposição ix. Torna-se importante inovar em termos de ofertas sociais.

Apesar de surgirem conceitos divergentes e complementares, podemos identificar três pontos comuns na literatura sobre inovação social. Primeiro, inovação social é criar algo novo ou diferente. Esse foco incide sobre a ação não se limita a ideias novas, mas exige a sua implementação que lhes confere o carácter de inovação social. Segundo, a inovação social é multifacetada, desenvolve-se em torno de divergentes formas de ação e diferentes tipos de inovação social. Terceiro, a inovação social faz a diferença. Os resultados obtidos, embora de difícil quantificação, são critério essencial nas ações de inovação social, neste ponto reside a importância de perceber se o resultado da inovação social foi bem-sucedido e objetivos alcançados.

Nesta linha de ideias vários estudiosos procuraram desenvolveram métodos de avaliação adaptados aos fenómenos da inovação social. A inovação social apresenta mudanças na sua prática que revelam impacto positivo na capacidade de as organizações promoverem mudanças sociais (Svensson, 2019).

Tendo por base as abordagens ao conceito de inovação social, com suporte em investigações realizadas, foi possível auferir algumas dimensões que sustentam este conceito abrangente e ambíguo.

Em projetos de inovação social torna-se importante perceber de que modo o contexto envolvente interfere nos processos e estimula o desenvolvimento de propostas inovadoras. (Cajaiba-Santana, 2014), assim como, reconhecer quais as de que modo as áreas contextuais que afetam as orientações sociais (Austin et al., 2006).

Outro aspeto questionado no âmbito da influência que terá no âmbito dos projetos de inovação, é o mercado (Howaldt & Schwarz, 2010), é importante compreender de que modo o mercado interfere na criação e prossecução dos projetos de inovação.

Importa reconhecer de que modo o Capital, financiamentos públicos e privados tem implicações na prossecução de projetos e inovação social. (Mulgan, 2006). A sustentabilidade financeira e a capacidade de gestão económica de projetos inovadores (Anderson & Dees, 2006)

Os indivíduos e a sua vontade de interferir no mundo social conduz a processos de inovação social, (Gartner *et al.*, 2003) percebido pela visão e valores destes agentes determinados em mudar algo (Marcy & Mumford, 2007).

O avanço de projetos sociais gera a necessidade de mensurar os efeitos contraídos por cada processo, na busca de transparência nos resultados e na visibilidade das organizações sociais. A importância de cada projeto é visível no impacto que produz na comunidade e na vantagem competitiva que gera, situação que exige um avanço nos métodos e ferramentas de avaliação em contexto de economia social (Mook & Quarter, 2006).

### **2.3.3 Senior cohousing**

A pertinência deste estudo remete-se para o fato de abordar a temática do envelhecimento e das respostas sociais para esse fenómeno, um problema social emergente. Procurando uma descrição aprofundada das políticas adotadas e de que forma o empreendedorismo social e a aposta em modelos inovadores constituirão um destino seguro.

Ao tornar-se um problema social, a velhice passou a mobilizar gente, meios, esforços e atenções. A preocupação em encontrar soluções evidencia-se no aumento de estudos e

de investigadores, que centram as suas atenções na pessoa idosa. A política social centrada na terceira idade nasce do sentimento de que as condições de vida deste grupo social não respondem às suas necessidades nem às suas aspirações. Contudo, na contemporaneidade reconhece-se que não se trata apenas de intervir com vista a uma melhoria a nível económico, mas também ao nível da assistência sanitária e da assistência social e, ainda, ter uma visão global da situação dos idosos, propondo um novo modelo de intervenção integral, no qual se introduzam serviços domiciliários, clubes de idosos e até mesmo universidades sénior.

Pimentel (2001) refere que as atuais respostas de apoio social dirigidas para a terceira idade, e tendo em conta as suas características económicas, sociais e familiares, procuram investir em ações de promoção de autonomia, a integração social e saúde. Algumas destas medidas e políticas sociais correspondem a estratégias e propostas inovadoras, passando por uma maior mobilização social e local, procurando reunir esforços para a implementação de ações e projetos envolvente.

O conceito de envelhecimento ativo, lançado em 2002 pela Organização Mundial de Saúde introduziu uma nova perspetiva e um a nova forma de ver a população idosa, percecionando o seu valor na sociedade. Investe na promoção da autonomia, independência e qualidade de vida dos idosos.

No final do século XX, em Portugal, com objetivo de encontrar uma alternativa à institucionalização dos idosos, surge o modelo de Home-Villages, noção baseada no conceito de cohousing inspirado em projetos semelhantes implementados na Europa (Bordalo e Matos 2014)

Cohousing apresenta-se como resposta de habitação e serviços adequados às necessidades e potencialidades da população envelhecida, permite uma vivencia em contexto independente e privado, mantendo o apoio necessário num contexto de promoção de auto-estima e envelhecimento ativo (Huber, 2008). No seguimento desta ideia surge a proposição v. o sistema de cohousing senior oferece benefícios à nova classe de idosos.

Segundo Martins (2009), essas formas de habitação poderiam ser uma resposta concreta para problemas reais, não apenas dirigidos à população idosa, mas para toda uma

estrutura social e territorial, olhando para o interior desertificado como uma solução e não como um problema

Existe a percepção que a institucionalização se apresenta como a solução mais adequada para uma população envelhecida, com limitações e perdas de autonomia e em situações de isolamento ou vulnerabilidade familiar, no entanto, neste processo de institucionalização tradicional, o resultado traduz-se muitas vezes em situações de depressão e perdas de qualidade de vida (Bordalo & Matos 2014).

Atualmente deparamo-nos com uma ampla gama de opções habitacionais disponíveis para idosos, desde moradias tradicionais até moradias especializadas com maior ou menor suporte de cuidados, dependendo do nível de necessidade e das valências a que se destina. Porém, a oferta de moradias consideradas amigáveis e adequadas para os idosos parece não atender às suas reais necessidades e carências, uma vez que a grande maioria das famílias mais velhas ainda vive na sua casa.

Como explica Garland (2018), há uma necessidade de diversificar a oferta de moradia para os idosos porque uma abordagem tipificada não contempla as situações heterogêneas e as diferentes especificidades encontradas entre os idosos. Além de soluções habitacionais tradicionais, outras soluções precisam estar disponíveis para esta faixa etária. Com o desenvolvimento da sociedade atual e o envelhecimento da população, torna-se um imperativo considerar soluções alternativas. Uma dessas soluções poderá ser a coabitação.

A coabitação é uma forma particular de convivência, com uma estrutura específica de gestão e administração liderada pela comunidade. (Shafique, 2018).

O site da Cohousing Network do Reino Unido (2012) define-o como “comunidades intencionais” que são “criadas e geridas pelos seus residentes”. Cada família tem uma casa particular, pessoal e privada, mas os residentes reúnem-se para administrar a sua comunidade, partilhar atividades e tarefas, comer juntos, enfim, conviver. A coabitação é uma forma de combater a alienação e o isolamento que muitos experimentam hoje, recriando o apoio da vizinhança de uma aldeia ou bairro da cidade no passado” (Scanlon & Arrigoitia, 2015).

Há uma grande variedade de modelos de co-vida, alguns dos quais surgiram recentemente no mercado imobiliário do Reino Unido (Ahn et al., 2018). Estes incluem cooperativas habitacionais, esquemas de partilha de residências e Associações de Habitação, associando pessoas mais velhas e mais jovens a um modelo de moradia completamente novo. Alguns modelos são comunitários, implicando o convívio entre um grupo de pessoas idosas, por exemplo. Alguns modelos podem envolver uma pessoa idosa partilhando sua casa com um indivíduo com quem não tem qualquer tipo de relação, principalmente de consanguinidade.

Os modelos de convivência também variam dependendo dos atores envolvidos: organizações de caridade, provedores de habitação, empresas sociais, corporações privadas, grupos administrados por propriedades, onde associações de pessoas idosas podem participar de modelos de convivência, de maneiras diferentes. Alguns modelos de coabitação emergem dos recursos agrupados dos idosos, onde o desenvolvimento residencial é autofinanciado e autoconstruído; outras são financiadas por Associações de Habitação ou outros promotores privados e apoiados por organismos especializados tais como a rede de Coabitação do Reino Unido, a Confederação de Habitação Cooperativa ou a rede de Confiança Nacional de Terras Comunitárias. Modelos co-vivos são operados sob várias estruturas de gestão, propriedade, financiamento e administração. Dependendo de suas características, elas são frequentemente reguladas por diferentes estruturas legais (Ahn et al., 2018).

Os modelos coabitacionais e co-vivos surgiram nos países escandinavos no final da década de 1960 e agora são cada vez mais populares na Europa e nos EUA (Vestbro, 1992; Scanlon & Arrigoitia, 2015). A ascensão dos modelos de convivência foi impulsionada por uma combinação de fatores, que vão desde a falta de oferta de moradias acessíveis e de qualidade até à necessidade de combater a solidão e criar um sentido de comunidade nos ambientes de vida dos idosos (Ahn et al., 2018). Os modelos de coabitação também desafiam a atual mercantilização e especulação da habitação (Shafique, 2018), sendo vista mais como um ativo financeiro para se investir, em vez de uma casa para se morar.

Esta forma inovadora de contornar a solidão e isolamento social surge através da criação de comunidades intencionais – cohousing (Perrigan, 2006).

Nos últimos anos, os modelos de co-vida expandiram-se no Reino Unido e em todo o mundo, e receberam mais atenção em pesquisas várias e formulação de políticas (Sargisson, 2004; Jarvis 2015; Brenton 2013). A literatura existente enfatizou a economia dos modelos de desenvolvimento de coabitação (Scanlon & Arrigoitia, 2015), o efeito dos modelos de coabitação nas emissões de carbono (Chatterton 2013; Baborska Narozny et al., 2014), os benefícios sociais da coabitação para as comunidades (Durrett & McCamant, 2011), e o modelo co-viver como uma resposta às mudanças sociais (Shafique, 2018).

Remete para a criação da proposição vi. Este modelo habitacional trata-se de uma forma inovadora de promover o bem-estar da sociedade em mudança.

Especificamente, um crescente corpo de literatura e pesquisa de políticas tem-se concentrado recentemente em modelos de coabitação ou convivência para idosos (Brenton, 2013; Brenton, 2011; Durrett, 2009). Embora os modelos co-vivos tenham sido originalmente projetados para jovens profissionais que procuram soluções de arrendamento mais acessíveis e, essas soluções parecem direcionar-se para um público mais amplo e, às vezes, especificamente para pessoas idosas (Housing LIN 2018). A revisão da literatura existente mostra que a maior parte das pesquisas existentes sobre este assunto se concentra concretamente em modelos de habitação nos EUA (Glass, 2009; Belk, 2006) ou nos países escandinavos (Vestbro, 1992).

Os acordos de convivência visam atender às necessidades geradas pelas mudanças demográficas e sociais. As pessoas idosas são muito mais propensas a sofrer de solidão, o que prejudica a saúde mental e pode levar à depressão (Landeiro et al., 2017). Como explicado por Glass (2009), “a comunidade e a independência podem ser ainda mais importantes para as pessoas mais velhas do que para outras faixas etárias”.

Existe agora um interesse crescente em soluções de co-moradia ou coabitação para idosos no Reino Unido. No Reino Unido, como em muitos outros países, a expansão dos arranjos de convivência para pessoas idosas desafia as soluções tradicionais de moradia para pessoas idosas, muitas vezes fornecidas por autoridades locais, instituições de caridade ou casas particulares específicas de atendimento (Scanlon & Arrigoitia, 2015). Os modelos de convivência são uma alternativa às habitações tradicionais de

reformados para pessoas idosas, que surgiram como empreendimentos residenciais de iniciativa privada na década de 1970. A McCarthy & Stone é o maior empreendedor privado especializado no Reino Unido e detém 60% da participação no mercado de residências para aposentados (Ball, 2011 em Scanlon & Arrigoitia, 2015).

O surgimento de tais soluções para o acolhimento de idosos é relativamente recente. Destacam-se os benefícios esperados do desenvolvimento de novas soluções habitacionais para pessoas idosas, como menores custos com saúde e assistência social, ou atrasos na necessidade de cuidados residenciais (Scanlon & Arrigoitia, 2015). As soluções de coabitação promovem a solidariedade, a reciprocidade e a ajuda recíproca e, portanto, abordam questões de isolamento, solidão e falta de apoio e autonomia, muitas vezes enfrentadas por pessoas mais velhas.

Existem diferentes tipos de soluções, desde residências assistidas, lares de idosos ou serviços de cuidados continuados, mas recentemente surgiu uma opção de coabitação sênior, solução com tendência para evoluir dada a aceitação pelos mais velhos (Cohousing Association of the U.S., 2010).

**MODELOS COHOUSING** Según tipo de casa con **espacios comunes** centralizados

DISPERSO	AGRUPADO	EXTENSO	COMPACTO
15 viv/ha una planta espacio plaza rural	25 viv/ha una planta espacio calle rural-urbano	40 viv/ha dos plantas espacio calle-plaza urbano-rural	> 60 viv/ha > 2 plantas espacio urbano urbano
Sawyer Hill Development (Estados Unidos)	Bofællesskabet Jystrup Søværk (Dinamarca)	Cohousing Pomali (Austria)	Kollektivhuset Mölndal, Stolpkyckan (Suecia)

**eCOHOUSING** Arquitectura para nuevas formas de vida | ¿CÓMO ES UN COHOUSING? un cohousing es como necesitan y deciden sus usuarios | **Equipo BLOQUE** arquitectos

Figura 4 - Modelos de cohousing (fonte <http://ecohousing.es> 02 de outubro 2019)

O cohousing sénior oferece uma forma de viver diferenciada, uma vez que os residentes se apoiam mutuamente e partilham pontos fortes de cada um. (The Cohousing Company, 2009).

O objetivo da coabitação sénior é reforçar o sentido de pertença e entreaajuda, desenvolvendo formas de vida que promovam a bem-estar dos idosos combatendo a solidão e isolamento. A qualidade de vida e bem-estar emocional são aprimorados quando os residentes se sentem seguros e confortáveis na comunidade (Durrett, 2009).

Importa examinar o desenvolvimento da coabitação sénior para consciencializar sobre este tipo de opção de moradia para idosos. (Granberry, 2009)

O conceito de cohousing começou, originalmente, na Dinamarca na década de 1960, desenvolveu comunidades preparadas para receber famílias multigeracionais que viviam em bairros geridos de forma coletiva. (Bamford, 2005; Nusbaum, 2010).

A ideia de cohousing chega aos Estados Unidos na década de 1980, inspirada por comunidades de moradores organizados e de gestão conjunta. (Cohousing Association of the US, 2008b).

Embora essas comunidades surgissem com intuito de desenvolver uma variedade de residências individuais, os adultos mais velhos viram estas comunidades como uma alternativa aos métodos de institucionalização comuns. (Roberson & Merriam, 2005; St. John, Blanford, & Strain, 2006).

Muitos idosos procuram uma habitação e estilo de vida que lhes permita envelhecer numa comunidade selecionada pelos próprios porque isto oferece benefícios significativos para o seu bem-estar e auto-estima (Durrett, 2009) Estas comunidades seniores permitem ao idoso manter a sua independência, pois em comunidade são capazes de se apoiar mutuamente. (Fromm & de Jong, 2009).

As comunidades de cohousing senior são recriadas com base nos projetos de coabitação regular, embora para responder às características específicas desta classe etária o design físico das residências e espaços comuns assentam em pormenores de acessibilidade e facilidade de uso (Silverberg, 2010). Essas comunidades são projetadas para que os moradores sejam capazes de envelhecer no local de forma a garantir um grau de

independência com base em projetos que permitam o acesso fácil a cadeiras de rodas, garantindo que todos possam ter acesso a estes projetos de vida. (Abraham, Delagrange & Ragland, 2006).

As habitações individuais em comunidades de cohousing senior são geralmente reduzidas no espaço por forma a permitir a sua fácil manutenção para os seus residentes, permitindo ainda espaço para os edifícios e áreas comuns (Bamford, 2005; El Nasser, 2009; Oswald, Jopp, Rott & Wahl, 2010).

O projeto dos espaços comuns é importante, trata-se de um espaço destinado a centro de atividades onde desenvolverão relações sociais. (Fromm & de Jong, 2009). A casa comum pode muitas vezes incluir uma cozinha, refeitório e espaços de convivência, escritórios e quartos extras para casos de necessidade, situações a definir pela comunidade (Abraham, Delagrange, & Ragland, 2006; Abrahms, 2011; Durrett, 2009; El Nasser, 2009).

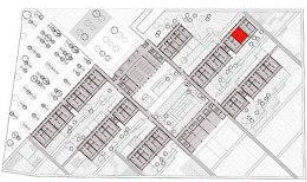
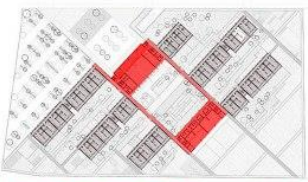


<p>cohousing no es perder superficie</p> <p><i>"somos dos personas mayores y ahora tenemos una casa de 80m2 para nosotros dos solos"</i></p>	 <p><b>mi casa...50m2 útiles</b> sala de estar, cocina, habitación, baño adaptado, terraza</p>	<p>+</p>  <p><b>la casa común...2.000m2</b> comedor, cocina, lavandería, enfermería, oficinas, talleres, invitados, juegos, gimnasio, multimedia, spa...</p>	<p>=</p> <p>cohousing es compartir espacios y ganar servicios</p> <p><i>"en nuestro cohousing tenemos una casa de 50m2 para los dos y 2.000m2 para compartir con amigos"</i></p>
<p>cohousing no es perder la intimidad</p> <p><i>"nuestra casa tiene terraza y un patio de manzana privado con piscina"</i></p>	 <p><b>mi terraza...7m2 útiles</b> jardineras y abierta a espacios verdes</p>	<p>+</p>  <p><b>jardines comunes...10.000m2</b> plaza pública, jardines, con grados de intimidad, zonas de juegos, huertos, invernadero, paseos, bancos...</p>	<p>=</p> <p>cohousing es graduar intimidad y convivencia</p> <p><i>"en nuestro cohousing una terraza privada y jardines comunes con las cosas que nosotros hemos decidido"</i></p>
<p><b>eCOHOUSING</b>   ¿QUÉ ES COHOUSING? Arquitectura para nuevas formas de vida   cohousing es vida privada y común, cooperación, vivienda específica y autogestión</p>			

Figura 5 – o que é cohousing (fonte <http://ecohousing.es>)

Embora a coabitação sênior possa não estar disponível atualmente em muitas áreas a introdução do conceito e do processo de coabitação sênior para os idosos pode ser um princípio inspirador.

A solidão coloca os indivíduos em risco de problemas de saúde como a depressão, demência, o declínio funcional e mortalidade (Holwerda et al., 2012). Os efeitos nocivos do isolamento e solidão devem ser combatidos através da promoção de situações de vida promotoras da saúde física e mental (Glass & Skinner, 2013)

Embora as comunidades de idosos sejam incorporadas em ambientes amplos envolvidos por cidades e bairros maiores, pode-se reconhecer que a coabitação de idosos é uma forma de segregação por idade, uma ideia que gerou controvérsia ao longo dos anos. Alguns argumentam que o etarismo é o que permite a existência de habitações segregadas por idade (McHugh & Larson-Keagy, 2005), e sublinha a defesa de leis que permitem a habitação restritiva por idade.

Viver em locais organizados por idade pode trazer benefícios para os residentes. Vários estudos clássicos documentaram efeitos positivos na qualidade de vida destas pessoas (Folts & Streib, 1994; Grant, 2006; Kingston, Bernard, Biggs, & Nettleton, 2001; Phillips, Bernard, Biggs e Kingston, 2001; Streib, 2002). Existem prós e contras de viver em ambientes segregados por idade (Glass & Skinner, 2013) que abordam este tema de forma exaustiva.

O conceito de cohousing senior apresenta uma conotação positiva e parece não ter grande impacto negativo nos moradores (Biggs & Kingston, 2001). e pode ser incentivo à aceitação positiva da fase da vida, cria oportunidades de, em conjunto, lidar com desafios e experienciar o envelhecimento de forma positiva.

Lawrence e Schiller (2002) sugere que a solidariedade no envelhecimento presente coabitação é fisicamente projetado para facilitar um senso de comunidade e promover a comunicação.

Existem diversas experiências e vivências nos idosos, mas a visão e a abordagem comunitária relacionada com o envelhecimento presente neste caso é rara ( Shippee, 2012) de acordo com as experiências relatadas pelos moradores , este projeto permitiu ao grupo a partilha de informações , fortaleceu o apoio mútuo e procurou desenvolver formas de antecipar e lidar com problemas. Ao lidar em conjunto com o presente e necessidades futuras, os moradores sentiram-se mais seguros e menos ansiosos no processo de envelhecimento.

Os comportamento e benefícios característicos, exibidos pelos residentes Parkside, representam uma mudança progressiva na percepção do viver em comunidade segregados por idade. Permite que os idosos mantenham a sua gestão interpessoal e consiga fazer face aos obstáculos correntes da velhice, medicação, apoios diversos.

Em suma, a garantia de que mantem a sua privacidade e independência envolvida num ambiente de segurança e apoio mútuo são os fatores positivos neste tipo de habitação. Os residentes valorizam o trabalho conjunto e a possibilidade de envelhecer e trocar experiências ao longo do percurso. Esta forma de viver contribui para o envelhecimento como um processo ativo, fomentando a experiência positiva no processo de envelher (Dannefer, 1989).

O relatório da JRF (2013) sobre coabitação sénior apresenta os seguintes benefícios:

### Benefícios

- *Cohousing* é uma forma de investimento em capital social para grupos que enfrentam solidão e isolamento.
- Oferece apoio mútuo e companheirismo.
- Os modelos de coabitação combatem e “compensam o anonimato dos bairros modernos”, especialmente em ambientes urbanos.
- Atua como uma “opção adicional para cuidados informais e necessidades de moradia” dos idosos, além de soluções tradicionais, como casas de repouso.
- Ao manter pessoas mais velhas ativas, a moradia melhora a saúde física e mental dos seus residentes e, portanto, limita as demandas (e custos) para a saúde e assistência social.

Tabela 3- Benefícios senior cohousing ( Fonte: JRF, 2013)

Os benefícios são semelhantes para programas de partilha entre gerações. A Lloyds Bank Foundation e o Big Lottery Fund conduziram uma avaliação do programa de pilotos de Homeshare e publicaram um relatório em maio de 2018. O documento observa as

principais melhorias no bem-estar do chefe de família, como o melhor humor, redução da ansiedade e confiança em sua mobilidade ( McMillan et al., 2018). Tal como o cohousing, o homeshare traz companheirismo aos participantes. Combater a solidão é a principal razão pela qual os participantes aderem a um sistema Homeshare: 58% dos chefes de família e 40% dos lares declararam que ingressaram no programa para procurar companhia (McMillan T. et al., 2018). A avaliação revelou uma clara redução da solidão e sentimentos de isolamento, às vezes simplesmente porque os participantes têm alguém para conversar ou para partilhar uma atividade.

#### **2.3.3.1 Desafios, compromissos e potenciais conflitos na coabitação,**

O relatório da JRF (2013) também lista os potenciais desafios associados à coabitação:

## Potenciais desafios

- Custo da terra e localização de dificuldades.

Como sugerido pelo inquérito Habitação para Idosos, escrito pela UK Cohousing Network (2017), “a capacidade das pessoas de criar as suas próprias soluções de moradia para a vida adulta é maciçamente dificultada por uma política pública e pelo financiamento sem apoio” (UK Cohousing Network). p4). Alguns dos estudos de caso descritos acima levaram mais de 10 anos para serem concluídos

- Falta de liderança e orientação nacional.

- Falta de coordenação entre as autoridades locais e a existência de rivalidades entre os diferentes setores da política (como habitação e saúde).

- Domínio de um leque estreito de opções para pessoas idosas, por exemplo, habitação protegida.

- Uma “tradição de paternalismo institucional” que deixa pouco espaço para autonomia e soluções de autogestão de moradia.

- Ausência de infraestruturas existentes, falta de habilidades e recursos financeiros para soluções de co-vida autónomas.

Isso também foi sublinhado por Garland (2018) em relação à habitação intergeracional: “poderia ser um desafio convencer os departamentos ou organizações de que é um investimento que vale a pena sem resultados demonstráveis comprovados no contexto do Reino Unido” (Garland, 2018, p. 75). Esta falta de recursos também dificulta a coabitação de empreendimentos residenciais para integrar habitações de baixo custo ou acomodações de arrendamento acessíveis no seu esquema (Brenton, 2008).

Tabela 4- Potenciais desafios senior cohousing ( Fonte: JRF, 2013)

### 2.3.3.2 Exemplos de casos existentes pelo mundo

Na Dinamarca, as comunidades idosas de co-habitação vivem em prédios baixos organizados em torno de uma área comum e casa comum, enquanto na Suécia e na

Holanda, habitam em edifícios altos ou médios com um espaço no primeiro andar (Choi, 2004).

Entre 2005 e 2007 foram construídas, nos EUA, as primeiras comunidades de coabitação senior (Abraham & Delagrange, 2006; Glass, 2012), tendo vindo a aumentar continuamente. A população mais velha opta por viver em comunidade cooperativa, de acordo com os seus desejos de manter a sua habitação, a sua privacidade em equilíbrio com a capacidade de companheirismo e segurança de viver em comunidade. +

O estudo de Caso Parkside assenta num grupo de idosos a viver em cohousing nos EUA – designado Parkside – inaugurado em 2006. Os residentes desta unidade vieram de todo o País, mesmo não se conhecendo antes desta escolha de vida. Em 2010, uma análise mostrou que 61% (n = 24) dos 39 fundadores originais habitavam ainda dentro da comunidade (Glass, 2013). Este estudo apresenta uma abordagem da evolução e comportamentos. Em Primeiro lugar uma pesquisa qualitativa foi realizada de modo a escutar os moradores sobre as suas experiências, bem como observar modos de estar e interações entre os membros desta comunidade. Esta abordagem foi relevante pois pouca pesquisa existe nas comunidades de idosos (Fraenkel & Wallen, 2009). Esta análise temporal mostrou evidências sobre os aspetos positivos presentes nesta forma de viver.

No contexto espanhol, este tipo de propriedade de habitação dificilmente foi implementado até datas recentes, exceto para experiências específicas, apesar do fato de que, o quadro normativo permitiria a sua aplicação em todo o território, e é por isso que foi enquadrado no âmbito da inovação social em algumas pesquisas recentes (Etxezarreta et al, 2015; Pareja & Sánchez Martinez, 2017). Surgem, no entanto, casos como O **centro de Trabensol** que começou em 2002 em resposta ao problema dos aposentados que queriam envelhecer e não depender da família, composto por 54 apartamentos individuais com áreas comuns.

**Convivir** - uma cooperativa integral, constituída inicialmente por um grupo de pessoas que se uniram, mas atualmente aberta à população que deseje ser integradas na Cooperativa ou simplesmente deseje viver neste centro.

Em Portugal são reduzidas as iniciativas aproximadas de cohousing. Surgiu, há já alguns anos, fundada por uma IPSS – **Os pioneiros**, uma aldeia Lar onde residem idosos num aglomerado de casas individuais sustentados pelo apoio de técnicos e áreas comuns.

**A Aldeia de S. José de Alcalar (ASJA)**, mais conhecida como Aldeia-lar, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) pertencente ao Centro Paroquial da Mexilhoeira Grande, que comporta igualmente outras respostas sociais como o Lar de Idosos da Mexilhoeira Grande, a Creche, o Jardim de Infância, o ATL, o Serviço de Apoio Domiciliário e o Centro de Dia, localizada em Alcalar, na Freguesia da Mexilhoeira Grande, Concelho de Portimão, no Algarve. Fruto do sonho de um Padre (Padre Domingos Monteiro da Costa) que comprovou que a vivência em resposta social Lar tradicional privava os idosos de uma certa liberdade pessoal e preservação da autonomia (Costa ,2000).

Embora reconhecido pela Segurança Social como Resposta Social Lar de Idosos, a Aldeia de S. José de Alcalar é diferente de todos os outros modelos de lares tradicionais quer na sua organização, quer nas suas próprias estruturas.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto ( SCMP) desenvolve atualmente dois projetos de recuperação e reabilitação de prédios que se destinam a projetos de cohousing, tal como explicou o provedor da SCMP na conferência internacional “Cohousing em Portugal — Viver Sustentável”, que foi organizada pela Associação Hac.Ora Portugal Senior Cohousing.

Segundo a vereadora da autarquia de Lisboa, nesta cidade há um projeto com características similares a decorrer, um equipamento intergeracional instalado no Bairro Padre Cruz que acolhe respostas destinados a crianças e jovens, e nos andares superiores funcionam residências autónomas assistidas, para idosos com elevado grau de independência. O projeto foi promovido pela Câmara Municipal de Lisboa e é gerido pela Santa Casa da Misericórdia da capital.

Estes dados apoiam na apresentação da proposição viii. Podemos considerar o conceito de cohousing senior, um modelo habitacional inovador, e será viável a sua aplicabilidade no contexto nacional.

## 2.4 Dimensões em análise

Com base na fundamentação teórica referente à inovação social e ao senior cohousing, apresenta-se como relevante efetuar um cruzamento de dados, ou seja, analisar as dimensões da inovação social apresentadas pelos vários autores de modo a perceber se verificamos a mesma influência no caso das propostas de Senior Cohousing.

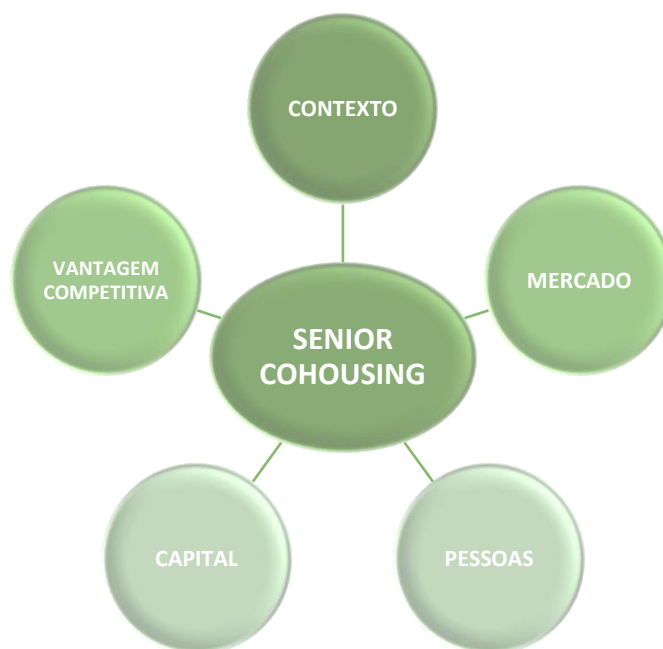


Figura 6 - Dimensões em análise (elaboração própria)

Assim, no quadro apresentado de seguida, surgirá uma coluna referente às dimensões da inovação social sustentadas pelos diferentes autores. Por sua vez, na coluna à direita verificamos uma abordagem do fenómeno de senior cohousing elencado nas diferentes dimensões.



Dimensões abordadas por autores	Senior Cohousing – caso em análise
<b>O Contexto</b>	
<p>Diferentes autores consideram que o contexto influencia os processos de inovação social.</p> <p>Segundo Sousa (2013), o contexto político, económico e social em que se encontra um determinado país despoleta a necessidade de investir na inovação social no sentido de trabalhar as questões sociais e promover a evolução positiva.</p> <p>Na análise desenvolvida por Austin Stevenson e Wei-Skillern (2006) onde abordam contextos e a sua influência sobre a inovação social, referem o interesse de se ter noção da importância dos contextos (políticos, legais, económicos, socioculturais, demográficos, entre outros) no desenvolvimento de projetos de inovação, contextos esses que podem interferir de forma positiva ou negativa no desenvolvimento de projetos.</p>	<p>Segundo a organização das nações unidas (ONU) a população idosa, a nível mundo tem sofrido um aumento nas últimas décadas. O envelhecimento da sociedade europeia constitui um fato preocupante pois a tendência futura aponta para um crescimento exponencial desta classe etária, com a diminuição contínua das taxas de natalidade contrariamente ao aumento considerável da esperança média de vida a Europa apresenta-se envelhecida.</p> <p>Resultado da modificação da estrutura etária da população e das alterações demográficas, o envelhecimento populacional traz consequências sobre a estrutura social e económica de um país. Este fenómeno demográfico exige um reconhecimento de causas e consequências, pelos efeitos sociais e políticas que acarreta, mas igualmente pelas necessárias e significativas mudanças que impõe à sociedade em geral (Alfredo Bruto da Costa, 2007)</p> <p>Num cenário de população envelhecida reconhece-se a necessidade de conjugação de esforços envolventes na implementação de políticas sociais que respondam aos desafios atuais. Nas áreas da saúde e segurança social torna-se emergente redefinir estratégias e formas de atuação que vão de encontro com esta nova realidade, suas necessidades e potencialidades.</p> <p>Como refere Carrilho (1993) as populações de hoje vivem mais tempo, e será importante que vivam com qualidade e segurança. A sociedade e estruturas familiares sofreram mudanças que interferem no papel social do idoso. Apesar da importância atribuída à família e ao bem-estar dos seus elementos, surge, atualmente, a transferência do papel da família para a responsabilidade das redes sociais de apoio. (Giddens, 1994)</p> <p>Embora exista uma opinião depreciativa generalizada em relação às Instituições, e os idosos evitem a sua institucionalização, muitas</p>

vezes essa é a única alternativa face às necessidades do idoso. (Pimentel 2001)

À medida que a taxa de idosos se acentua intensifica-se um problema social que mobiliza pessoas, grupos e atenções políticas e sociais. O aumento de estudos e de investigadores que se debruçam sobre a problemática do envelhecimento evidenciam a necessidade de estudar o fenómeno e de procurar soluções centradas na pessoa idosa e nas suas necessidades pessoais e habitacionais.

A política social centrada na terceira idade surge com aspiração de apoiar este grupo na busca de condições de vida adequadas, inicialmente baseadas em apoio de nível económico, porém na contemporaneidade reconhece-se que é necessário intervir a vários níveis em busca do bem-estar pleno desta classe. Um modelo de intervenção integral que aborde diferentes áreas de atuação desde a área económica, social, habitacional e cultural.

Tal como refere Fernandes (1997) a ação social enquadra um conjunto de serviços de apoio e equipamentos sociais que surgiram para responder às necessidades da população. As mudanças sociais e demográficas conduziram ao aumento da procura o que se refletiu no alargamento da rede de Instituições para idosos.

A proliferação de diversas ações e projetos na área da velhice pode ser interpretada como a concretização de vontades dos mais velhos, das características desta nova classe social, mas igualmente resultado da articulação de um novo mercado de serviços e uma mudança da visão política (Beck & Beck-Gernsheim, 2003)

Projetos de cohousing começam a ser analisados pelo setor político-social numa vertente de inovação social com impacto na economia e tecido social de cada localidade, em simultâneo interfere em questões do bem estar dos idosos prolifera ideias de envelhecimento ativo e menor dependência estrutural (Walker, 2002).

O mercado	
<p>Em relação à influência do mercado na área da inovação social, Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) defendem que o desenvolvimento e propostas do mercado desencadeiam processos de inovação social. São as falhas do mercado existente que suscitam a necessidade de projetos novos, respostas diferentes e serviços inovadores.</p> <p>Schwarz (2010) defende que o mercado pode ser motor para a inovação social apresentando novos serviços, modelos de negócio com infraestruturas tecnológicas, apoiado pelo setor público e social em prol de uma mudança orientada e dinâmica.</p>	<p>O mercado das residências seniores oferece habitação em instituições organizadas e estruturadas para receber pessoas idosas, Walsh et al, (2017) demonstram, no seu estudo, que este estilo de habitação tipificada e impessoal não corresponde às expectativas dos seus residentes. A institucionalização nestes edifícios resulta muitas vezes em processos de inadaptação (Walsh et al., 2017).</p> <p>Projetos de senior cohousing pretendem oferecer aos idosos melhorias a nível de bem-estar geral e construir projetos de vida significativos e relevantes para os idosos e comunidade envolvente. Estes projetos surtem efeitos no progresso psicossocial da classe idosa, mas são visíveis implicações na sociedade e na política, inicia-se um debate sobre a visão e papel dos idosos na definição de direitos e deveres com o estado e mercado (Scanlon &amp; Arrigoitia 2015)</p> <p>A ascensão destes modelos de coabitação foi impulsionada por uma combinação de fatores, a ausência de ofertas habitacionais no mercado, de valor e qualidade aceitável. Outro fator é a solidão que cresce no seio dos mais velhos, problema que se torna necessário combater, onde a criação de ambientes comunitários pode ser a solução. (Ahn et al., 2018 ).</p> <p>Surge como alternativa ao sistema habitacional existente, uma fuga aos preços imobiliários inacessíveis e à construção em volume (ESRC, 2016) que termina em ausência de partilha e pertença ao local.</p> <p>Os modelos de cohousing despertam os processos de mercado e especulação da habitação sendo vista mais como um ativo financeiro para se investir, em vez de uma casa para se morar (Shafique, 2018)</p>

	<p>O mercado dispõe de diferentes tipos de habitação, desde residências seniores, lares de idosos, serviços de cuidados continuados disponíveis para esta classe demográfica. A coabitação sénior surge como nova opção para adultos com 55 anos ou mais, disponível para pessoas com diferentes características e físicas e distintas capacidade financeira. (Cohousing Association of the US, 2010)</p> <p>Impõe-se a necessidade de diversificar e ajustar a oferta habitacional aos idosos pois uma abordagem tipificada não responde à heterogeneidade desta classe social. Além das soluções habitacionais tradicionais, soluções alternativas são necessárias para responder às mutações das pessoas idosas, umas dessas soluções passa pelo cohousing.</p> <p>No mercado imobiliário do Reino Unido vários são os projetos e modelos de co-vida que emergem. (Ahn et al., 2018).</p>
--	--

### O Capital

<p>O processo de inovação social adquire visibilidade no momento em que os vários setores da sociedade trabalham na mesma direção, em prol do mesmo fim – a supressão de necessidades sociais e melhoramento ao nível de ofertas. (Schmitter, 2002). Nesta sequência, os autores Moulaert, e al. (2014) consideram que cabe ao estado o papel incentivador da transformação, o apelo à união coletiva na promoção de redes de iniciativas socialmente produtivas. Neste sentido, podemos considerar que os governos adquirem</p>	<p>Em 2009, surge o relatório (HAPPI) “The Housing our Ageing Population Panel” (HCA, 2009) patrocinado pelo governo do Reino Unido, esse relatório destacou o surgimento de soluções alternativas, argumentou ainda que os modelos de habitação devem ser capazes de se adaptar às características e mudanças na classe dos mais velhos.</p> <p>Em 2012, o relatório HAPPI 2, destaca os benefícios esperados pelo desenvolvimento de novas soluções habitacionais para pessoas idosas, alerta para a redução de custos com a saúde e apoio social e atrasos nas necessidades de apoio e cuidados básicos. (Scanlon &amp; Arrigoitia, 2015; relatório HAPPI, HCA, 2009).</p> <p>Os modelos de coabitação variam de acordo com os seus promotores, podem surgir impulsionadas por organizações sociais, empresas sociais, associações, diversas, grupos de proprietários.</p>
--	---

<p>uma função mais envolvente no processo de desenvolvimento (Phills et al., 2008).</p> <p>Os projetos de inovação dependem de financiamento e capacitação financeira, alcançável por meio de um trabalho de parceira entre os vários setores económicos e a sociedade (Austin et al., 2006).</p>	<p>Alguns modelos de coabitação emergem dos recursos aglomerados pelo grupo de idosos, sendo o desenvolvimento residencial autofinanciado e autoconstruído, outros por sua vez são financiados por Associações específicas, por promotores privados e apoiados por organismos especializados como é o caso, por exemplo, da rede de coabitação do Reino Unido.</p> <p>Os modelos de cohousing são realizados sob várias formas de criação, gestão, financiamento e propriedade. (Ahn et al., 2018).</p>
---	---

### As Pessoas

<p>Os projetos de inovação surgem quando alguém sente necessidade de mudança, quando alguém procura novas soluções, surgem essencialmente pela mão de pessoas motivadas e proativas que procuram um caminho diferente, conscientes das dificuldades, mas confiantes nos resultados (Mulgan, 2006).</p> <p>O surgimento de um problema desencadeia a vontade de procurar soluções diferentes para essa questão, a motivação e vontade do ser humano conduz a projetos inovadores (Braga et al., 2015)</p> <p>Certamente o capital humano, com as suas motivações e forças, será um fator primordial no contributo para o avanço da inovação social (Moulaert &amp; Nussbaumer, 2005).</p> <p>Os empreendedores sociais estão atentos às necessidades e</p>	<p>O caso Parkside foi desenvolvido por um grupo de pessoas mais velhas que por iniciativa desenvolveram o seu projeto de cohousing. Adotaram o modelo de coabitação apresentado na Holanda (Brenton, 2008) sistema que promove um design interativo e desenvolve incentivos ao processo comunitário (McCamant &amp; Durrett, 1994).</p> <p>O projeto Parkside identifica um exemplo positivo, onde pessoas ativas se envolveram na construção de um ambiente social favorável (Wahl &amp; Lang, 2003. Contrariando a visão mais típica de pessoas mais velhas como beneficiários dependentes. Este papel ativo no desenvolvimento da vida e habitação produz efeitos positivos na situação pessoal de cada individuo( Wahl e Weisman, 2003).</p> <p>À medida que os adultos envelhecem deparam-se com diversos problemas, que incluem questões relacionadas com a habitação disponível e adequada, a perceção de perda de competências e capacidade para gerir a sua vida, a noção de desvalorização do seu papel social dentro de uma comunidade que desconhece (Silverberg, 2010).</p> <p>Comunidades de coabitação são projetadas especificamente para estes adultos mais velhos que ao planear com antecedência a sua vida em comunidade conseguem ultrapassar receios comuns de</p>
---	---

<p>potencialidade existentes, captam oportunidades e dedicam-se às causas (Mair &amp; Noboa, 2003).</p>	<p>necessidade de abandonar a sua casa e ser alvo de institucionalização (Durrett, 2009).</p> <p>Muitos adultos mais velhos reconhecem a incapacidade de viver de forma isolada nas suas habitações, têm a perceção que os seus filhos ou membros da família não possuem características para os acolher e temem pela perda de controlo das suas vidas e rotinas diárias ao enfrentarem uma Institucionalização nas respostas existentes (Peace et al., 2011; Hwang, Cummings, Sixsmith, &amp; Sixsmith, 2011).</p> <p>Os acordos de coabitação e vida comunitária visam responder às mutações da sociedade. As pessoas idosas enfrentam alterações na vida pessoal propensas a situações de solidão, alterações mentais e problemas de saúde. (Landeiro, Filippa et al., 2017).</p> <p>Como explicado por Glass (2009), a vida comunitária, a preservação da independência e o envolvimento dos idosos na vida social é de extrema importância para esta faixa etária.</p>
---	---

**A vantagem competitiva**

<p>O conceito de valor social e as preocupações sociais assumem cada vez mais importância no seio do mercado (Phills et al., 2008).</p> <p>Segundo Mulgan (2010), medir o valor social é algo muito complicado, contabilizar o benefício de uma ação desenvolvido, atribuir um valor a uma necessidade colmatada é algo difícil. Embora para o autor existente indicadores importantes e eficazes na tentativa de contabilizar os efeitos dos processos sociais.</p> <p>Por sua vez, Phills et al. (2008), defende a criação de benefícios e redução de</p>	<p>O cohousing pode surgir como alternativa às situações de isolamento, solidão e autonomia muitas vezes enfrentadas pelos mais velhos, uma vez que estas soluções de habitação promovem a solidariedade e vida comunitária. Estes processos encaram a pessoa idosa como um ser participativo e não como mero beneficiário do serviço. A coabitação pode tornar os idosos mais felizes e promover uma longevidade com bem-estar (Housing LIN, 2018).</p> <p>Com base na literatura é possível propor a evolução de benefícios tais como: aumento da interdependência, diminuição da depressão e solidão (Hawkley &amp; Cacioppo, 2007; Hughes et al., 2004; Paul et al., 2006).</p> <p>Tanto o envolvimento dos residentes, o empowerment pessoal e a construção de relacionamentos são vistas numa perspetiva positiva para o envelhecimento saudável (Greenfield, Scharlach,</p>
---	--

<p>custos são fatores que determinam em grande parte o valor social de um processo.</p> <p>Existem lacunas na análise do impacto que o projeto de inovação detém sobre os seus beneficiários, são necessárias novas formas de avaliação e novos modelos de conhecimento que permitam compreender os resultados. (FORA,2010)</p> <p>Margolis e Walsh (2003) discutem a inexistência de métodos que permitam averiguar os resultados dos processos de inovação social.</p> <p>Apresentar resultados mensuráveis de processos de ação social é uma tarefa difícil, torna-se essencial uma abordagem direta, aos sujeitos envolvidos no processo, que permita auferir resultados, retirar ilações, erros e progressos (Campbell, 2002).</p>	<p>Lehning, &amp; Davitt, 2012) claramente integrados em processos de cohousing.</p> <p>Embora as relações de apoio, os cuidados e sentido de pertença se desenvolva em ambientes de vida assistida e institucional, um dos aspetos que diferenciam o modelo de senior cohousing é o forte sentido de responsabilidade mútua e o sentimento de utilidade e interdependência com os outros (Silverberg, 2010).</p> <p>Embora viver num sistema de cohousing apresente desafios, este estilo de habitação promove sentimentos de segurança e proteção para os seus habitantes, qualidades muito valorizadas pelos mais velhos (Parmelee &amp; Lawton, 1990).</p> <p>Comunidades de senior cohousing desenvolvem-se me torno da ideia de uma proposta de habitação para idosos que procuram apoio social, independência e bem estar positivo ao longo do seu percurso de vida (Cohen, 2005; Durrett, 2009).</p> <p>O cohousing surge como forma de oferecer aos idosos da geração atual uma forma de habitação alternativa e atraente, onde os moradores seriam envolvidos no processo de construção e na gestão da comunidade, e continuariam a viver as suas vidas pessoais num ambiente adequado (Glass, 2009).</p>
---	---

Tabela 5 – dimensões de análise de cohousing (elaboração própria)

Com base nos dados presentes na tabela conseguimos apresentar a proposição vii. o senior cohousing obedece a características de um processo de inovação social.

## CAPITULO III- PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO

### 3.1 Estratégia de investigação

A metodologia de investigação deve ser compreendida como um sistema de regras e procedimentos que se desenvolvem no sentido da obtenção de conhecimentos através de uma lógica específica, assente numa explicação detalhada da forma como o investigador explora os seus dados para que possam ser analisados e transmitidos para a compreensão geral (Ghuri & Gronhaug, 2002).

Nesse sentido, este capítulo destina-se a apresentar a metodologia utilizada, em conformidade com os objetivos definidos.

Na primeira fase do trabalho procedeu-se a uma revisão de literatura importante para o tratamento de informação relevante que sustenta a base teórica desta investigação. A principal finalidade desta investigação é de esclarecer conceitos para a formulação de questões de investigação interessantes e aplicáveis em estudos posteriores, procurar explorar um tema inovador e incitar a projetos semelhantes.

Optamos por uma investigação qualitativa pois esta desenvolve-se em torno de um padrão de estudo ambíguo pela simultaneidade de um paradigma compreensivo e interpretativo, onde o sujeito e objeto da investigação se correlacionam (Afonso, 2005; Bogdan & Biklen, 1994; Guba & Lincoln, 1994). A investigação qualitativa apresenta um conjunto de características que se podem classificar pelo recurso a diferentes modos de obtenção de dados e pelo divergente papel do investigador. Em primeiro lugar, apenas com o recurso a diferentes modos de obtenção de dados é possível a interpretação de fenómenos tão complexos, onde a ideia central reside no papel do individuo no contexto inserido. O investigador interessa-se pelo significado que os sujeitos atribuem às situações de modo a compreender a própria situação com todas as influências subjacentes (Friedberg, 1995). Por sua vez, o investigador detém o papel fundamental em todo o processo, o mesmo assume-se como o principal instrumento de recolha, organização e tratamento da informação, assim como na sua análise e interpretação dos dados obtidos, atribuída a função de analisar os contextos e adaptar as técnicas aos processos inerentes. (Freire 1996)

Com efeito, mais do que concentrar a sua ação na construção de hipóteses de estudo, a investigação qualitativa foca a sua intervenção em estratégias de raciocínio indutivo,

parte da análise de dados que apoiam a formulação de hipóteses teoricamente enquadradas e facilitadoras na compreensão das realidades analisadas. (Jenny 2000)

Com o fim de complementar de forma consistente o corpo teórico deste trabalho apoiamos a investigação qualitativa numa abordagem baseada em estudos de caso, que tem como objetivo explorar, descrever ou explorar algum fenómeno no seu ambiente natural. (Yin, 1994). Complementarmente, para Ponte (2006), é uma investigação que se debruça sobre uma situação particular que se apresenta de forma diferenciada e que incite a uma análise às suas particularidades de modo a contribuir para o conhecimento do fenómeno em questão.

O estudo de caso diferencia-se entre estudo de caso único e estudo de caso múltiplo, (Yin, 1994; Bogdan e Bilken, 1994; Punch, 1998), sendo que neste caso específico, trata-se um estudo de caso múltiplo, já que foram analisados diferentes projetos de cohousing e diferentes abordagens sobre o mesmo conceito.

Para o cumprimento dos objetivos propostos na realização destes estudos de caso, é necessário recorrer aos instrumentos adequados para esse efeito. De acordo com Hamel (1993), o estudo de caso emprega vários métodos, tais como: entrevistas, observação participante e estudos de campo Yin (1994), propõe a utilização de múltiplas fontes de dados na realização de um estudo de caso, uma abordagem com recursos a diferentes métodos sustenta a confirmação de um fenómeno. Assim, foram realizadas entrevistas, método indicado na recolha de dados do próprio sujeito presentes na sua linguagem e formas de expressão. Este método permite ao investigador desenvolver intuitivamente uma noção sobre a interpretação do sujeito entrevistado. (Bogdan e Biklen, 1994).

A dificuldade na realização de entrevistas em número adequado que justificasse uma análise transversal, conduziu a uma abordagem indireta das opiniões e propostas sobre o tema senior cohousing, apoiada na I Conferencia Nacional de Senior Cohousing, sobre este fenómeno emergente, situação que, embora careça de uma base justificável a nível de metodologia de investigação, comporta uma relevância indiscutível pela abrangência a nível de conceitos, de sujeitos envolventes e de casos apresentados.

Esta abordagem focada numa análise dos discursos, a qual Orlandi (2008), defende como um método de produção de sentidos com ênfase no contexto social e histórico do. A valorização do discurso advém do modo como ele funciona nunca sendo passível

de análise sem contextualização, exterior ao sujeito e ideologia que a constituiu. Portanto, esse tipo de análise permitiu ultrapassar o conteúdo intuitivo dos textos e dos documentos oficiais, através de um olhar crítico e analítico.

A metodologia qualitativa de dados é uma forma privilegiada de pesquisa em inúmeras áreas científicas. A ferramenta informática Nvivo de análise de dados assume-se como um instrumento de grande ajuda na sistematização dos dados, salvaguardando a profundidade e singularidade dos mesmos. Assim, os resultados das entrevistas e da análise dos discursos será alvo de uma abordagem com base nesta ferramenta informática – Nvivo. Trata-se de uma ferramenta que auxilia na categorização e interpretação dos dados, tal como apresentado na figura que se segue.

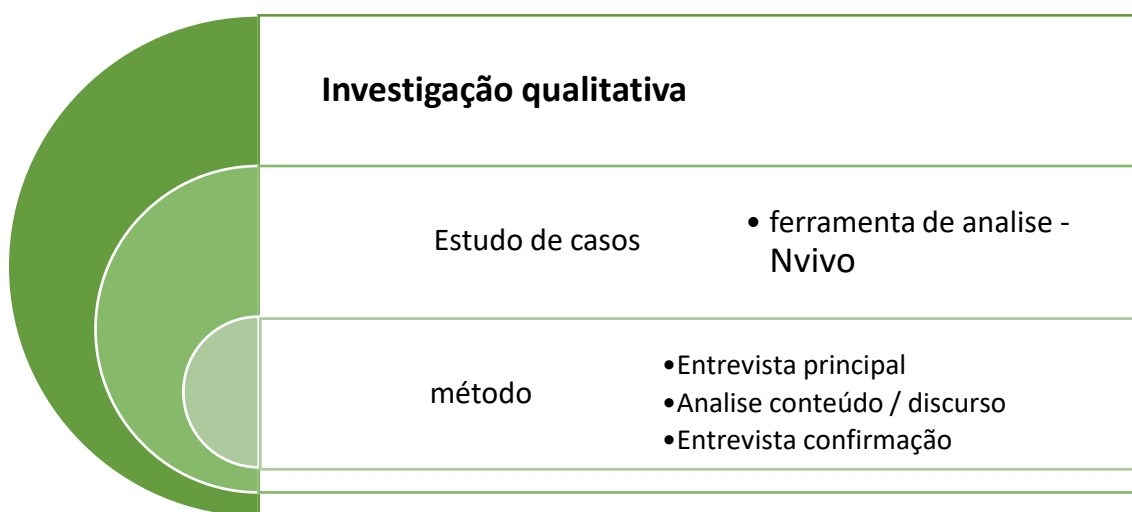


Figura 7 - Esquema da investigação (elaboração própria)

### 3.2 Objeto de estudo

Segundo Carmo e Ferreira (1998), descrever o objeto de estudo é definir o que se pretende investigar. Para estas autoras é imprescindível pensar em critérios para a análise do objeto de estudo, para fundamentar a escolha, nomeadamente, através da confiança no tema escolhido, que espelhe uma motivação pessoal e revele conhecimento dos recursos disponíveis.

Esta investigação desenvolve-se em torno do seguinte objeto de estudo: Estudar o empreendedorismo social e o seu impacto na resposta às questões sociais relacionadas com o envelhecimento – caso senior cohousing

Este estudo surge impulsionado pela motivação em perceber a realidade em torno do apoio à terceira idade. Aceitando a evolução no envelhecimento populacional, e as mutações dessa mesma classe, questiona-se a adequação das respostas existentes. Reconhecemos as evidências demonstradas pelo empreendedorismo social e procuramos soluções de carácter inovador indicadas para esta área, nesta linha de ideias surge o caso de senior cohousing que procuramos conhecer e divulgar características de modo e perceber a sua adaptação ao contexto em análise.

Como a investigação é de índole qualitativa, foram formuladas proposições de investigação. Assim sendo, a escolha das proposições é, uma tentativa de determinar ligações (Gioia & Pitre, 1990). Deste modo, procede-se à elaboração das proposições associadas ao modelo, com o intuito de reforçar conhecimentos e evidenciar abordagens.

A tabela seguinte retrata o esquema que sustenta a investigação.

<b>Objeto de investigação: Estudar o empreendedorismo social e o seu impacto na resposta às questões sociais relacionadas com o envelhecimento – caso senior cohousing</b>			
<b>Objetivos específicos</b>	<b>Proposições da investigação</b>	<b>Pontos de análise</b>	<b>Autores</b>
<b>Reconhecer a problemática do envelhecimento.</b>	i. A população apresenta uma tendência de envelhecimento constante. ii. As alterações demográficas constituem um problema social.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Justificado através da literatura apresentada</li> </ul>	(INE) Rosa (2012) Carrilho (2010) Paúl (2005) Carvalho (2011) Capucha (2005)
<b>Identificar a existência de diferentes respostas sociais ao envelhecimento.</b>	iii. Existem respostas sociais adequadas às necessidades e potencialidades da sociedade em constante mudança. iv. A institucionalização em ERPI é a solução indicada para todos os idosos que necessitem de apoio e segurança.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhece progresso nas ofertas sociais desenvolvidas no nosso País?</li> <li>Conhecendo o leque de respostas sociais existentes no nosso país, considera que respondem às necessidades e características de uma classe social em expansão?</li> </ul>	Paul (2012) Carneiro et al (2012) Pimentel (2001) Guedes (2012)
<b>Apresentar o conceito de senior cohousing.</b>	v. O sistema de cohousing senior oferece benefícios à nova classe de idosos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conhece o conceito de senior cohousing?</li> <li>Quais as principais diferenças apresentadas por este modelo de habitação?</li> <li>Identifica benefícios para o residente que ingressa neste modelo?</li> </ul>	Huber (2008) Martins (2009) Garland (2018) Anh et al (2018)
<b>Determinar em que medida este fenómeno confere um caráter inovador.</b>	vi. Este modelo habitacional trata-se de uma forma inovadora de promover o bem-estar da sociedade em mudança. vii. O senior cohousing obedece a características de um processo de inovação social. viii. Podemos considerar o conceito de cohousing senior, um modelo habitacional inovador, e será viável a sua aplicabilidade no contexto nacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Considera a senior cohousing uma forma inovadora de habitar? Em que aspetos?</li> <li>Reconhece que um projeto de senior cohousing se apresenta como instrumento de resposta às necessidades da sociedade?</li> <li>Consegue expressar o valor social conferido por este tipo de iniciativa?</li> <li>Em que medida avalia a co-habitação em termos de sustentabilidade?</li> </ul>	Shafique (2018) Perigan (2006) Durrett (2011) Silverberg (2010) Greenfield (2012) Housing (2018)
<b>Perceber de que modo a inovação social pode ser um apoio no contorno desta questão social.</b>	ix. Torna-se importante inovar em termos de ofertas sociais. x. Uma aposta em projetos de inovação social é uma forma de ultrapassar as questões sociais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>Reconhece a necessidade de inovação na resposta às problemáticas sociais?</li> </ul>	Vieira (2011) Mulgan (2007) Ferreira (2012) Huddart (2012)

### **3.3 Apresentação de resultados**

Após a aplicação da entrevista a um caso de menção na área do senior cohousing – Hac.Ora , e posterior análise do conteúdo das apresentação na Primeira Conferência Nacional de senior cohousing, (apresentações selecionadas sob a indicação de uma associação de referência nesta área de investigação) é agora altura de analisar os respetivos resultados, de forma a concluir acerca dos objetivos inicialmente propostos.

Como forma de dar cumprimento a tal propósito, o presente capítulo visa dois pontos essenciais:

- (I) Caracterização dos intervenientes na análise
- (II) Análise e discussão dos resultados.

#### **3.3.1 Caracterização**

No nosso país, atualmente, não se reconhece a existência de casos efetivos de senior Cohousing. Deste modo, procuramos direcionar a nossa investigação para a única associação de referência na área da coabitação – HAC.ORA.



A HAC.ORA PORTUGAL | SENIOR COHOUSING ASSOCIATION é uma Associação privada, não-governamental, sem fins lucrativos, criada em maio de 2018, no Porto, Portugal.

Promove e apoia a criação de comunidades de habitação colaborativa - cohousing - seguindo um modelo de desenvolvimento sustentável, a nível financeiro, ecológico e pessoal.

Tem dois objetivos de fundo: tornar público o conceito de cohousing junto dos cidadãos, entidades e órgãos políticos, assim como facilitar a organização em grupo de pessoas interessadas em formar comunidades de cohousing, acompanhando-as ao longo de todo o processo, facilitando a criação dos projetos de forma mais económica.

#### **A MISSÃO DA HAC.ORA**

- promover e facilitar o desenvolvimento de comunidades de cohousing em todo o Portugal, urbano, suburbano ou rural.
- promover a consciência acerca da natureza e benefícios do cohousing junto do público em geral, do governo e dos sectores profissionais ligados à construção, arquitectura, sociologia, ecologia, advocacia, etc.
- promover a formação de profissionais, incluindo a sua acreditação, cujos serviços apoiem a criação de comunidades de cohousing.
- definir padrões de desenvolvimento coerente de cohousing.

FONTE : <https://www.hacora.org/>

De modo a dar ênfase ao trabalho realizado, promover a Associação e, essencialmente, divulgar o conceito de cohousing, a Hac.ora promoveu a primeira conferência Internacional subordinada ao tema “Cohousing em Portugal – Viver sustentável”, onde foram convidados oradores de grande importância na área do cohousing internacional, assim como, representantes do setor político, todos com a mesma finalidade explorar o conceito de senior cohousing, e verificar a possibilidade de adaptação para território nacional.





Em entrevista com a representante da Associação Hac.ora, foi reforçada a relevância de analisar e reconhecer o valor, para a investigação, das apresentações presentes na conferência. Deste modo, fortalecemos a nossa investigação através dos dados e casos referenciados pelo seu caráter marcante e credível.

De modo a facilitar a leitura e compreensão dos dados apresentados, a cada caso referenciado será atribuída uma nomenclatura, que servirá de referência na leitura da análise dos dados apresentados posteriormente.

Assim temos os seguintes discursos de análise e respetiva nomenclatura:

1. Orador 1 - Cooperativa Habitacional - LA BORDA (Barcelona)
2. Orador 2 - SANTA CASA MISERICÓRDIA DO PORTO
3. Orador 3 - COMMUNITY LIVING HUB – Budapeste
4. Orador 4 - SARA BRUCH – Co Lab Research Hub – Tu Delft Holanda
5. Orador 5 - KOLLEKTIVHUS NU – Estocolmo

Expomos, no quadro seguinte, uma breve apresentação de cada caso em análise, para uma melhor compreensão do âmbito e importância de cada interveniente neste estudo:

 <p>Cooperativa Habitacional La Borda: Autogestão, Propriedade Coletiva, Sustentabilidade e Acessibilidade</p> <p>La Borda define-se como a primeira cooperativa habitacional seguindo o modelo de cessão de uso a ser desenvolvido em Barcelona e construído em terras públicas. A iniciativa surgiu no contexto da renovação urbana de Can Batlló, um antigo local industrial localizado no distrito de Sants-Monjuïc (Barcelona)</p> <p>La Borda constitui uma comunidade de cinquenta pessoas. Um grupo de pessoas de todas as idades, relacionado ao projeto Can Batlló. O principal objetivo de La Borda é fornecer habitações apropriadas, acessíveis e ecologicamente sustentáveis aos membros da cooperativa e, ao mesmo tempo, promover relacionamentos intergeracionais e integração comunitária.</p>	 <p>A Santa Casa da Misericórdia do Porto, constituída na Ordem Jurídica Canónica, é uma instituição de caridade e assistência social, de fins filantrópicos e de utilidade pública.</p> <p>Missão</p> <p>Oferecer aos seus clientes, beneficiários e Irmãos, soluções integradas e inovadoras na prestação de serviços humanizados, pautados pela excelência e por elevados níveis de qualidade e ética profissional, assegurando a melhoria das condições e da qualidade de vida da comunidade em geral, e em particular dos mais desfavorecidos. Preservar e difundir o seu património cultural, material e imaterial, promovendo iniciativas e parcerias de apoio à economia social.</p> <p>Visão</p> <p>Ser a Instituição Portuguesa de referência na oferta de respostas e soluções integradas na área da solidariedade social.</p>	 <p>Community living Hub: é uma iniciativa não governamental que visa apoiar as cooperativas não governamentais de co-habitação e habitação de Budapeste / Hungria.</p> <p>A iniciativa “Viver na Comunidade” foi criada em 2012 com o objetivo de explorar e popularizar de maneira abrangente as habitações comunitárias de base nos países da Europa Ocidental. Nesses países, o desenvolvimento habitacional cooperativo de baixo para cima, juntamente com o desenvolvimento habitacional do investidor imobiliário estatal e com fins lucrativos, é um terceiro ator importante na construção e desenvolvimento habitacional. Viver na Comunidade busca uma resposta sobre como criar cooperativas de base, sem fins lucrativos, de co-habitação e habitação com a participação ativa dos membros, desde a fundação até a manutenção a longo prazo.</p>	<p>Sara Brysch</p> <p>Delft University of Technology   TU · Department of Management in the Built Environment, Faculty of Architecture and the Built Environment</p> <p>Architect, PhD researcher at Co-Lab Research, TU Delft</p> <p>Arquiteta com sólida formação em design de 'habitações mínimas', adquirido por meio de pesquisa e experiência profissional. Trabalhou como arquiteta em Berlim e na Cidade do México, procurou expandir os conhecimentos sobre como as diferentes culturas exploram as abordagens gerais da habitação. Os interesses de pesquisa incluem soluções habitacionais acessíveis, processos colaborativos em habitação, projeto participativo, sistemas de construção sustentável, abordagens de projeto "Existenzminimum" e habitação incremental.</p>	 <p>A Associação Nacional Sueca Cohousing NOW</p> <p>- O sueco Kollektivhus NU - é uma associação que trabalha para promover moradias colaborativas e outras formas de vida alternativas. A associação apoia unidades de co-habitação existentes, bem como grupos que pretendem criar novas unidades. Originalmente formado em 1981, foi recentemente revitalizado com o objetivo principal de informar o público sobre o alojamento como alternativa e influenciar as autoridades a facilitar a criação e o funcionamento de tais unidades.</p> <p>"O Kollektivhus NU atualmente possui 42 unidades de co-habitação como membros efetivos e 15 organizações que trabalham a favor de moradias colaborativas. Há também vários membros de apoio individuais.</p> <p>As mais de 40 unidades de co-habitação existentes na Suécia são principalmente o resultado de campanhas da sociedade civil e respostas positivas das</p>
---	--	---	---	---

<p>Objetivos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir o acesso a moradias.</li> <li>• Evitar a especulação na área da habitação.</li> <li>• Desenvolver um novo modelo de construção e gestão de moradias.</li> <li>• Produzir novas formas de convivência, relações sociais e auto-organização comunitária.</li> <li>• Promover relações iguais entre pessoas de diferentes idades, gêneros e origens.</li> <li>• Tornar-se um modelo alternativo à habitação pública tradicional, acessível para pessoas de baixos rendimentos.</li> <li>• Construir um bairro autogerido em escala humana em Can Batlló, com base no compromisso social e no desenvolvimento de outra maneira de construir cidades.</li> <li>• Aproveitar ao máximo os recursos existentes e reutilizá-los de forma ecológica e sustentável</li> </ul> <p>FONTE: <a href="http://www.laborda.coop/en/">http://www.laborda.coop/en/</a></p>	<p>A Misericórdia do Porto procura estar atenta às novas necessidades sociais da população, atuando com rapidez e eficácia na procura de soluções diferenciadoras, que a colocam na linha da frente das novas respostas. Conjugando a tradição e a inovação social, a Misericórdia do Porto desenvolve atividades no apoio e cuidados de idosos; de pessoas em situação de desproteção social e/ou sem-abrigo; de mulheres vítimas de violência doméstica e de crianças e jovens em risco.</p> <p>A Ação Social da Misericórdia do Porto tem como principal missão o apoio na resolução de problemas sociais negligenciados através de soluções integradas e inovadoras com elevado impacto na Sociedade.</p> <p>FONTE : <a href="https://www.scmp.pt/">https://www.scmp.pt/</a></p>	<p>O objetivo é obter o máximo de informações sobre co-habitação e apoiar a criação de comunidades de origem com ajuda profissional.</p> <p>FONTE : <a href="https://kozossegebenelni.blogspot.com/2017/11/50-cohousing-estek.html">https://kozossegebenelni.blogspot.com/2017/11/50-cohousing-estek.html</a></p>	<p>FONTE : <a href="https://www.researchgate.net/profile/Sara_Brysch">https://www.researchgate.net/profile/Sara_Brysch</a></p>	<p>autoridades de habitação pública durante os anos 80. As unidades de co-habitação existentes estão concentradas nos principais centros urbanos. Hoje, a tendência está novamente se voltando a favor da habitação colaborativa. Embora nos últimos cinco anos apenas algumas novas unidades tenham sido construídas, outras estão em andamento, especialmente em Gotemburgo e Estocolmo. O Kollektivhus NU tem uma colaboração ativa com a SABO - a organização guarda-chuva Associação Sueca de Empresas Municipais de Habitação "</p> <p>FONTE : <a href="http://www.kollektivhus.nu/english/index_eng.html">http://www.kollektivhus.nu/english/index_eng.html</a></p>
--	--	---	--	--

Tabela 7 – Casos em análise (elaboração própria)

### 3.3.2 Análise e discussão dos resultados

Os dados apresentados resultam de uma investigação de índole qualitativa, assente na realização de duas entrevistas direcionadas a uma associação de elevada importância na área de senior cohousing.

A primeira entrevista foi realizada no começo da investigação, o que permitiu uma abordagem inicial sobre o tema, assim, através desta entrevista e das indicações nela obtidas que damos seguimento à análise de conteúdo presente na Conferência por esta Associação apresentada. A segunda entrevista realizada no final da investigação surgiu com intuito de reforçar e validar resultados obtidos.

Os documentos posteriormente descritos na investigação conduzem à simbiose entre a representação do contexto, dos casos e relatos analisados e da realidade situacional.

Este método baseado nas entrevistas e discursos analisados, enfatizam o enquadramento teórico e dão prioridade ao saber expresso, permitindo desenvolver conhecimentos de hipóteses particulares ou construir novas, contribuindo ainda para a valorização das melhores práticas, Merseeth (1996).

Os dados recolhidos através das entrevistas e análise de discurso foram cuidadosamente inseridos e categorizados no software Nvivo, programa este, que permite a análise de informação qualitativa e integra as principais ferramentas para o trabalho com documentos textuais e dados bibliográficos. Este facilita a organização de entrevistas, imagens, áudios, discussões em grupo, leis, categorização dos dados e análises. Na parte de dados qualitativos é possível realizar transcrição de vídeos e áudios, codificar texto, análises de redes sociais e/ou páginas da web, entre outros (Caterall 1996).

O avanço tecnológico favoreceu o desenvolvimento de muitos softwares que colaboram na realização de análises de dados. As funcionalidades destes softwares auxiliam na análise de conteúdos qualitativos, variam desde análises simples, como estatística descritiva e contagem de palavras até procedimentos mais complexos como elaboração de mapas de conexão e a estimação de modelos de séries temporais. Em particular, no que diz respeito à análise de conteúdo, a presença destes programas foi essencial para viabilizar a codificação e categorização de uma enorme quantidade de informações,



relacionamentos (Sugihara & Evans, 2000). As pessoas e o envolvimento social definem-se como suporte deste novo conceito de coabitação, tal como expressam os casos envolvidos na investigação. *Trata-se de “um processo participativo dos residentes nas várias fases- projeto, construção e gestão”* (orador 5). *O projeto “surgiu das pessoas que constituem a Direção devido a questões pessoais, problemas familiares e de amigos sem solução.”* (entrevista 1) Surge nesta fase da vida um dilema com as opções de moradia disponíveis que geralmente incluem a percepção de perder a autonomia pessoal nas atividades diárias e nas escolhas, não ser envolvidos nas decisões, viver e conviver com pessoas que podem não se dar bem (Silverberg, 2010) onde o cohousing surge como *“uma solução a nível de habitação para idosos “* (entrevista 1) que *“veio alterar o plano de habitação de Barcelona.”* (orador 1)

As apresentações analisadas focam a sua atenção neste novo modelo de habitação que começa a impor os seus benefícios.

A literatura expressa que os modelos de habitação que procuram manter os seus residentes envolvidos e ativos perspetivam melhores condições de vida para os anos posteriores, no entanto, grande parte das opções atuais de habitação podem não oferecer atividades adequadas para esses residentes (Silverberg, 2010). Verifica-se que *“Oferta não chega para a procura .... Lares são hotéis onde as pessoas não têm de fazer nada- cama, refeições. Estruturas não deviam ser assim, as pessoas vivem longos anos pois têm os cuidados todos mas vivem dependentes. Listas de espera..... realidade social sem respostas”* (Entrevistado 1). Torna-se importante *“Olhar para esta matéria da habitação colaborativa uma solução que poderá ajudar a responder ao problema do envelhecimento. O SAD não responde, precisamos de modernização”* (Orador 1).

Nos últimos anos, as iniciativas políticas na área social, principalmente no que diz respeito às instituições para idosos, têm aumentado. Nesta perspetiva o sistema de Segurança Social criou uma política social de respostas com equipamentos destinados à prestação de cuidados e apoio aos idosos (Martins, 2006).

Muito embora na perspetiva de Hall (1997), a institucionalização só deva ser considerada em casos extremos de dependência, pelo motivo de reconhecer que os lares de idosos induzem, muitas vezes, a perdas de autonomia e de auto-estima. Do mesmo modo, diminui a qualidade de vida associada à ausência de privacidade, à

dependência de horários e ao isolamento social. As respostas sociais “Lares são hotéis onde as pessoas não têm de fazer nada- cama, refeições, sem autonomia. Com horários e regras rígidas.... As estruturas não deviam ser assim, as pessoas vivem longos anos pois têm os cuidados todos mas vivem dependentes (Entrevista 1)

Podemos inferir que, a oferta a nível de respostas sociais para os idosos tem de fato aumentado sendo, porém, visível que não são adequadas a toda a classe de idosos. Reconhece-se o surgimento de uma “classe social que exige novas ofertas e respostas – vai para o lar quem está muito dependente e com dinheiro e os restantes? Não poderão aos 50/60 anos decidir que não quer viver sozinho numa propriedade enorme e prefere viver com qualidade num espaço comunitário” (Entrevista 1)

Face ao exposto é possível referir que existe um aumento no número de respostas sociais dedicadas ao envelhecimento, sendo, porém, consideradas desadequadas às necessidades e potencialidades da sociedade em constante mudança, concluindo que a proposição iii, não se pode validar. Por sua vez, a Institucionalização em ERPI apresenta-se como solução para um número limitado de idosos, não se considerando uma solução indicada para todos os idosos que necessitem de apoio e segurança, a proposição iv, logo, não foi possível comprovar esta proposição.

Nesta linha de ideias surge o conceito de cohousing e, mais concretamente, do senior cohousing. No seguinte gráfico foram cruzadas as informações prestadas pelos diversos intervenientes em função da análise das informações sobre o conceito de senior cohousing.

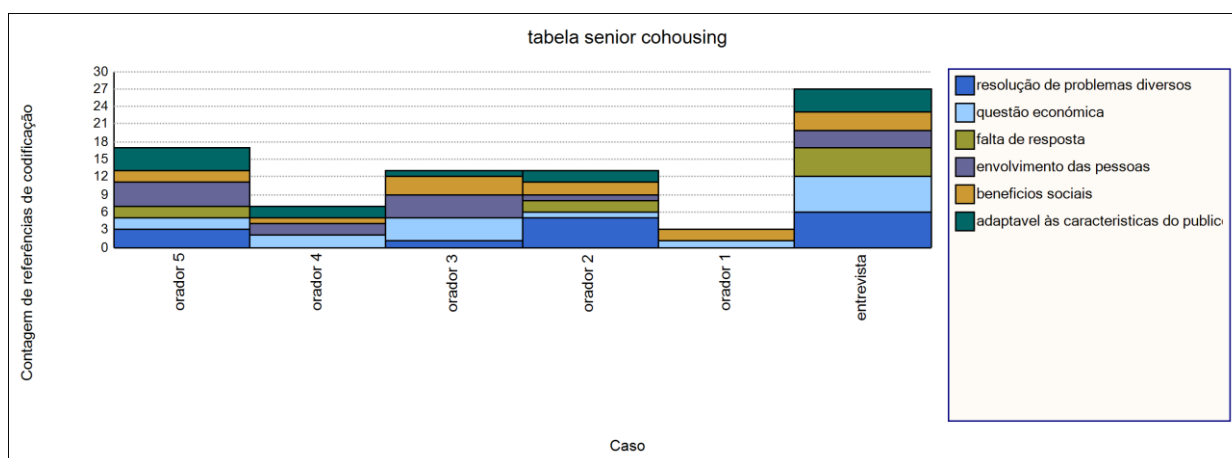


Gráfico 3 –Referência cruzada entre os nós e casos

Através da análise da tabela é possível perceber o valor atribuído a determinadas dimensões que envolvem este conceito habitacional. A questão económica surge neste cenário com maior relevância, permitindo explicar para a importância desta vertente nas opções de vida e de habitação. A classe senior norteia-se com *“Reformas baixas e inseguras”* *“Os seus filhos com salários baixos.... Os Lares são caríssimos... este modelo habitacional apresenta-se favorável nas questões económicas pois a “Rentabilidade do cohousing é bem visível ... suponha em 20 casas = 20 máquinas de lavar roupa - mais dispendioso, mais poluidor. Podem possuir uma só máquina industrial que até pode estar aberta à restante comunidade, rentabilizar recursos de todos sempre.”* (Entrevista 1). Os projetos de cohousing surgem para *“Promover relações de equidade ... sendo uma forma alternativa de viver para pessoas com baixos rendimentos”* (Orador 3), As *“Pessoas vivem e usufruem de espaços e equipamentos de qualidade por um preço reduzido... procura-se minimizar o desperdício”* (Orador 4)

Durrett e McCamant (2011) intensificam os benefícios de viver num sistema de cohousing, que, entre outros, passam pela redução dos custos da habitação mantendo a qualidade e contemplando a sustentabilidade ambiental, promovem um estilo de vida mais saudável e sustentável, partilhando problemas e soluções e ainda reforçam a existência de instalações e serviços com custos partilhados (internet, veículos, reparações e manutenção) situação que se reflete em vantagens a nível económico. Todos os casos estão referenciados benefícios sociais nos casos de senior cohousing, logo é possível de retirar conclusões desta informação.

Muitos idosos procuram uma opção que lhes ofereça um lar e estilo de vida de apoio, que lhes permita envelhecer em numa comunidade de sua escolha, porque pode oferecer benefícios significativos ao nível da sua autoestima, saúde e bem-estar (Abraham et al, 2006; Peace et al, 2011). Estas habitações podem permitir que os idosos vivam de maneira independente juntos, ajudando-se mutuamente com as compras, cozinhando ou cuidando uns dos outros durante pequenas doenças (Fromm & de Jong, 2009). *“Estudos demonstram mais qualidade de vida.... Viver de um modo saudável, uma vida mais longa, e ainda combate as ideias de solidão”* características atribuídas a estes

modelos de habitação (Orador 5). Esta opção de lar *“resolve problemas laterias preocupantes – solidão; segurança, prestação de serviços adequados...”* (Orador 2). *“Estudos e artigos demonstram que ganham 10 anos de vida os habitantes nestes projetos de habitação...”* (Orador 1)

Embora o conceito de senior cohousing apresente desafios, viver numa comunidade interdependente gera sentimentos de segurança e proteção entre os seus residentes, e está bem instituído que estas qualidades são muito apreciadas pelos idosos (Parmelee e Lawton, 1990).

Está patente que o resultado da abordagem qualitativa se encontra em sintonia com a literatura apresentada, o modelo de apoio mútuo desenvolvido pelo exemplo de cohousing - Parkside promove a ideia de que os residentes devem estar à entreatajuda. Os residentes apreciam o fato de ter privacidade e possuir as suas próprias casas, mas sem estar sozinhos, desenvolvem a segurança de saber que alguém estaria atento se algo lhes acontecesse. Há solidariedade no envelhecimento através da vida nessa comunidade. (Glass, 2013).

Face ao exposto justifica-se a proposição v, considerando que o sistema de senior cohousing oferece benefícios à nova classe de idosos. De igual forma podemos validar a proposição vi, onde os resultados apresentados aceitam este modelo habitacional como uma forma inovadora de promover o bem-estar da sociedade em mudança.

Anteriormente, na revisão da literatura, foi realizada uma abordagem ao conceito senior cohousing com base em algumas dimensões características da inovação social. Foram especificadas seis dimensões 1. contexto, 2. mercado, 3. capital, 4. pessoas, 5. desempenho, 6. vantagem competitiva e efetuada relação destas dimensões com o conceito de senior cohousing de forma a perceber de que modo este estilo de habitação sénior se insere nestes domínios. Procurou-se com esta análise delinear o estudo no âmbito da inovação social e reconhecer as referências ao conceito, senior cohousing, no sentido das dimensões sugeridas pela literatura.

Neste seguimento, na investigação qualitativa, foram igualmente analisadas as apresentações com a mesma finalidade de perceber se as respostas se orientam para os domínios da inovação social.

Os resultados estão patentes no seguinte gráfico de referências cruzadas entre os diversos casos em análise e os domínios da inovação social.

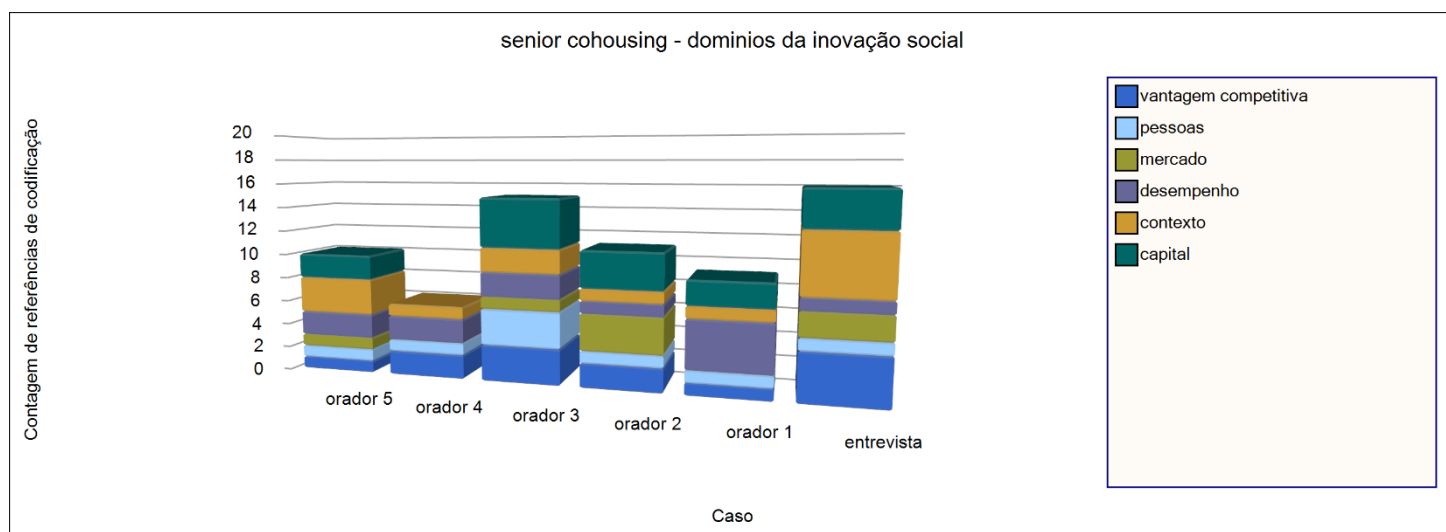


Gráfico 4 – Referência cruzada casos (senior cohousing) e nós (inovação social)

O senior cohousing aos olhos dos casos apresentados gera vantagem competitiva a diversos níveis. Condiciona problemas de ordem social e da saúde, pois a vivência em comunidade transporta para o convívio e apoio contínuo evitando a solidão e questões que podem advir desta situação problemática.

Por sua vez, a vantagem competitiva destes projetos, advém ainda do seu caráter económico e sustentável, várias são as áreas influenciadas por estes modelos de vivência nomeadamente, *“A agência de saúde começa a analisar os efeitos na saúde relacionados à saúde mental e física, verifica melhorias visíveis... reduzindo custos na área da saúde”*. A aglomeração de serviços e partilha de equipamentos permite cumprir com o *“objetivo de reduzir o custo de energia, mas com o máximo conforto e menos contas...”* (Orador 3)

Bamford (2005) reconhece os benefícios sociais, económicos e ambientais da habitação colaborativa, um modelo mais inclusivo e sustentável que facilita a convivência, a cooperação e o uso responsável dos recursos naturais e energéticos. A aglomeração de serviços e partilha de equipamentos permite cumprir com o *“objetivo de reduzir o custo de energia, mas com o máximo conforto e menos contas...”* (Orador 3).





Através da observação desta nuvem de palavras, mais uma vez se repetem com frequência as palavras Pessoas e Condições, estando as palavras População e Crise igualmente referenciadas com alguma permanência. Identifica-se às áreas de maior importância no contexto que envolve os projetos de senior cohousing.

Na dimensão - Pessoas, Becattini (1987) destaca o papel desempenhado pela cooperação e parceria no processo de inovação e Hockerts (cit. in mair, robinson & hockerts, 2006), A Organização Hac.ora assume que o seu *“papel é estabelecer parcerias, entre estado, privados e economia social. misericórdias com terrenos desocupados – transformar em projetos uteis e rentabilizados ...”* (Entrevista 1)

Os resultados do estudo demonstram duas vertentes na dimensão pessoas, delineado pela importância das pessoas, da proatividade inerente a processos que envolvem pessoas de diferentes áreas em parceria produtivas. Bacq e Janssen (2011) consideram que a inovação social é o resultado da ação de indivíduos idealistas envolvidos na procura de soluções inovadoras para problemas sociais da sua comunidade. Os projetos em análise refletem a ação de indivíduos e grupos organizados com finalidade de apoio à sociedade e já apresentam *“Novos projetos em vista, pois o município aceitou cooperar em novos projetos”* onde as parcerias se apresentam como fundamentais, pois, é necessário *“articular com diferentes setores para fortalecer estas iniciativas.”* (Orador 3)

O trabalho de pessoas de diferentes setores é essencial, o envolvimento de *“instituições, cooperativas, autarquias, da economia social, pois a cooperação entre todos é fundamental. O funcionamento em rede sempre num trabalho na lógica da partilha que acaba por reduzir as dificuldades no processo.”* (Orador 2). O alcance positivo de stakeholders exige implicação de *“parceiros públicos ... e a criação de grupos de trabalho ... é importante divulgar e mostrar que as pessoas estão melhor em cohousing , tentar desenvolver interesse dos bancos , de grandes investidores , grandes empresas de habitação ”* (Orador 1). Com o foco sempre no trabalho *“em colaboração com diferentes profissionais, desde advogados, arquitetos, trabalhadores sociais, psicólogos, pessoas comunidade etc, desenvolver formas e mecanismos que beneficiem a participação ativa.”* (Orador 3)

A segunda vertente refere-se à importância das pessoas envolvidas no sistema de cohousing, pela valorização do trabalho desenvolvido pelos impulsionadores dos

projetos. Todo o sistema de vida partilhada, com responsabilidades e envolvimento de todos. Que segundo Mulgan (2006), as grandes ideias de inovação surgem porque existe um grupo de pessoas que corre riscos em prol da mudança, são pessoas motivadas e proativas, que se unem em prol de um objetivo, este grupo *“Surgiu das pessoas que constituem a Direção devido a questões pessoais, problemas familiares e de amigos sem solução.”* (Entrevista 1) um outro grupo constitui-se *“Numa 1ª fase do projeto eram 20 pessoas no grupo ...eramos companheiros na jornada...”* (Orador 3) . Cada ação despoleta questões e dúvidas, neste caso o grupo começou por se questionar *“porquê cohousing na Hungria? para resolver problemas e criar oportunidades...”* e assim *“após algum tempo de pesquisa decidimos implementar”* (Orador 1)

Shafique (2018) acrescenta que a coabitação sénior é uma forma particular de convivência, com uma estrutura específica de gestão partilhada, onde cada membro participa no processo como um todo, assim *“ Processo é participativo nas várias fases – , desde o projeto, construção e gestão...”* (Orador 5) Por sua vez, Durrett (2009) reforça que todos os habitantes projetam o espaço de acordo com as necessidades do grupo, com casas independentes e áreas comuns como a cozinha, o refeitório ou as áreas de lazer. Além disso, são *“Responsáveis pela limpeza dos espaços, jardins, alimentação ... em torno da ideia de envolver todos.”* (Orador 4)

Desta forma, o ponto de partida para a inovação é a tomada de consciência das necessidades verificadas que por algum motivo não obtém resposta, é a união de pessoas que buscam colmatar essas necessidades Mulgan (2006),

A dimensão Capital refere-se, essencialmente ao modo de obter financiamento e sustentabilidade para os projetos. Em muitas situações os projetos surgem devido aos programas de financiamento apresentados pelo governo, verificando-se que o setor político está cada vez mais envolvido na economia social. (hm government, 2005). Fica patente que *“Todos os países deveriam ter um fundo filantrópico, fundo que apoia os financiamentos de projetos como este ..... sendo essenciais parceiros públicos”* (Orador 1), justifica-se que seja necessário que *“ o poder político esteja atento a estas situações, que procure criar condições financeiras e políticas (enquadramento legal, atribuição de crédito) ... A economia social tem um papel importante na vida do cidadão, pois presta um serviço publico”* (Orador2). No caso específico de Espanha *“surge co-57 uma política*

*de apoio à habitação que apoia a economia social. Procuramos sempre uma forma de conseguir cooperadores e investidores, de fazer acordos com empresas privadas ou pessoas individuais que desejem apoiar. Em prol da sustentabilidade do projeto” (Orador 3)*

Estes projetos começaram a ser vistos pelo setor político-social como inovações sociais que podem não só revitalizar a economia e o tecido social de uma certa localidade, mas também interferem nos fatores de dependência funcional de idosos ao incentivar o envelhecimento ativo e menor dependência estrutural (Walker 2002) deste modo reconhecemos que o *“ Estado e empresas desempenham um papel social importante ... As Câmaras resolvem um problema social, casas deterioradas e abandonadas enquanto jovens e idosos necessitam de uma solução de habitação”*(Entrevista 1)

Através de estruturas e projetos bem equacionados que transpareçam eficiência as inovações sociais conseguem mobilizar apoio financeiro público ou filantrópico (Phills, e al., 2008) permitindo-lhes criar sustentabilidade, baseados em *“ Políticas que tem uma implicação pratica na redução de equipamentos e construções exageradas, com custos elevados de manutenção...”* (Orador 2)

O cohousing é um modelo de gestão imobiliária, anti especulativo, sustentável e popular nos Estados Unidos ou nos países nórdicos onde as pessoas vivem em comunidade e partilham espaços e serviços básicos (Choi, 2004) , o que se pretende com estes projetos é a *“valorização social que se sobrepõe à valor comercial, o cohousing não pretende especulação imobiliária, apenas dar uma resposta acessível e digna aos seus moradores.”* (orador 5).

Os projetos de cohousing procuram *“Utilizar mais fontes ecológicas, procurar sustentabilidade, mais ética nos sistemas de construção... Esse tipo de projeto resolve problemas em termos de sustentabilidade, com o objetivo de reduzir o custo de energia, mas com o máximo conforto e menos contas”*( Orador 3) . Confirmando que chave para a sustentabilidade é regida pela combinação de baixos custos com eficiência, qualidade e lucratividade (Vurro, cit. in Mair, Robinson & Hockerts, 2006).

O domínio mercado assenta no fato de se reconhecerem diferentes agentes de financiamento envolvidos por interesses específicos que necessitam de motivação para

atrair a confiança dos financiadores (Austin et al., 2006). Esta *“forma alternativa de viver, para pessoas com baixos rendimentos com diferentes formas de habitação social, pretende articular com diferentes setores para fortalecer estas iniciativas. A Cooperative cohousing em Barcelona, um princípio legal que veio alterar o plano de habitação de Barcelona, motiva a novos projetos e novos investimentos”* (Orador 1) *“Esta ideia, de senior cohousing, causa uma oportunidade, circunstância que pode ajudar a potencializar a questão da habitação. SCMP maior proprietário da zona não poderia ficar de fora deste processo. Tem 2 projetos em preparação – recuperação e reabilitação de bairros. Para a criação de respostas dentro do espírito cohousing”*(Orador 2)

Segundo Austin, Stevenson e Wei-Skillern (2006) são as falhas no mercado que podem incitar a projetos de inovação social, quando as necessidades não se encontram satisfeitas por iniciativas já existentes pode despoletar a necessidade de inovação, *“Situações comuns em Portugal onde as pessoas ficam sem solução e não querem ir para um lar, onde a oferta não chega para a procura. O cohousing permite quebrar o círculo de especulação do imobiliário, não se pretende lucro económico. Este modelo é baseado num princípio filosófico e político de direito à habitação”* (Entrevista 1)

Christensen (1997), refere que a inovação pode surgir sob duas formas: a inovação que se transforma produtos ou serviços adaptados ao mercado existente e suas mudanças, resultando num aumento da procura, e por outro lado a inovação que apresenta propostas de mercado e de negócio diferentes com soluções eficientes e ajustadas. Os casos analisados apresentam opiniões que vão de encontro com esta linha de ideias referindo que *“As pessoas têm direito a uma vida digna sem necessariamente ser num lar ou bairro social - novas ofertas de habitação necessárias ... É uma solução a nível de habitação para idosos sendo que a Câmara resolve um problema social, casas deterioradas e abandonadas enquanto jovens e idosos necessitam de uma solução de habitação.”* (Entrevista 1)

Cabe ao empreendedor ter noção da oportunidade e desenvolver projetos sustentáveis que atinga o objetivo social. (Hockerts cit. in Mair, Robinson & Hockerts, 2006). Sendo que *“A economia social tem um papel importante na vida do cidadão, presta um serviço público. Importa discutir onde podemos acrescentar valor ao que se pode oferecer/fazer. Questão da habitação em Portugal sempre foi complicada – postura variada do poder*

*política que conduziu a situações de arrastamento do problema“( Orador 2). Neste âmbito “ alguns países fizeram ajustes para se adaptar a cada situação- diferentes projetos em diferentes situações e áreas, para atingir o valor social adequado a cada caso”(Orador 4)*

Nas questões do domínio do desempenho, Perreti (2001) defende que a avaliação nesta área possibilita a análise de resultados e revisão dos objetivos. A análise de desempenho permite orientar novos grupos no planeamento de ações e correção de desvios. A importância se “Apoiar em casos existentes e específicos , na Suécia – projeto de habitação , arrenda a senhorio , mais independência ; Espanha – cessação de uso , acordo camara e grupo , direito de uso e superfície ;Alemanha- grupos de construção sem alternativas, autonomamente desenham projetos , bancos ecológicos , parcerias com camaras ... em alguns países fizeram ajustes para se adaptar a cada situação- diferentes projetos em diferentes situações e áreas ... Não é aconselhável a todos da mesma forma – topdown , nunca impor modelos. Temos população envelhecida a viver sem condições, é possível que este tipo de habitação tenha lugar em Portugal” (Orador 4). Fazer o “Trabalho de campo para perceber, o que é? Como se faz? – procurar outras experiências. Um momento importante de conhecimento foi a organização da conferência que abordou várias questões pertinentes: desenho de cohousing ; habitação no terreno; casos práticos há mais de 30 anos. É importante aprender com os outros, conhecer situações que acabam por funcionar – estudei e visitei alguns e fiquei fascinada” (Entrevista 1)

Austin et al. (2006) argumenta que é fundamental que os empreendedores sociais tenham uma compreensão clara da mudança e dos resultados que os atingem, adquirindo competência para reconhecer os contributos e falhas presentes. Para tal “Fizemos pesquisa, visitas comunidades coletivas “ learning by doing” (Orador 3), consideram que “É necessário um trabalho social, novas iniciativas, aprender em todas as idades. O valor do cohousing é medido constantemente. Importante divulgar e mostrar que as pessoas estão melhor em cohousing, tentar desenvolver interesse dos bancos, de grandes investidores, grandes empresas de habitação. Compreender e mostrar a relevância para acelerar processos morosos.” (Orador 5)

Os investidores sociais vivem uma incerteza de negócio pois a quantificação exata do impacto social gerado por um projeto é dificultada pela natureza dos resultados (Austin et al., 2006). Assim tornou-se essencial a comunicação de novos projetos que de algum modo transpareçam o valor social gerado de forma a demonstrar o impacto dos projetos desenvolvidos e amenizar a incerteza dos investidores, apoiando na revelação dos resultados na supressão de necessidades e procura de benefícios sociais (Mook e Quarter, 2006). Neumeier (2012) considera que os resultados dos projetos de inovação social não são materiais logo de difícil quantificação, resultam em melhorias sociais, aumento de bem-estar, mudanças de atitudes e comportamentos, sendo difícil medir o impacto no setor social. O valor social está patente nos *“Estudos que demonstram mais qualidade de vida”* (Orador 5). *“Os resultados de processos de cohousing são medidos pelas reais necessidades da população; pelas relações desenvolvidas; pela transformação social; pelos efeitos positivos sobre as pessoas; pelos efeitos positivos na saúde; pela maior liberdade financeira, pela supressão das dificuldades em pagar rendas elevadas; pelo envolvimento da comunidade, pelo sentimento de pertença e importância; e pelo máximo conforto a reduzido preço”* (Orador 1)

*“Sem objetivos de ganhar dinheiro, apenas para as pessoas serem felizes” são os objetivos de projectos de senior cohousing, sobre os quais existem “Estudos que demonstram esperança e qualidade de vida superior, por viver de uma forma mais económica e socialmente favorável.”* (Entrevista 1). Coloca-se a questão de *“Como ficamos mais ricos com apenas um espaço de 50m<sup>2</sup> e alguns equipamentos... Estudos e artigos demonstram que ganham 10 anos de vida os habitantes nestes projetos de habitação”* (Orador 4)

A avaliação de desempenho assume assim um contributo fundamental para credibilizar os projetos, comunicar os resultados, refletir-se sobre o impacto gerado e encontrar novos mecanismos de financiamento e atuação. Austin et al. (2006), o importante é *“discutir onde podemos acrescentar valor ao que se pode oferecer/fazer.”* (Orador 2)

Face ao exposto, da apresentação dos dados referentes a cada domínio analisado torna-se possível validar a proposição vii, sendo suscetível de considerar que o senior cohousing obedece a características de um processo de inovação social.



associação de referência na área do cohousing em Portugal, adquiriu legitimidade de opinião nesta área pelo trabalho desenvolvido, pela pesquisa e interesse constante na divulgação deste modelo de habitação e conhecimento obtido. Desta entrevista retiramos as seguintes conclusões.

A Hac.Ora complementa os resultados já apresentados expondo que *“os idosos ativos têm necessidade de uma nova resposta de habitação e socialização”*, as respostas sociais existentes são necessárias *“no contexto atual, para idosos já dependentes”* não respondem às necessidades e características dos novos idosos.

A essência da Associação parte do princípio que este modelo de habitação pode solucionar problemas. A intenção na divulgação do conceito de cohousing é precisamente demonstrar os seus benefícios, *“permitir uma vida com mais sociabilização, sentido de utilidade pela inserção em grupo, para além de soluções habitacionais adequadas em dimensão e manutenção.”*

Embora o conceito de cohousing tenha surgido nos anos setenta em Copenhaga por famílias com objetivos de viver em comunidade, atualmente este conceito apresenta-se com um caráter inovador e diferenciado. Onde se verifica um trabalho mais orientado com um sentido de responsabilidade social acrescido.

O contexto define o modelo de cohousing adotado, cada grupo projeta, organiza e gere um modelo adequado às características do grupo e do meio envolvente *“Os modelos de cohousing dependem exclusivamente da decisão dos seus criadores e futuros utilizadores...a decisão das necessidades e de eventuais parcerias depende do modelo definido pelos utilizadores”*.

As propostas de cohousing apresentam-se como possíveis soluções para as questões sociais e habitacionais ... *“quer a nível de seniores quer a nível das gerações mais novas...”* situações às quais o mercado se apresenta incapaz de responder. *As pessoas são o centro de todo o modelo e processo de cohousing ...o seu papel é fundamental...”*

O valor social do senior cohousing exprime-se através do *“Envelhecimento ativo e diminuição/extinção da solidão na 3ª idade...”* De forma concisa e particular a Hac.Ora valida a imagem de senior cohousing apresentada neste estudo. O envelhecimento voltado para comunidade é a chave para a sustentabilidade e bem-estar. Manter a

atividade, conhecer os nossos vizinhos, sentir que somos parte de algo com que nos importamos e que se importa com nós – estes são elementos para a reconstrução da sustentabilidade atualmente (Scotthanson, 2004)

Os elementos recolhidos durante o processo de investigação abordam as questões referentes ao processo de envelhecimento e as alterações do individuo senior. Apresentam uma perceção desta nova realidade e da necessidade de inovar em termos de intervenção social na habitação, validando deste modo a proposição ix. O leque de vantagens apresentadas pelo conceito habitacional senior cohousing, desde os benefícios a nível social e ambiental, as questões de observável sustentabilidade e o carácter envolvente de todo o processo são características que apoiam na confirmação da proposição x, ou seja, uma aposta em projetos de inovação social pode ser uma forma de ultrapassar as questões sociais.

### **3.3.3 Considerações finais**

Mediante o objeto de estudo e com base nas preposições delineadas é possível, retirar inferências de todo o conteúdo analisado.

O fenómeno do envelhecimento da população, a nível mundial, é um problema fundamentado, o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos tende a aumentar de forma drástica face ao número de jovens contabilizados. As características da população que compõe esta classe social sofreram mutações ao longo dos tempos, sendo possível referir que os idosos dos tempos atuais possuem características, potencialidades e necessidades distintas.

As iniciativas ao nível das políticas de apoio social com o envelhecimento têm vindo a aumentar e alargar a sua intervenção, sendo, porém, verificadas algumas lacunas e desajustamentos das ofertas face ao publico alvo.

A institucionalização em Estruturas Residências para pessoas idosas, tende a ser a opção mais abrangente muito embora as suas características de funcionamento não validem a autonomia e individualidade do cliente. Pelo contrário são, muitas vezes administradas por horários rígidos e regras homogéneas que conduzem ao sedentarismo e

desvalorização das capacidades do idoso. Estas Estruturas respondem claramente às necessidades da população em fase de dependência sendo imprescindíveis no apoio dos cuidados básicos e de bem-estar desta população em situação mais debilitada.

Uma classe social reveladora de autonomia, de competências sociais e cognitivas, que deseja viver em comunidade, evitando a solidão própria desta fase, requer respostas sociais direcionadas e diferentes.

O modelo de habitação – Senior Cohousing surge como uma proposta inovadora neste campo de atuação.

Várias questões induzem a valorizar esta forma de coabitação no seio da população. A questão económica surge com grande ênfase na procura destas soluções inovadoras. A redução de custos com a habitação e demais despesas inerentes à vida diária constituem uma das grandes potencialidades do cohousing. A possibilidade de ter qualidade de vida de uma forma economicamente favorável desperta interesse por parte dos indivíduos.

Os benefícios sociais próprios do cohousing sustentam mais uma característica valorizada pelos especialistas neste domínio. A imagem de envelhecer rodeado por uma comunidade familiar, onde cada um intervém de forma valorizada reflete o bem-estar generalizado.

Viver em comunidade, sem nunca perder a individualidade e privacidade essencial, circundados por segurança e solidariedade são os elementos chave da coabitação senior.

Existe uma constante preocupação da sociedade e, inclusive, do governo e administração pública, no que diz respeito a diferentes temas de ordem social, nomeadamente da problemática envolvendo o envelhecimento populacional e as questões de resposta de habitação para esta classe social. A Inovação Social surge como forma de solução, no sentido em que se destina a substituir estruturas políticas obsoletas e instituições inapropriadas por novos meios de melhorar resultados, novas formas de atuar. (Huddart, 2012).

Assente num suporte literário prévio, as intervenções qualitativas foram, nesta fase direcionadas, para a validação ou não do senior cohousing no âmbito dos domínios da inovação social.

O processo de inovação social não é linear (Simões, 2003), e não significa apenas criar um objeto ou serviço, mas procura essencialmente atingir concretizações materiais e imateriais. (Moura, 2003).

A vantagem competitiva do modelo de senior cohousing advém precisamente das realizações pessoais e sociais que este estilo habitacional transpõe no seu público. O valor social, de difícil mensuração, mas que se traduz no bem-estar dos seniores pelo sentimento de pertença, pelas vivências em comunidade assim como os benefícios a nível de saúde física e mental são algumas características listadas pelos intervenientes. O seu caráter economicamente sustentável intensifica a vantagem deste estilo habitacional, onde se apresenta a possibilidade de viver com qualidade com reduzidos custos.

O contexto envolvente é um elemento determinante no avanço de programas com caráter diferenciador. Surgem elementos do contexto social e familiar que se apresentam como influenciadores na procura de novas soluções de habitação para os seniores. Os novos conceitos familiares, a emancipação da mulher, a exigência do mercado de trabalho e o envelhecimento populacional são algumas questões de ordem contextual que conduzem à necessidade de procurar ou desenvolver novas propostas de habitação, onde a ideia de senior cohousing ganha créditos. Em situações de crise económica temas como sustentabilidade e poupança influenciam largamente nas escolhas habitacionais, esta vertente de coabitação é fortemente impulsionada nestas situações pelo seu caráter economicamente favorável.

As pessoas assumem, em todo o processo de senior cohousing, um papel determinante. O estudo divide este domínio em duas vertentes. O primeiro relaciona-se com o caráter empreendedor dos impulsionadores destes projetos, da importância de parcerias alinhadas com as finalidades. O envolvimento de indivíduos dos vários setores do mercado no mesmo rumo e no sentido de procurar soluções inovadoras para os problemas identificados. Uma segunda vertente revela o valor do trabalho em comunidade. O processo é participativo em todas as fases, cada habitante adquire a sua importância e todos de forma ligada gerem o seu sistema.

O capital revela-se sempre imprescindível ao desenvolvimento de um qualquer projeto social, no âmbito do senior cohousing é essencial a apresentação apelativa do projeto de forma a cativar cooperadores e investidores de vários setores publico e privado.

O sistema de coabitação incide sobre diferentes formas de desenvolvimento, carater cooperativo, associativo, publico ou mesmo privado, onde o fator capital exerce uma pressão diferenciada.

O senior cohousing assenta numa base de sustentabilidade financeira e de um trabalho em parceria, onde a função do Estado, no desenvolvimento de políticas direcionadas para a criação de condições sociais, políticas e financeiras, se torna indispensável. Através de estruturas e projetos bem equacionados o investimento terá o seu retorno, estas habitações desenvolvem-se em torno de um modelo arquitetonicamente bem equacionado, organizado com um sistema de qualidade de vida a um custo reduzido. Tudo é planeado e estudado de forma a rentabilizar recursos e reduzir despesas.

O senior cohousing implementa-se numa sociedade onde a população envelhecida não encontra no mercado resposta para as suas necessidades de habitação e de apoio. Este conceito pode ser encarado como uma oportunidade de mercado, apresenta-se com um conceito diferenciado com caraterísticas eficientes que atraem investidores e interessados. Os casos analisados refletem a capacidade que os impulsionadores de cada projeto possuem ao expor alternativas viáveis que atingem uma finalidade social, possibilitam o direito à habitação privada, num ambiente socialmente saudável e seguro.

A Avaliação de desempenho em programas de carater social é dificultado pela natureza dos resultados, porém transpareceu que é seriamente importante ter contato com projetos já instalados, extrair efeitos vivenciados e compreender formas de atuação. O trabalho prévio inicia-se na pesquisa, num trabalho de campo e investigação intensiva de modo a delinear formas de atuação adequadas, não basta apenas copiar modelos, mas sim adaptar à situação de cada país e grupo.

Os projetos de senior cohousing resultam em melhores condições de vida, aumento do bem-estar geral, diminuição dos problemas de saúde mental e psíquica, flexibilidade financeira, progressos que transparecem o valor social destas habitações. São estes benefícios que despoletam o interesse de todos.

## **CAPITULO IV - CONCLUSÕES**

### **4.1 Introdução**

Este estudo realizado em torno de objetivos de investigação delineados e com base teórica orientada, possui uma origem de cariz pessoal e profissional. A motivação de suporte a todo este percurso desencadeia-se pela visão diária dos processos de Institucionalização, das listas de espera, das incertezas no novo lar, do desespero de perder a independência, da dor do afastamento familiar e falta dos seus pertences... Toda esta realidade conduz a momentos de reflexão e pesquisa por uma nova resposta e pela possibilidade de apoiar esta classe social de idosos em visível expansão.

Assim o estudo - Empreendedorismo Social – Soluções inovadoras aplicadas às respostas sociais do envelhecimento – caso senior cohousing, foi desenvolvido com o rigor necessário envolto de uma fonte de dedicação pessoal.

Neste capítulo faz-se referência às principais conclusões relativamente a esta investigação, perante os objetivos delineados e expondo as limitações detetadas, para que o leitor possa interpretar adequadamente as evidências encontradas. Por último, apresentam-se algumas sugestões resultantes da investigação.

### **4.2 Conclusões do estudo**

Na introdução foram traçadas as linhas orientadoras deste estudo. O objeto da investigação passava por - Estudar o empreendedorismo social e o seu impacto na resposta às questões sociais relacionadas com o envelhecimento, fazendo referência ao caso senior cohousing, alinhado pelos seguintes objetivos

- Reconhecer a problemática do envelhecimento;
- Identificar a existência de diferentes respostas sociais ao envelhecimento;
- Apresentar o conceito de senior cohousing;
- Determinar em que medida este fenómeno confere um carater inovador;
- Perceber de que modo a inovação social pode ser um apoio no contorno desta questão social.

Em resultado da revisão teórica efetuada e das diferentes conceções daí resultantes e expostas ao longo da dissertação que possibilitaram o desenvolvimento de um modelo concetual de estudo do empreendedorismo social e a sua importância no seio das respostas ao envelhecimento.

Em primeiro lugar surge a referência à realidade demográfica e questões inerentes a esta problemática social. Uma classe social em visível expansão e mutação, resultante de todo o contexto circundante. A análise do valor do terceiro setor e sua crescente importância no seio da economia mundial, transborda para o seu papel e visibilidade no contexto social e económico de um país. Em Portugal, as organizações e Instituições desenvolvem um papel preponderante na abordagem e resposta à terceira idade, é neste setor do mercado que encontramos as mais diversas respostas sociais dirigidas à população idosa. Respostas diversificadas que se apresentam insuficientes de certo modo não adaptadas ao grupo de seniores em evidência.

O conceito de Empreendedorismo social largamente explorado nesta investigação traduz a sua abrangência e aplicabilidade em situações de risco, desafios e oportunidades. Fica patente o papel do empreendedorismo e do empreendedor neste âmbito de atuação. Numa fase de especulação onde o mercado apresenta numerosas propostas à população envelhecida, porém ainda se verifica a necessidade de outras respostas. Num meio onde é possível perceber o progresso enorme em termos de oferta de apoio é possível, igualmente, reconhecer as lacunas nos modelos de Institucionalização, a dependência exercida e o entrave ao envelhecimento ativo.

Assim, o empreendedorismo social analisa as oportunidades, aborda perspectivas no sentido de alcançar propostas no caminho da mudança social. O empreendedor é impulsionado pela motivação de rentabilizar oportunidades e criar valor social. Neste sentido, e claramente justificado pela literatura apresentada, o conceito de senior cohousing surge neste contexto de parcialidade social. Um extenso grupo de seniores não se contempla nas propostas de apoio existentes. Reconhece a sua importância ao nível do apoio à população mais envelhecida e dependente, porém, identifica as suas falhas em termos de mercado acessível e adaptado à realidade geral. Com base nos termos do empreendedorismo social, cooperativas ou grupos organizados procuram

soluções e alternativas inovadoras para os problemas sentidos. Reúnem-se num trabalho de parceria e envolvimento social, em prol de objetivos de valor social de extrema importância.

A inovação social implica uma nova forma de pensar ou agir (Vieira ,2011) a não concordância com as perspetivas de futuro conduziu idosos e outros grupos de indivíduos em prol de uma nova forma de agir e habitar. Contrapondo os modelos de habitação e institucionalização existentes, procuraram alternativas validadas e sustentáveis na tentativa de adaptar à sua realidade. Esta missão audaciosa e exigente produz efeitos de mudança social, abarca as necessidades sentidas, respeita as potencialidades identificadas, pressupõe melhorias sociais e económicas, pressupõe a envolvimento de todos no processo permitindo assim transformações positivas e valorizadas por todos.

A inovação social é a chave para a procura de soluções, os diferentes setores económicos e sociais não se podem agarrar a respostas e soluções existentes, tipificadas e obsoletas, urge analisar a sociedade mediante as suas novas configurações, estar atento às novas problemáticas sociais e complementar os serviços existentes, encontrar recursos e tomar decisões com um novo impacto social.

O senior cohousing apresenta-se como um modelo onde a sustentabilidade económica e social é a chave. Este sistema de coabitação, adaptado à população mais envelhecida, tem como finalidade primordial o envolvimento e integração dos seus moradores. A administração é organizada por todos, de modo a que cada um participe na manutenção e gestão mediante as suas características e disponibilidade. Em questões arquitetónicas, a disposição das instalações e o desenho físico resulta em torno do objetivo de bem-estar físico, emocional e social dos residentes.

A abordagem teórica adicionada à aplicação de um modelo de estudo de análise qualitativa, permitiu a obtenção de conclusões importantes, conjugadas com os objetivos anteriormente apresentados.

O estudo incidiu a sua abordagem nos dados obtidos através de meios qualitativos de análise. Assim, foi realizada uma primeira entrevista dirigida à HAC.ORA PORTUGAL | SENIOR COHOUSING ASSOCIATION, uma Associação privada, não-governamental, sem

fins lucrativos, elemento de referência nesta área pouco conhecida em território nacional. De seguida, e aproveitando o conhecimento desta mesma associação e o investimento dedicado à primeira conferência internacional “Cohousing em Portugal | Viver Sustentável “, pelos mesmos organizada, optamos por fazer uma análise do conteúdo exposto nesta Conferencia. Com a certeza que a finalidade desta conferencia passou pelo convite a oradores consagrados e esclarecidos na área do cohousing, oradores oriundos de vários países que nesta conferencia expõem e esclarecem sobre formas de atuação e pretende abrir caminho para o debate sobre as possibilidades deste conceito. Um estudo assente nas informações apresentadas ao longo deste evento internacional de extrema relevância para o tema em foco, apresenta-se como uma mais valia imprescindível para esta investigação. Por último, e como meio de validação dos resultados obtidos na análise foi realizada uma segunda entrevista novamente à Associação Hac.Ora. Esta última entrevista, acompanhada de uma síntese dos resultados já apreendidos, surge como método de confirmação do conteúdo estudado. O estatuto da Hac.Ora atribui-lhe competência para, mais uma vez, servir de referência nesta investigação, onde a sua opinião final sustenta o produto desta investigação.

Assim sendo, nesta fase é viável referir que o conteúdo analisado na investigação qualitativa incita à atualização das respostas existentes para a população sénior. Reconhecem a existência de uma população, no seio do grupo senior, mais envelhecida e dependente que beneficia da presença das respostas atuais e com o aumento substancial deste grupo é igualmente necessário o incremento e melhoria constante dessas mesmas propostas de apoio sociais.

A população sénior mais ativa e independente exige uma atualização nas respostas habitacionais, onde a Institucionalização em ERPI tende a ser inadaptada com repercussões negativas ao nível do bem-estar físico e mental dos seus beneficiários.

O surgimento do conceito senior cohousing foi considerado como uma solução inovadora com resultados visíveis, apresenta-se como uma resposta às necessidades da população às quais o mercado não está a ser capaz de responder.

Esta proposta habitacional que se apresenta sob a forma de modelos e conceções diversificadas, sempre ajustadas ao grupo envolvido no projeto e ao meio envolvente, é

vista como uma forma alternativa de viver, procura colmatar problemas ao nível da inexistência de habitação para esta população.

O cohousing identifica-se pela existência de espaços habitacionais próprios, onde a comodidade e privacidade são essenciais, com o enfoque nas áreas e serviços comuns compostos por cozinha, refeitório, lavandaria, biblioteca, ginásio ... espaços estes definidos em função do grupo e suas características.

O sistema de cohousing, adaptado à classe dos mais velhos, tende a ser uma opção interessada pelos indivíduos na medida em que lhe são atribuídos benefícios de várias índoles. Muitos estudos demonstram as melhorias em termos de saúde física e mental pelas vivências neste estilo habitacional, onde o convívio social, o envolvimento nas tarefas, a partilha resultam na diminuição de casos de depressão, dependência e solidão. A questão económica, outro dos problemas desta classe social, consegue neste modelo de habitação sofrer alterações benéficas na medida em que a vivência em comunidade reduz as despesas diárias com a manutenção e serviços.

As pessoas são consideradas como pilar central de qualquer processo de senior cohousing. O caráter impulsionador dos projetos surge por grupos de pessoas motivadas e interessadas na mudança. É nas mesmas que recai toda a gestão e organização dos projetos, ainda sob a forma de trabalho em parcerias e rede onde cada pessoa tem um papel fundamental e imprescindível.

O sistema de senior cohousing apresenta exemplos com resultados positivos espalhados pelo mundo, em Portugal começa a dar-se os primeiros passos nesse sentido.

Através da elaboração da presente dissertação contribuiu-se para a identificação e análise dos serviços e respostas existentes de apoio ao envelhecimento, contribuindo para a perceção do seu valor enquanto apoio à população mais dependente. Reconheceu-se o surgimento de uma nova classe de idosos mais ativos e independentes aos quais se deve oferecer soluções inovadoras.

Apresentamos o conceito de senior cohousing com uma abordagem das suas características e caráter de inovação social, a relativa escassez de informação científica neste domínio permitiu que a presente investigação contribuísse para ajudar na clarificação deste modelo habitacional e sua aplicabilidade.

Em suma, todo o trabalho de investigação permite retirar conclusões marcantes que posteriormente, orientarão para projetos futuros.

### **4.3 Implicações e recomendações**

Face às conclusões deste estudo, compreendemos que as exigências sociais, inerentes a toda a problemática do envelhecimento e na resposta às suas necessidades, transportam para um trabalho orientado onde os vários sectores da sociedade devem interceder. A abordagem temática exposta apresenta-se de carácter interessante para um leque diversificado de indivíduos e grupos.

Começando pela sociedade em geral, que em muitas situações se depara com a ausência de uma resposta residencial viável, pode encontrar no senior cohousing a solução. Esta apresentação do modelo permite a abertura de possibilidades que o desconhecimento tende a travar.

Às entidades do terceiro sector apresenta-se uma abordagem diferente do sentido da institucionalização, recomenda-se a abertura a novas propostas. Os modelos de cohousing internacionais focados ao longo do estudo e as suas implicações na resolução de problemas de diversas ordens podem transparecer para o setor nacional formas positivas de proceder, recomenda-se aos setores político-sociais o investimento nesta área de atuação.

Embora se trate de um estudo de natureza académica, esta pesquisa reveste-se de interesse para os setores públicos e privados, os organismos com interesse social e dinamismo local, assim como para potenciais empreendedores sociais.

### **4.4 Limitações e investigações futuras**

Neste ponto da dissertação importa refletir sobre as principais limitações com que nos deparamos ao longo da investigação.

A principal limitação prende-se com a reduzida dimensão da amostra analisada. O investimento na informação recolhido de uma só vertente pode afetar a generalização

dos resultados. A inexistência de casos de cohousing nacionais pode ser um fator deficitário na análise dos resultados concretos, e a aplicabilidade deste modelo em contexto nacional.

Outra limitação pode dever-se ao fato do estudo incidir na visão dos ativadores dos projetos sendo talvez essencial uma abordagem à classe senior beneficiária desta modelo de habitação, possuir uma visão in loco deste modelo para de uma forma mais personalizada obter a devida avaliação dos benefícios.

As sugestões que se propõem para futuras investigações, surgem com base em aspetos detetados durante a elaboração da investigação e que podem vir a ser analisados de forma a complementar o trabalho realizado.

Por ser um tema ainda pouco explorado em Portugal, pode-se inferir que os maiores desafios durante a elaboração deste projeto de pesquisa se devem à falta de um exemplar de uma comunidade de cohousing. Tal como exposto nas limitações do estudo, anteriormente referidas, uma das sugestões passaria precisamente pela investigação direta de um modelo de senior cohousing em todos os processos de desenvolvimento. Beneficiando dessa vantagem, outra sugestão seria um estudo da classe senior , antes de residirem neste modelo de habitação e durante esta mudança de modo a visualizar reais vantagens e desafios deste procedimento.

Uma avaliação do impacto dos modelos de senior cohousing , apoiados na metodoglogia SROI - *Social Return on Investment*, através da qual seria viável perceber o retorno que um projeto de senior cohousing representa para a sociedade.

Por último, apresentamos como sugestão a exposição de um mapa do mundo de senior cohousing, como forma de apoio a novos projetos. Permite uma abordagem do knowhow mundial, da evolução e a abrangência deste modelo.

## Referencias bibliográficas

- Abdou, E., Fahmy, A., Greenwald, D., & Nelson, J. (2010). Social entrepreneurship in the Middle East: Toward sustainable development for the next generation. Wolfensohn Center for Development. *the middle east youth initiative working paper*.
- Abraham, N., Delagrange, K., & Ragland, C. (2006). Elder cohousing: An idea whose time has come? *Communities*, 60-69.
- Adams, D., & Hess, M. (2010). Social Innovation and Why it Has Policy Significance. *the economic and labour relations review*, 139-155.
- Adomaviciute, E., Janiunaite, B., & Stuopyte, E. (2012). The Profile of Social Entrepreneurs Working for Non-Governmental Organizations. *Social sciences*.
- Afonso, N. (2005). *Investigação Naturalista em Educação: um guia prático e crítico*. . Porto: Edições Asa.
- Ahn, J., Tusinski, O., & Treger, C. (2018). Living Closer. The many faces of cohousing. *studio weave in collaboration with RIBA*.
- Albuquerque, A. (2006). *Terceiro Setor: História e gestão de organizações*. Sao Paulo: Summus.
- Almeida, A., & Guerreiro, M. (2005). *A família , Portugal : Valores Europeus , Identidade e Cultura* . Lisboa.
- Almeida, V. (2010). *Governança, Instituições e Terceiro Setor - As Instituições Particulares de Solidariedade Social. Dissertação de Doutoramento na área científica de Economia. Universidade de Coimbra* . Coimbra .
- Alter, S. (2000). *Managing the double bottom line - A business planning reference guide for social enterprises*. Washington: PACT Publications.
- Alter, S. (2006). Social enterprise models and their mission and. Em A. Nicholls, *social entrepreneurship: new models of sustainable social change* (pp. 205-232). oxford: oxford university press.
- Alvord. (2004). "Social Entrepreneurship and Societal Transformation". *the journal of applied behaviorl science*, 260-282.
- Anderson, B., & Dees, J. (2006). Rhetoric, reality, and research: Building a solid foundation for the practice of social entrepreneurship. Em A. Nicholls, *social entrepreneurship: new paradigms od sustainable social change*. oxford: oxford university press.
- Andrade , A., & Franco, R. (2007). *Economia do conhecimento e organizações sem fins lucrativos*. Porto : Sociedade portuguesa do Conhecimento.
- André, I., & Abreu, A. (2006). *Dimensões e espaços da inovação social*. finisterra.
- Austin, J., Stevensen, H., & Wei-Skillern , J. (2006). Social and commercial entrepreneurship: same, different, or both? *entrepreneurship theory and practice - Baylor University*, pp. 1-22.

- Bacq, S., & Janssen, F. (2011). The multiple faces of social entrepreneurship: A review of definitional issues based on geographical and thematic criteria. *Entrepreneurship and regional development*, 373-403.
- Bamford, G. (2005). Cohousing for older people: Housing innovation in the Netherlands and Denmark. . *Australasian journal on ageing*, 44-46.
- Barenys, M. (1990). *Residencias de Ancianos – análisis sociológico*. Barcelona: Fundació Caixa de pensions.
- Bárrios , M., & Fernandes, A. (2014). A promoção do envelhecimento ativo a nível local : análise de programas de intervenção autárquica. *Revista Portuguesa dde Saúde Pública* , 188- 196.
- Beck, U., & Beck-Gernsheim, E. (2003). *La individualización*. Paidos iberica ediciones SA.
- Belk, C. (2006). Cohousing Communities: A Sustainable Approach to Housing Development. *requirements of sustainability and the built environment*.
- Bignetti , S., & Silva , L. (2006). *A Inovação Social e a Dinâmica de Inovação Aberta na Rede Brasileira de Living Labs*. XXXVI encontro ANPAD.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto editora.
- Bordalo, A., & Cunha, M. (2014). Aging as an agent of change in the way how we occupy our territory. *journal urban morphology*.
- Bornstein, D. (2007). *Como mudar o mundo: os empreendedores sociais e o poder de novas ideias*. Alfragide: Estrela Polar.
- Bozhikin, I., Macke, J., & Folchini , L. (2019). The role of government and key non-state actors in social entrepreneurship : a systematic literature review. *Journal of cleaner production*, 730-747.
- Braga, J., Proença, T., & Ferreira, M. (2015). Motivations for social entrepreneurship – Evidences from Portugal. *TÉKHNE- review of applied management studies*, 11-21.
- Brenton, M. (1998). We’re in charge” CoHousing communities of older people in The Netherlands: Lessons for Britain? . *the policy press*.
- Brenton, M. (2013). Brenton, M. (2013) Senior cohousing communities - an alternative approach for the UK? (JRF. *JRF programme paper : a better life* .
- Cabral, M. (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa*. Fundação Manuel dos Santos.
- Cajaiba-Santana, G. (2013). Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *technological forecasting and social change*, 1-10.
- Calado, D. (2004). *Velhice – Solidão ou vida com sentido?*. . Lisboa : Cesdet Edições .
- Cantor, M. (1992). Aging and Social Care. Em J. Nogueira, *A dependencia : o apoio informal, a rede de serviços e equipamentos e os cuidados continuados*. Lisboa: Ministerio do trabalho e da solidariedade social.
- Capucha, L. (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta editora .

- Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). ). *Metodologia da Investigação – Guia para Auto- -aprendizagem*. Lisboa: Universidade aberta.
- Carneiro, R., Chau, F., Soares, C., Fialho, J., & Sacadura, M. (2012). *O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade*. Lisboa: Centro de estudos dos povos e culturas de expressão Portuguesa.
- Carrilho, M. (1993). *Revista de Estudos Demográficos*. Lisboa: Instituto nacional de estatística.
- Carrilho, M. J. (2002). A situação demográfica recente em Portugal. *revista de estudos demograficos*, 147-176.
- Carrilho, M., & Patrício, L. (2010). A Situação Demográfica Recente em Portugal. *cadernos regionais - Instituto Nacional de Estatística*, 101-145.
- Carraher, S., Welsh, D., & Svilokos, A. (2016). Validation of a measure of social entrepreneurship. *European journal of internacional management*.
- Carvalho, M. (2011). *Envelhecimento e Cuidados Domiciliários em Instituições de Solidariedade Social*. Lisboa: Coisas de ler .
- Catedrall, M. (1996). Using computer programs to code qualitative data. *Marketing intelligence and planning*, 29-33.
- Cattan, M., White, M., Bond, J., & Learmouth, A. (2005). Preventing social isolation and loneliness among older people: A systematic review of health promotion interventions. *Ageing and society*, 41-67.
- Certo, S., & Miller, T. (2008). Social entrepreneurship: Key issues and concepts. *Business horizons*, 267-271.
- Chaves, R., & Monzón, J. (2007). *“Las cooperativas en las modernas economías de mercado*. Economistas .
- Chell, E. (2007). Social enterprise and entrepreneurship: towards a convergent theory of the entrepreneurial process. *international small business journal*, 5-26.
- Chell, E., Nicolopoulou, K., & Karatas- Ozkan, M. (2010). Social entrepreneurship and enterprise: International and innovation perspectives. *entrepreneurship and regional development*, 485-493.
- Chen, N. (2001). The meaning of aging. *journal of extension*.
- Choi, J. (2004). Evaluation of community planning and life of eldercohousing projects in Northern European countries. . *European planning studies*, 1189-1216.
- Choi, N., & Majumdar, S. (2013). Social entrepreneurship as an essentially contested concept: Opening a new avenue for systematic future research. *journal of business Venturing*.
- Christensen, C. (1997). *The Innovator's Dilemma*. Boston: harvard business school press.
- Coelho, J. (4 de Abril de 2004). *“A Terceira Idade”*. *Diário de Notícias* .
- Cohen, Danziger, & Chaudhury. (2009). Older adults' use of. *Journal of housing for the elderly*, 134-148.

- Cohousing and shared housing. (2009). Em N. Carman, P. Abbott, & B. Scarfo, *re-creating neighborhoods for successful aging*. Baltimore: Health professions press.
- Comissão Europeia. (2010). *Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Bruxelas.
- Correia, P. (2007). Velhos são os trapos: mito ou realidade? *psicologia.com.pt*.
- Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, A. B. (2007). *Exclusões Sociais*. edições Gradiva.
- Dacin, M., & Tracey, P. (2010). Social entrepreneurship: A critique and future directions. *organization science*, 1213-1230.
- Dees, G. (2001). The Meaning of Social Entrepreneurship. *Draft Paper*.
- Dees, J. (2007). Taking social entrepreneurship seriously. *Society*, 44, 24-31.
- Diogo, V. (2010 ). Dinâmicas de Inovação Social e suas Implicações no desenvolvimento espacial . *XXI Coloquio Ibérico de Geografia* .
- Dionisio, M., & Raupp, E. (2019). Corporate social innovation: A systematic literature review. *International business review*.
- Donalísio, M., Joial, L., & Ruiz , T. (2007). Condições associadas ao grau de satisfação com a vida entre a população de idosos. *acedido em <http://www.scielo.br>*.
- Douglas, E., & Prentice, C. (2019). Innovation and profit motivations for social entrepreneurship: A fuzzy-set. *Journal of business research*, 69-79.
- Drucker, P. (1985). The discipline of innovation. *Harvard business review*.
- Drucker, P. (1985). The Discipline of Innovation. *Harvard Business* .
- Duarte, M., & Paúl, C. (2007). *Avaliação do ambiente institucional – público e privado: estudo comportamental dos idosos*. revisão transdisciplinar gerontologia .
- Duque, E. (2017 ). *Sociedade geradora de vulnerabilidades. Misericórdia de Braga: Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga*.
- Durrett, C. (2009). *A senior cohousing handbook: A community approach to independent living*. New society publishers.
- Durrett, C., & McCamant, K. (2011). *Creating cohousing: building sustainable communities*. Canada new society publishers.
- El Nasser, H. (2009). ). Seniors at home in co-housing: Independent living projects and alternative to assisted care. *usa today*.
- Emerson, J., & Twersky, F. (1996). *New social entrepreneurs: the success, challenge and lessons of non-profit enterprise creation*. san francisco: Roberts foundation.
- ESRC, E. A. (2016). *Cohousing: shared futures*. . WORDPRESS.
- EUROBAROMETRO. (2008). *Family life and the needs of an ageing population*. Flash eurobarometer.

- Fernandes, A. (1997). *Velhice e Sociedade: demografia, família e políticas sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Fernandes, A. (2001). *Velhice, Solidariedades Familiares e Política Social. Sociologia: Problemas e Práticas*. Lisboa : Celta Editora .
- Fernandez Ballesteros. (2000). *Gerontologia Social*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- Ferreira, A. (2009). *A Qualidade de Vida em Idosos em Diferentes Contextos Habitacionais: A Perspetiva do Próprio e do seu Cuidador. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia*. . Lisboa .
- Ferreira, M. (2012). *Ser empreendedor – pensar, criar e moldar a nova empresa*. edições silabo.
- Folts, W., & Streib, G. (1994). *Leisure-oriented retirement communities - Housing and the aging population*. New York: Garland Publishing.
- Fora. (2010). *New Nature of Innovation*. Copenhagen: report to the OECD .
- Foster , L., & Walker , A. (2014). Active and Successful Aging: A European Policy Perspective. *The gerontologist*, 83-90.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da Autonomia*. Sao Paulo: Paz e Terra .
- Friedberg, E. (1995). *O Poder e a Regra-Dinamicas de ação organizada*. Lisboa: Instituto piaget.
- Fromm, D., & De Jong. (2009). Community and Health: immigrant senior cohousing in the Netherlands. *communities*, 50-53.
- Fromm, D., & De Jong, E. (2009). Community and health: Immigrant senior cohousing in the Netherlands. *communities*, 50-53.
- Garland, E. (2018). Intergenerational Housing Projects in the USA. *Winston Churchill Memorial Trsut*.
- Gartner, W., Carter, N., & Hills, G. (2003). *The language of opportunity*. Edward Elgar publishing.
- GEM, G. E. (2010). *Estudo sobre o empreendedorismo social*. [www.gemconsortium.org](http://www.gemconsortium.org).
- Ghauri, P., & Gronhaug, K. (2002). *Research Methods in Business Studies*. London: Practical guide.
- Giddens, A. (1994). *Beyond Left and Right — the Future of Radical Politics*. Stanford university press.
- Gioia, D., & Pitre, E. (1990). Multiparadigm Perspectives on Theory Building. *the academy of management review*.
- Glass, A. (2009). Aging in a Community of Mutual Support: The Emergence of an Elder Intentional Cohousing Community in the United States. *Journal of housing for the elderly* , 283-303.
- Glass, A. (2013). Lessons learned from a new elder cohousing community. *journal of housing for the elderly*, 348-368.
- Goffman, E. (1996). *Manicómios, Prisões e Conventos*. Sao Paulo: Perspetiva.

- Gonçalves, J. (2010). *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos*. Lisboa: Ministerio do trabalho e da solidariedade social .
- Grant, B. (2006). Retirement villages: An alternative form of housing on anaging landscape. *Social policy journal*, 100-113.
- Greblikaite, J. (2012). Development of Social entrepreneurship: challenge for Lithuanian researches. *European Integration Studies*, 210-215.
- Grimes , M., McMullen, J., & Vogus, T. (2013). Studying the Origins of Social Entrepreneurship: Compassion and the Role of Embedded Agency. *Academy of management review*.
- Guba, E., & Lincoln, Y. (1994). *Competing Paradigms in Qualitative Research*. Handbook of qualitative research.
- Guedes, J. (2012). *Viver num lar de idosos*. Porto: Coisas para ler.
- Guedes, J. (2014). *Cuidados formais a idosos – desafios inerentes à sua prestação. Envelhecimento, Saúde e Doença – Novos Espaços para a Prestação de Cuidados a Idosos*. Lisboa: Coisas de ler .
- Hall, M. (1997). *Cuidados médicos ao doente idoso*. Lisboa: Climepsi.
- hatterton, P. (2013). Towards an agenda for post-carbon cities: lessons from Lilac, the UK's first ecological, affordable cohousing community. *International journal of urban and regional research*, 1654-1674.
- Hawkey, L., & Cacioppo, J. (2007). Aging and Loneliness: Downhill Quickly? *current directions in psychological science*, 187-191.
- HCA, H. a. (2009). *Housing our Ageing Population: Panel for Innovation (HAPPI)*. London : HCA.
- Hesterly, W., & Barney, J. (2011). *Administração Estratégica e Vantagem Competitiva*. pearson editors.
- Holwerda, T., Beekman, A., & Deeg, D. (2012). Feelings of loneliness, but not social isolation, predict dementia onset: results from the Amsterdam Study of the Elderly. *journal of neurology, neurosurgery and psychiatry*, 135-142.
- Howaldt, J., & Schwarz, M. (2010). *Social Innovation: concepts, research fields and international trends*. international monitoring.
- Huber, A. (2017). Theorising the dynamics of collaborative consumption practices: A comparison of peer-to-peer accommodation and cohousing . *environmental innovation and societal transitions*, 53-69.
- Huddart, S. (2012). Renewing the Future: Social Innovation Systems, Sector Shift, and Innoweave. *tecnology innovation management review*, 5-9.
- Hulgard, L., & Ferrani, A. (2010). *Inovação social: rumo a uma mudança experimental na política pública?*. ciencias sociais unisinos.
- Hwang, E., Cummings, L., & Sixsmith, A. (2011). Impacts of home modifications on aging-in-place. *Journal of housing for the elderly*, 246-257.
- INE. (s.d.)., *Estatísticas Demográficas*. Lisboa, Portugal : Instituto Nacional de Estatísticas .

- Jacob, L. (2001). *A velhice*. Lisboa: ISCTE.
- Jacob, L. (2007). *Animação de idosos*. Porto: Ambar.
- Johnson, L. (2006). Software and method: reflections on teaching and using QSR NVivo in doctoral research. *international journal of social research methodology*.
- José, d. S. (2014). Envelhecimento ativo: contributo para uma discussão crítica. *Análise Social*, 28-54.
- JRF. (2013). *MONITORING POVERTY AND SOCIAL EXCLUSION 2013*. Joseph Rowntree Foundation - New policy institute.
- Kirzner, I. (1973). *Competition and Entrepreneurship*. Chicago: University of Chicago Press.
- Kirzner, I. (1973). *Competition and Entrepreneurship*. university of chicago press.
- Kostetska, I., & Berezyak, I. (2014). Social entrepreneurship as an innovative solution mechanism of social problems of society. *management theory and studies for rural business and infrastructure development*.
- Landeiro, Filippa, Barrows, Paige, Musson, Ellen, & Gray. (2017). Reducing social isolation and loneliness in older people: A systematic review protocol. *BMJ open*.
- Lawton, M. (1990). Aging and Performance of Home Tasks. *human factors*.
- Legaré, J. (2004). Conséquences économiques, sociales et culturelles du vieillissement de la population. *Demographie : analyse et synthèse VI - Population et sociétés*, pp. 117-135.
- Light, P. (2006). Searching for social entrepreneurs: Who they might be, where they might be found, what they do. Em M. W. ed), *research on social field entrepreneurship: understanding and contributing to an emergin* (pp. 13-37). Washington DC: association for research on nonprofit and voluntary organizations.
- London, M., & Morfopoulos, R. (2010). *Social entrepreneurship: How to start successful corporate social responsibility and community- based initiatives for advocacy and change*. London: Routledge.
- Lourenço, M. (2005). *A Pobreza e Exclusão Social e Políticas Sociais em Portugal*. Lisboa : Direção Geral da Segurança Social .
- Louvot- Runavot, C. (2001). *Le logement dans l'Union européenne: la propriété prend le pas sur la location* Institute National de la Statistique et des Études Économiques. Collection économie et statistique .
- Lutz, W., Sanderson, W., & Scherbov, S. (2009). *The End of World Population Growth in the 21st Century: New Challenges for Human Capital Formation and Sustainable Development*. Routledge.
- M.P. Ferreira, J. S. (2012). *Ser empreendedor – pensar, criar e moldar a nova empresa*., Edições Sílabo .
- Mair, J., & Noboa, E. (2003). *Social entrepreneurship: How intentions to create a social enterprise get formed*. Barcelona: IESE Business school , university of Navarra.

- Mair, J., Battilana, J., & Cárdenas, J. (2012). Organizing for Society: A Typology of Social Entrepreneurial Models. *Journal of business ethics*.
- Marcy, R., & Mumford, M. (2007). Social Innovation: Enhancing Creative Performance Through Causal Analysis, Creativity. *research journal*, 123-140.
- Margolis, J., & Walsh, J. (2003). Misery loves companies: Rethinking social initiatives by business. *administrative science quarterly*, vol.28, nº 2, 268-305.
- Marques, S. (2011). *Discriminação da Terceira Idade*. Lisboa: Relógio D'Água editores .
- Marques, T. S. (2000). *Dinâmicas e Padrões Territoriais do Continente Português, INE*. Porto : Direção regional do Norte .
- Marquesa, D., Garciab, M., & Sanchezb, M. (2019). Social entrepreneurship and organizational performance: A study of the mediating role of distinctive competences in marketing. *Journal of business research*, 426-432.
- Marti, J., & Mair, J. (2006). Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. *Journal of world Business*, 36-44.
- Martin, R., & Osberg, S. (2007). Social Entrepreneurship the case for definition. *Stanford Social Innovation review*.
- Martins, J. (2009 ). *Aldeias-Lar: Uma alternativa nas Vilas e Aldeias despovoadas. seminário habitação e inclusão social* . Braga : núcleo distrital de Braga da rede europeia anti-pobreza .
- Martins, L. (2006). Educação Ciência e Tecnologia. Envelhecimento e Políticas Sociais. *Revista ISPV*, 126-140.
- Martins, R. (2006). Envelhecimento e políticas sociais. Educação, ciência e tecnologia. *millenium - journal of education, technologies and health*.
- McCamant, K., & Durrett, C. (1994). *CoHousing: A contemporary approach to housing ourselves*. Habitat press.
- McHugh, K., & Larson-Keagy, E. (2005). These white walls: The dialectic of retirement communities. *journal of aging studies*, 241-256.
- Merseth, K. (1996). Cases and case method in teacher education. Em J. Sikula, *handbook of research on teacher education* (pp. 722-744). New York : MacMillan.
- Mook, L., & Quarter, J. (2006). Accounting for the Social Economy. *annals of public and cooperative economics*, 247-269.
- Moore, M., & Westley, F. (2009). *Surmountable Chasms : The Role of Cross Scale Interactions in Social Innovation*. University of Waterloo: Social innovation generation.
- Morris, M., Coombes, S., Schindehutte, M., & Allen, J. (2007). Antecedents and outcomes of entrepreneurial and market orientations in a non-profit context: Theoretical and empirical insights. *journal of leadership and organization studies*, 12-39.
- Moulaert, F., & Nussbaumer, J. (2005). The social region - Beyond the territorial dynamics of the learning economy. *European urban and regional studies*, 45-64.

- Moulaert, F., Martinelli, F., Swyngedouw, E., & González, S. (2005). Towards Alternative model(s) of local innovation. *urban studies*, 1969-1990.
- Mulgan, G. (2006). The Process of Social Innovation," *Innovations: Technology, Governance, Globalization. MIT press*, 145-162.
- Mulgan, G. (2010 ). Measuring Social Value. *Stanford social innovation review* .
- Mulgan, G., Ali, S., & Sanders, B. (2007). *social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated*. Skoll Centre for Social Entrepreneurship.
- Murray , R., Caulier-Grice, J., & Mulgan, G. (2010). *The open book of social innovation*. London: The young foundation.
- Neumeier, S. (2012). *Why do social innovations in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research?* european society for rural sociology , Black well publishing .
- Neves, I. (1998). *Neves, I. Crise e Reforma da Segurança Social. Equívocos e Realidades*. Queluz: Chambel.
- Nicholls, A. (2010). Institutionalizing social entrepreneurship in regulatory space: Reporting and disclosure by community interest companies. *Accounting. organizations and society*, 35(4) , 394-415.
- Nogueira, J. (2009). *A dependencia: o apoio informal, a rede de serviços e equipamentos e os cuidados continuados integrados*. Lisboa : Ministério do trabalho e da solidariedade social.
- Nolan, J., & Blaine, T. (2001). Rural cooperative housing for older adults: An emerging challenge for extension educators. *journal of extension* .
- Nusbaum, L. (2010). How the elder co-housing model of living affects residents' experience of autonomy: A self-determination theory perspective . *Wright Institue*.
- O'Gorman, & Doran. (1999). Management Mission Statements in Small and Medium-Sized Businesses. *journal of small business*.
- OECD. (2010). *Social entrepreneurship and social innovation. SMEs, Entrepreneurship and Innovation*. OECD publishing.
- Orlani, E. (2008). *Discurso e texto: Formação e circulação dos sentidos*. Pontes .
- Osborne, S., & Brown, L. (2011). Innovation, public policy and public services delivery in the UK. The word that would be king?. *public administration*, 89.1335-1350.
- Oswald, F., Jopp, D., Rott, C., & Wahl, H. (2010). Is aging in place a resource for or risk to life satisfaction? *The gerontologist*, 238-250.
- Pais, J. (2006). *Nos Rastos da Solidão, Deambulações Sociológicas*. Lisboa: Âmbar.
- Pareja, Montserrat, & Martinez. (2017). More social housing? A critical analysis of social housing provision in Spain. *critical housing analysis*.
- Parente, C., Costa, D., Santos, M., & Amador, C. (2013). *Empreendedorismo social: Dos conceitos às escolas de fundamentação. As configurações de um conceito em*

*construção. Work in Progress in Empreendedorismo social em Portugal: As políticas, organizações e as práticas de educação/formação.* Porto: FLUP.

- Parmelee, P., & Lawton, M. (1990). The design of special environments for the aged. Em J. Birren, & K. Schaie, *Handbook of the psychology of aging* (pp. 464-488). San Diego: Academic press.
- Patel, S., & Mehta, K. (2011). Life's principles as a framework for designing successful social enterprises. *journal of social entrepreneurship*, 218-230.
- Paul, C., & Ribeiro, O. (2011). *Manual do envelhecimento ativo*. Lisboa: Lidel.
- Paúl, C. (2005). Envelhecimento activo e redes de suporte social. In Sociologia. *revista da faculdade de letras*.
- Peace, S., Holland, C., & Kellaheer, L. (2011). Option recognition in later life : variations on aging in place. *Ageing and society*, 734-757.
- Peredo, A., & McLean, M. (2006). Social entrepreneurship: A critical review of the concept. *journal of world business*, 56-65.
- Perreti, J. (2001). *Recursos Humanos*. Lisboa: edições sílabo.
- Perrigan, D. (2006). Houses united: For those who live in cohousing, home is where the community is. *the chronicle*.
- Perrini, F., Vurro, C., & Conzanzo, L. (2010). A process-based view of social entrepreneurship: From opportunity identification to scaling-up social change in the case of San Patrignano. *entrepreneurship and regional development*.
- Phills, Deiglmeier, & Miller. (2008). Rediscovering Social Innovation. *stanford social innovation review*, 34-43.
- Pimentel, L. (2001). *O Lugar do Idoso na Família – Contextos e trajetórias*. Coimbra: Quarteto.
- Piteira, M. (2010). *A CSI: Estudos de Caso de Organizações Portuguesas de Base*. Universidade técnica de Lisboa.
- Pocinho, R. (2014). *Mayores en contextos de aprendizaje: Caracterización y efectos psicológicos en los alumnos de las Universidades de Mayores en Portugal*. Valencia.
- Portacolone, E. (2013). The notion of precariousness among older adults living alone in the U.S. *journal of aging studies*, 166-174.
- Pot, F., & Vaas, F. (2008). Social innovation, the new challenge for Europe. *International journal of productivity and performance management*, 468-473.
- Pot, F., Dhondt, S., & Oeij, P. (2011). Social innovation of work and employment. *Challenge social innovation*, 1-10.
- Prieto, L., Phipps, S., & Friedrich, T. (2012). Social entrepreneur development: an integration of critical pedagogy, the theory of planned. *academy of entrepreneurship journal*, 1-15.
- Quaresma, M. (1998). *Cuidados familiares a pessoas muito idosas*. Lisboa: Direção geral da ação social - nucleo de divulgação técnica.

- Quaresma, M. (2002). *O Sentido das Idades da Vida - Interrogar a Solidão e a Dependência*. Lisboa: ISSS - CESDET.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva .
- Rauch, A., Wiklund, J., & Lumpkin, G. (2009). Entrepreneurial orientation and business performance: An assessment of past research and suggestions for the future. *entrepreneurship theory and practice*, 761-787.
- Rebelo, J., & Penalva, H. (2004). "Evolução da população idosa em Portugal nos próximos 20 anos e seu impacto na sociedade. *II Congresso Português de Demografia* . Setubal .
- Roberson, D., & Merriam, S. (2005). The self-directed learning process of older, rural adults. *Adult education quarterly*, 269-287.
- Rodrigues, A. (2000). Modelos de gestão e inovação social em organizações sem fins lucrativos: divergências e convergências entre Nonprofit Sector e Economia Social. *encontro da ANPAD*. salvador.
- Rodrigues, T., & Henriques, F. (2007). *O século XX: a transição. História da população portuguesa: das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto : Edições Afrontamento .
- Roger, L., & Osberg, S. (2007). *Essentials of Social Innovation*. Spring.
- Rosa, M. (1997). O Envelhecimento e as Dinâmicas Demográficas da População Portuguesa a partir de 1960: Dos dados ao Dilema. Em B. A., *A Situação Social em Portugal - 1960 - 1995* (pp. 192-196). Lisboa: Instituto de ciencias sociais da universidade de Lisboa.
- Rosa, M. (2012). *O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Santos, A. (2014). *Gestão Estratégica: Conceitos, modelos e instrumentos*. Lisboa : Escolar editora.
- Santos, S. (2003). Gerontologia e os pressupostos de Edgar Morin. *Textos de envelhecimento*.
- Sanzo- Perez, Álvarez-González, & Rey-García. (2015). How to encourage social innovations: a resource-based approach innovations. *the service industries journal*, 430-447.
- Sargisson, L. (2012). Second wave cohousing: a modern utopia? *Utopian studies*, 28-57.
- Sarkar, S. (2007). *Empreendedorismo e Inovação*. Lisboa : escolar editora.
- Scanlon, K., & Arrigoitia, M. (2015). Development of new cohousing: lessons from a London scheme for the over-50s. *Urban research and practice*.
- Schmitter, P. (2002). Participation in governance arrangements: is there any reason to expect it will achieve 'sustainable and innovative policies in a multi-level context'? Em J. Grote, & B. GBIKPI, *participatory governance : political and societal implications*.
- Schumpeter, J. (1934). The Theory of Economic Development. *Harvard university press*.
- Schumpeter, J. (1934). *the theory of economic development* . Cambridge : Harvard university press.

- Scocco, P., Rapattoni, M., & Fantoni, G. (2006). Nursing home institutionalization: A source of eustress or distress for the elderly? *international journal of geriatric psychiatry*.
- Seelos, C., Mair, J., Battilana, J., & Dacin, T. (2015). The embeddedness of social entrepreneurship: Understanding variation across local communities. In C. Marquis, M. Lounsbury, & G. R., *Research in the sociology of organizations* (pp. 333-363). Emerald press.
- Sekliuckiene, J., & Kisieliusb, E. (2015). Development of social entrepreneurship initiatives: a theoretical framework. *University of technology*.
- Shafique, A. (2018). *Co-Living and the Common Good*. London: RSA.
- Shane, S., & Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *Journal of Management*, 217-226.
- Sharir, M., & Lerner, M. (2006). Gauging the success of social ventures initiated by individual social entrepreneurs. *Journal of the world business*, 6-20.
- Shaw, E., & Carter, S. (2007). Social entrepreneurship: Theoretical antecedents and empirical analysis of entrepreneurial processes and outcomes. *Journal of small business and enterprise development*, 418-434.
- Shipee, T. (2012). On the edge: Balancing health, participation, and autonomy to maintain active independent living in two retirement facilities. *Journal of aging studies*, 1-15.
- Short, J., Moss, T., & Lumpkin, G. (2009). Research in social entrepreneurship: Past contributions and future opportunities. *Strategic Entrepreneurship Journal*, 161-194.
- Silverberg, K. (2010). 'Cohousing' adds options for a diverse aging population. *Herald-tribune*.
- Simms, J. (2006). Technical and Social Innovation Determinants of Behaviour. *Systems research and behavioral science*, 383-393.
- Simões, A. (2006). *A Nova Velhice – Um Novo Público a Educar*. Porto : Âmbar.
- Singly, F., & Mallon, I. (2000). A proteção de si no lar de idosos (cap.9). In François de Singly. Em F. d. Singly, *Livres Juntos , o individualismo na onda comum* (pp. 241-262). Lisboa : Dom Quixote.
- Sousa, L., Figueiredo, D., & Cerqueira, D. (2006). *Envelhecer em Família*. Porto: Edições Ambar.
- Sperle, D. (1933). *The case method technique in professional training*. New York: Teachers College of Columbia University.
- ST John, P., Blandford, A., & Strain, L. (2006). Depressive symptoms among older adults in urban and rural areas. *International journal of geriatric psychiatry*, 1175-1180.
- Streib, G. (2002). An introduction to retirement communities. *Research on aging*, 3-9.
- Sugihara, S., & Evans, G. (2000). Place attachment and social support at continuing care retirement communities. *Environment and behavior*, 400-409.
- Svensson, E. (2019). Antecedents and outcomes of social innovation: A global study of sport for development and peace organizations. *Sport management review*.

- Swanson, L., & Zhang, D. (2014). Linking Social Entrepreneurship and Sustainability. *Journal of social entrepreneurship*.
- Tapsell, P., & Woods, C. (2010). Social entrepreneurship and innovation: self-organization in an indigenous context. *Entrepreneurship & Regional Development*, 535-556.
- Tardif, C., & Harrisson, D. (2005). Complémentarité, convergence et transversalité: la. *Études théoriques*, 1-93.
- Taylor, S., & Novelling Jr, L. (1991). *Telling a story about innovation. Issues & observations*. center for creative leadership.
- Teresa, R. (2001 ). As grandes linhas de evolução da população portuguesa no último século. *Seminário Censos* , 26-35.
- Tomaka, J., Thomson , S., & Palacios, R. (2006). The Relation of Social Isolation, Loneliness, and Social Support to Disease Outcomes among the elderly. *Journal of aging and health*.
- Tulba, P. (2014). Social enterprises do not enjoy the same level of visibility of NGOs – what could be done to raise awareness of the social. *social enterprise summit*.
- US., C. A. (2010). *What is elder or senior cohousing?*
- Utterback, J. (1994). *Mastering the dynamics of innovation*. Boston: Harvard business school press: academy of management review.
- Venkataraman, S. (1997). The distinctive domain of entrepreneurship research. *Advances in Entrepreneurship, Firm Emergence and Growth. JAI press*, 119-138.
- Vestro, D. (2010). Living Together – Cohousing Ideas and Realities Around the World. *proceedings from the international collaborative housing conference in Stockholm*. Stockholm: royal institute of technology and Kollektivhus.
- Vieira, J. (2011). *Empreendedorismo e inovação como forma de mudança e inclusão social: Criação de uma Incubadora Social no Município de Ílhavo*. Universidade de coimbra.
- Wahl, H., & Lang, F. (2003). Aging in contexts across the adult life span: Integrating physical and social research perspectives. *Annual review of gerontology and geriatrics*, 1-33.
- Wahl, H., & Weisman, G. (2003). Environmental gerontology at the beginning of the New Millennium: Reflections on its historical, empirical, and theoretical development. *the gerontologist*, 616-627.
- Walker, A. (2002). A strategy for active ageing. *International social security review*, 121-139.
- Weerawardena, J., & Mort, G. (2006). “Investigating social entrepreneurship: A multidimensional model. *Journal of world business*, 21-35.
- Westley, F. (2008). *The Social Innovation Dynamic*. Waterloo.
- Wilson, A. (2010). Social entrepreneurship. Em S. Mckenzie, *A guide to giving* (pp. 30-34). London: Association of charitable foundations.
- World Health Organization, W. (2005). *Active ageing. A policy framework*. Madrid.
- Yin, R. (1994). *Case study research. Design and methods*. London: Sage.

- Yunus, M. (2006). *Creating a world without poverty: social business and the future of capitalism*. New York: Public Affairs.
- Zahra, S., Gedajlovic, E., Neubaum, D., & Shulman, J. (2009). A typology of social entrepreneurs: Motives, search processes and. *journal of business venturing*, 519-532.
- Ziegler, R. (2009). *An introduction to social entrepreneurship: Voices, preconditions, contexts*. Cheltenham. Edward elgard publishing.

Internet

<http://www.cartasocial.pt/relatorios.php>

www.seg-social.pt

## **Anexo 1**

### **Entrevista semi-estruturada de validação de resultados**

1. Reconhece que uma sociedade em mudança requer respostas sociais inovadoras e adaptadas às necessidades da nova classe de idosos?
2. Existe avanço na oferta de respostas sociais de apoio ao envelhecimento, considera a integração em Estruturas Residenciais para Idosos como o modelo de Institucionalização indicado para todos os seniores? Ou será passível de ser considerada inadequada para um determinado grupo de idosos?
3. O conceito de senior cohousing desenvolve-se em torno de vantagens a diversos níveis, podemos afirmar que se trata de uma forma de habitação que pode solucionar alguns problemas?
4. O senior cohousing diferencia-se pelo seu caráter inovador, refletindo-se nos vários domínios analisados?
5. Considera que este modelo de habitação se desenvolve com base numa influência do contexto que o circunda?
6. Esta forma de coabitação procura um trabalho em rede, em torno de parcerias diversificadas?
7. Apresenta soluções sustentadas para necessidades do mercado?
8. Será o papel das pessoas importante em todos os processos do cohousing?
9. Consegue identificar o valor social dos projetos de senior cohousing?